



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2008, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações Iniciais

Em 2009, o desempenho da CPFL Energia apresentou uma evolução importante, principalmente se considerados os reflexos da crise econômica mundial na economia brasileira. A Receita Bruta registrou crescimento de 9,2%, somando R\$ 15,7 bilhões. A Receita Líquida atingiu R\$ 10,6 bilhões, com elevação de 9,1%. O EBITDA ficou em R\$ 2,8 bilhões, com redução de 1,5%. O Lucro Líquido alcançou R\$ 1,3 bilhão, 0,8% acima do obtido em 2008.

Um fator decisivo para esse desempenho foi a decisão da Companhia em manter inalterado o foco das estratégias definidas para o exercício, orientado para a expansão e a diversificação do portfólio de negócios e para iniciativas visando o aumento da eficiência operacional de suas empresas.

Outros fatores também foram fundamentais para o desempenho econômico-financeiro da CPFL Energia. Destacam-se o crescimento das vendas de energia, nos mercados cativo e livre; o aumento da capacidade de geração do Grupo; as iniciativas de valor previstas no planejamento estratégico, orientadas para o aumento da eficiência e a otimização dos negócios atuais; a efetividade do Programa de Austeridade CPFL, implantado no terceiro trimestre de 2008, quando dos primeiros sinais da crise econômica; e, ainda, a disciplina na gestão dos parâmetros financeiros do Grupo.

Os investimentos no exercício totalizaram R\$ 1,4 bilhão. No segmento de distribuição foram aplicados R\$ 746 milhões, prioritariamente na ampliação e fortalecimento do sistema elétrico, para atendimento ao crescimento do mercado das distribuidoras, em que foram conectados 141,8 mil novos clientes. No segmento de geração foram alocados R\$ 570 milhões, principalmente nos empreendimentos em construção no exercício. Outros R\$ 29 milhões foram investidos em novos projetos e R\$ 10 milhões, no segmento de comercialização e serviços de valor agregado.

As vendas de energia nas áreas de concessão das distribuidoras totalizaram 48.568 GWh, com redução de 0,9% (49.033 GWh em 2008), dos quais 10.747 GWh foram faturados por



meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). As vendas para o mercado cativo totalizaram 37.821 GWh, com crescimento de 1,3%, motivado, principalmente, pelo menor consumo da classe industrial no primeiro semestre do ano. Em contrapartida, as vendas para as classes residencial e comercial registraram altas de, respectivamente, 6,0% e 5,3% no ano. A energia comercializada para clientes livres e por meio de contratos bilaterais totalizou 10.243 GWh, um aumento de 15,0% em relação a 2008 (8.904 GWh).

No segmento de geração, a capacidade instalada alcançou 1.737 MW, com acréscimo de 32,5 MW, resultado da entrada em operação da última unidade geradora da Usina Hidrelétrica 14 de Julho. O Grupo também manteve dentro dos respectivos cronogramas as obras da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (855 MW), na qual a Companhia detém participação de 51% e que deverá entrar em operação comercial no terceiro trimestre de 2010. Em março do mesmo ano entrará em operação comercial a Usina Termelétrica Baldin (45 MW/24 MW médios/safra), movida a biomassa de cana-de-açúcar, na qual o Grupo detém participação de 50%.

Entre as iniciativas orientadas para o aumento da eficiência das operações, destacam-se os resultados das ações visando a diminuição de perdas de energia, com recuperação de R\$ 133,0 milhões (366 GWh). O Programa de Austeridade CPFL permitiu a economia de R\$ 17 milhões, por meio da revisão e adequação de procedimentos, permitindo, principalmente, a perenização dos resultados alcançados nos próximos anos.

A CPFL Energia também obteve importantes avanços na gestão financeira do Grupo, tendo emitido, em julho de 2009, por meio de sete controladas, R\$ 1,0 bilhão em debêntures, à taxa média ponderada de 110,3% do CDI. A emissão recebeu o *rating* brAA+ (em escala nacional) da Standard & Poors. Com isso, ao final de 2009, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 6,4 bilhões, e a relação Dívida Líquida/EBITDA era de 2,3x.

Destaca-se também o trabalho permanente de consolidação das diretrizes de governança corporativa do Grupo e de análise e aprovação dos objetivos, diretrizes e metas do Planejamento Estratégico 2010-2014. Internamente, os esforços da administração foram orientados para a gestão eficiente dos recursos em um cenário de crise e pelas ações de adequação das distribuidoras do Grupo à realidade decorrente da conclusão, em caráter definitivo, do segundo ciclo de revisões tarifárias.

Em outra frente, a Companhia atuou no sentido de desenvolver as capacitações internas necessárias para o cumprimento dos objetivos estratégicos. Um exemplo claro dessa iniciativa foi o sucesso alcançado pelo Grupo no leilão de energia eólica realizado no final do exercício, quando nossos projetos mostraram-se altamente competitivos e tecnicamente diferenciados.

No exercício, o Grupo também definiu três novos projetos, nos quais deverá investir R\$ 1,2 bilhão nos próximos três anos: a aquisição de 51% do capital da empresa Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA (“Epasa”), que compreende as usinas termelétricas Termoparaíba e Termonordeste movidas a óleo combustível; a aquisição de sete empresas eólicas (Santa Clara I, II, III, IV, V, VI e Eurus VI); e a constituição da CPFL Bio Formosa e a assinatura de contrato de parceria com o Grupo Farias, para o desenvolvimento do segundo projeto de geração a biomassa de cana-de-açúcar do Grupo (Projeto Baía Formosa).



Como resultado dos projetos de geração de energia em curso, a capacidade instalada do Grupo aumentará 49,5% até 2012, para 2.597 MW (1.307 MW médios).

As expectativas de crescimento da economia brasileira a partir de 2010 são promissoras. Esse cenário deve proporcionar oportunidades atraentes para a ampliação dos negócios. O consumo de energia elétrica, impulsionado pelo aumento da renda da população e pela expansão da atividade econômica como um todo, deverá se elevar consideravelmente, requerendo a ampliação acelerada da capacidade de geração de energia elétrica do País. Para isso estão sendo avaliados vários empreendimentos hidrelétricos, além do crescimento da participação na matriz energética brasileira de energia elétrica produzida a partir de fontes alternativas, limpas e renováveis.

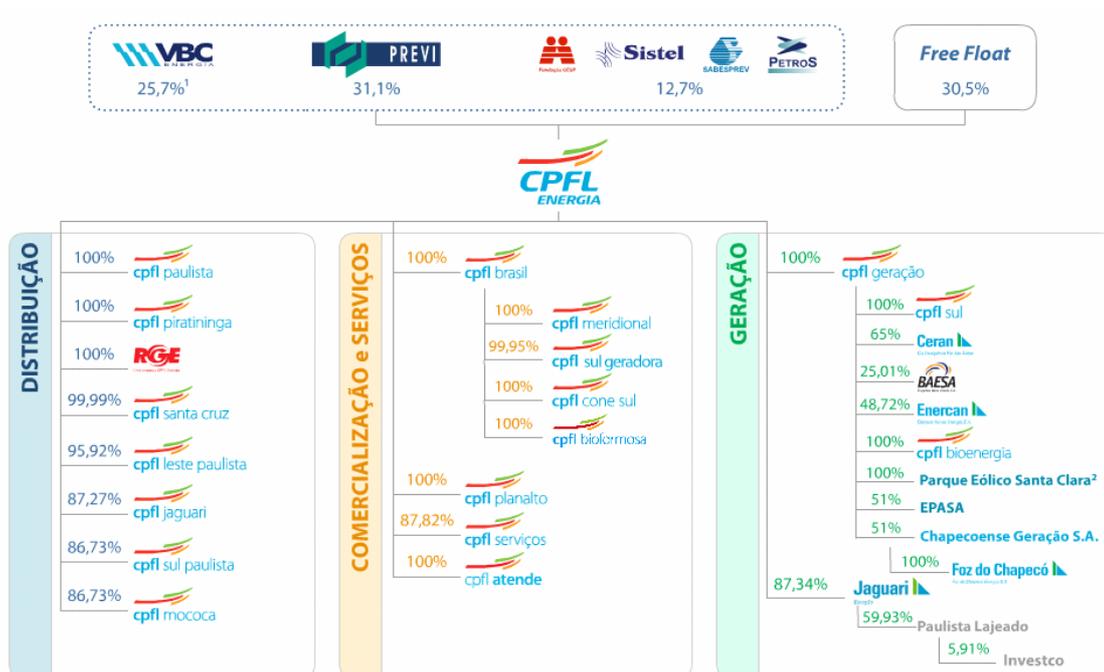
O Grupo CPFL Energia está preparado para esse novo contexto de negócios. Ao longo da última década, desenvolvemos e implantamos grandes projetos hidrelétricos, repotenciamos pequenas centrais hidrelétricas sem impacto ambiental, fomos pioneiros no desenvolvimento de soluções tecnológicas para a cogeração de energia a partir da biomassa da cana-de-açúcar e, mais recentemente, nos capacitamos para atuar na geração de energia eólica.

Em conjunto, os resultados descritos anteriormente e a evolução obtida neste exercício posicionam o Grupo para atuar com competitividade nesse novo cenário, orientado pela visão da importância da energia elétrica para o bem-estar da população e para o desenvolvimento do País.

Acreditamos, por fim, que o pleno exercício dessa visão, somente tem sido possível graças ao apoio e à confiança de nossos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, dos poderes constituídos e das comunidades em que estamos presentes.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (Simplificado)

A CPFL Energia atua como *holding*, participando no capital de outras sociedades:



Notas: (1) Inclui 0,1% de ações da empresa Camargo Corrêa S.A..

(2) Compreende 7 empresas: Santa Clara I, II, III, IV, V e VI e Eurus VI.

----- Acionistas controladores (detêm 69,37%).

Para mais informações sobre investimentos em sociedades controladas, ver Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras.

2. Comentário sobre a Conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2009 se iniciou em meio a incertezas com relação aos rumos da economia global. Ao longo do primeiro semestre as preocupações foram se diluindo gradativamente, à medida que os pacotes de estímulo monetário e fiscal colocados em prática pelas autoridades econômicas em vários países começaram a surtir efeito tanto sobre a debilitada confiança dos agentes como na economia propriamente dita. Assim, entre o 2º e o 3º trimestres, o mundo começou a sair da recessão que seria a mais severa desde a Grande Depressão econômica que se seguiu ao colapso da Bolsa de Nova York, em 1929.

A recuperação econômica começou a ganhar expressão e ficou nítido que a maior parte dos países emergentes sofreu bem menos do que as economias centrais, abaladas duramente pela situação de quase insolvência dos seus sistemas bancários. Nesse quadro de superação da recessão, a discussão se voltou para o ritmo de recuperação da economia e ao *timing* de implementação das chamadas "estratégias de saída" (isto é, a retirada dos estímulos monetários e fiscais).

E é essa a grande discussão que adentra 2010 – ano que deverá ser marcado por um crescimento razoável do PIB mundial, capitaneado pelas economias emergentes. Espera-se uma retirada gradual desses estímulos já a partir do primeiro trimestre de 2010, de modo a evitar a formação de novos desequilíbrios nos anos seguintes. No *front* doméstico, em meio ao clima de disputa acirrada nas eleições presidenciais (que não deverão, contudo, trazer mudanças no arcabouço básico de política econômica vigente desde 1999), o PIB brasileiro deverá crescer entre 5% e 6% puxado pela retomada dos investimentos – apontando que a forte retração das inversões em 2009 não representou o fim do ciclo de expansão dos investimentos observado entre 2004 e 2008, mas apenas uma pausa temporária.

AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2009 foi marcado pela conclusão do processo de Revisão Tarifária Periódica, iniciado em 2007. Ao mesmo tempo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desenvolveu outras frentes visando ao aperfeiçoamento do arcabouço regulatório vigente, destacando-se:

- Conclusão da Audiência Pública nº 001/2009 que resultou na publicação da Resolução Normativa nº 359/2009, que aprimora o processo de Incorporação de Redes Particulares;
- Instauração da Audiência Pública nº 002/2009, resultando na publicação da Resolução Normativa nº 367/2009, por meio da qual foi implantado o novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCSPEE), peça fundamental para o terceiro ciclo de Revisões Tarifárias. Em 2011 será realizada a revisão da CPFL Piratininga. As revisões da CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa

- serão realizadas em 2012 e a das distribuidoras CPFL Paulista e RGE, em 2013;
- Conclusão da primeira revisão dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST), discutido no âmbito da Audiência Pública nº 033/2009, resultando na Resolução Normativa nº 395/2009, que modifica o tratamento dado aos indicadores de continuidade do fornecimento de energia, aumentando a importância dos indicadores individuais;
 - Aprovação da Resolução Aneel nº 387/2009, que estabelece a metodologia de cálculo do repasse final da Energia Livre aos Geradores.

Outro tema relevante em 2009 foi a discussão em torno da proposta da Aneel de adequação da metodologia de cálculo do índice de Reajuste Tarifário Anual, mediante o estabelecimento de Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme a Audiência Pública nº 043/2009 com a proposta de neutralidade dos Encargos Setoriais. É importante, contudo, destacar que eventuais alterações aos contratos de concessão deverão ser objeto de negociação bilateral, envolvendo todos os agentes que atuam no segmento de Distribuição de Energia Elétrica.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Segunda Revisão Tarifária Periódica

Em 2009, a Aneel publicou os resultados definitivos da segunda Revisão Tarifária Periódica das oito distribuidoras do Grupo (CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE), iniciada em 2007 para a CPFL Piratininga, e em 2008 para as demais distribuidoras do Grupo.

Em fevereiro de 2010, a Aneel, por meio do despacho nº 234, acatou parcialmente o pleito do recurso da CPFL Sul Paulista sobre os índices de atualização monetária considerados no cálculo da Empresa de Referência, e incluiu, no Reajuste Tarifário Anual de 2010, a alteração do índice de reposicionamento tarifário de -4,73% para -4,59%. Com isso, o reposicionamento tarifário total (incluindo componentes financeiros) da CPFL Sul Paulista ficou em -5,19%.

Os índices aprovados pela Aneel são demonstrados na tabela a seguir:

Índice definitivo da Segunda Revisão Tarifária Periódica	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga
Reposicionamento Tarifário	-17,05%	-3,22%	-3,79%	-4,59%	-10,41%	-14,07%	-8,11%	-13,50%
Componentes Financeiros	2,64%	1,04%	-1,38%	-0,59%	2,81%	0,07%	10,45%	0,73%
Reposicionamento Tarifário Total	-14,41%	-2,18%	-5,17%	-5,19%	-7,60%	-14,00%	2,34%	-12,77%

Reajuste Tarifário Anual de 2009

A Aneel aprovou o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 2009 para as oito distribuidoras do Grupo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Índice de Reajuste Tarifário (IRT)	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga
Vigência >>>>>	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	08/04/2009	19/04/2009	23/10/2009
IRT Econômico	10,69%	10,58%	11,01%	11,80%	10,52%	13,58%	10,44%	2,81%
Componentes Financeiros	13,40%	2,36%	0,35%	-0,16%	0,66%	7,64%	8,50%	3,17%
IRT Total	24,09%	12,94%	11,36%	11,64%	11,18%	21,22%	18,95%	5,98%



Reajuste Tarifário Anual de 2010

Em fevereiro de 2010, a Aneel aprovou o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) de cinco distribuidoras do Grupo, já considerando a neutralidade dos Encargos Setoriais, de forma provisória, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Índice de Reajuste Tarifário (IRT)	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
Vigência >>>>>	03/02/2010	03/02/2010	03/02/2010	03/02/2010	03/02/2010
IRT Econômico	1,90%	-6,32%	5,81%	4,30%	4,15%
Componentes Financeiros	8,19%	-6,89%	-0,65%	1,36%	-0,17%
IRT Total	10,09%	-13,21%	5,16%	5,66%	3,98%

Para mais detalhes referentes às tarifas de energia elétrica, ver Notas Explicativas nºs 3b e 34 das Demonstrações Financeiras.

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, tendo como principal indexador a variação anual definida pelo IGP-M.

3. Desempenho Operacional

VENDAS DE ENERGIA

As vendas de energia nas áreas de concessão, realizadas através do segmento de distribuição, totalizaram 48.568 GWh (49.033 GWh em 2008). As vendas para o mercado cativo totalizaram 37.821 GWh, sendo, ainda, faturados 10.747 GWh por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). A energia comercializada para clientes livres e por meio de contratos bilaterais totalizou 10.243 GWh, um aumento de 15,0% em relação a 2008 (8.904 GWh).

No mercado cativo, se destaca o crescimento das classes residencial (6,0%) e comercial (5,3%), que, juntas, representam 51,7% do total consumido pelos clientes cativos das distribuidoras do Grupo.

- **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 6,0% e 5,3%, respectivamente. A temperatura mais elevada que em 2008 e os efeitos acumulados do crescimento econômico (aumento da renda da população, do acesso ao crédito, e das vendas de eletrônicos e de eletrodomésticos) verificado nos últimos anos fizeram com que essas classes mantivessem o consumo elevado em 2009.
- **Classe Industrial:** redução de 5,0% influenciada pela crise financeira internacional e seus impactos sobre a atividade industrial, sobretudo no que diz respeito às exportações e à produção de bens de capital (investimentos). Cabe observar, no entanto, que a redução percentual vem diminuindo ao longo do ano, como segue: 1º trimestre (-7,9%), 2º trimestre (-7,0%), 3º trimestre (-4,8%) e 4º trimestre (-0,6%).

A quantidade de energia correspondente ao consumo dos clientes livres na área da CPFL Energia faturados por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) atingiu



10.747 GWh, com redução de 8,2%. Assim, como no mercado cativo, houve recuperação ao longo do ano: 1º trimestre (-14,7%), 2º trimestre (-12,1%), 3º trimestre (-4,6%) e 4º trimestre (-1,5%).

A quantidade de energia transportada, faturada no 4º trimestre, foi afetada negativamente por uma alteração no período de faturamento de alguns clientes livres da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga, que resultou em um menor número de dias lidos, em cumprimento à Portaria CAT nº 97, de 27/05/2009, da Secretaria da Fazenda - SP, que altera a regulamentação da arrecadação de ICMS desses clientes. Entretanto, essa mudança não resultou em alteração da Receita Operacional em função do registro do "não faturado". Considerando-se a quantidade de energia correspondente aos dias não faturados, a quantidade de energia transportada teria crescido 6,7% no 4º trimestre de 2009, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Quando comparadas as quantidades de 2008 e 2009, contudo, se observa queda de 6,2% no exercício.

Para mais detalhes referentes à venda de energia elétrica (venda em R\$, em GWh, por classe de consumo e número de consumidores), ver Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Atendimento ao Cliente

As distribuidoras da CPFL Energia ofertaram canais ágeis e confiáveis de atendimento, para assegurar facilidade de acesso e conforto aos clientes. Para isso, mantêm uma estrutura diversificada de atendimento, adequada a cada classe de cliente, composta por *Call Centers*, Agências de Atendimento, Agências Virtuais e Gerentes de Contas. No total, esses canais foram responsáveis por 20 milhões de atendimentos em 2009.

No exercício, o Grupo desenvolveu novas ações do Projeto Ligado no Cliente, implantado em 2008 na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, que visa a excelência no relacionamento por meio da melhoria contínua na qualidade dos processos, da disponibilização de serviços adequados às especificidades, interesses e expectativas de cada segmento. O projeto compreende, ainda, ações de Pré e Pós-Atendimento, a reformulação das Agências Virtuais e a introdução de novas práticas de relacionamento e comunicação com os clientes. Esse programa, gradativamente, será estendido para as demais distribuidoras do Grupo.

Qualidade do Fornecimento de Energia

A qualidade do fornecimento de energia é um dos principais eixos da estratégia de eficiência operacional das distribuidoras do Grupo, que atua em mercados complexos e exigentes. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por



consumidor no ano. E o DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano.

A CPFL Paulista e a CPFL Piratininga mantiveram posição diferenciada entre as grandes distribuidoras do País. Ressalte-se, ainda, o desempenho da RGE, que registrou reduções de, respectivamente, 9% (FEC) e de 6,3% (DEC) sobre os resultados de 2008, obtendo o melhor desempenho de sua história, principalmente por conta dos investimentos realizados na modernização e em programas de manutenção preventiva e preditiva do sistema elétrico.

O blecaute ocorrido no País em 10 de novembro de 2009, quando 17 estados e o Distrito Federal tiveram o fornecimento interrompido, afetou os índices FEC/DEC em quatro distribuidoras do Grupo (CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Jaguari e CPFL Santa Cruz), responsáveis por 66% da carga da Companhia.

DISTRIBUIDORAS - FEC / DEC 2009

Empresa / Indicador	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Mococa
FEC	5,77 / 5,07*	6,41 / 5,35*	8,80	7,55 / 7,27*	10,75	7,37	6,06 / 5,07*	8,27
DEC	7,62 / 5,76*	11,02 / 6,68*	14,45	5,47 / 5,34*	11,31	8,94	10,61 / 6,07*	8,18

(*) Índices de FEC/DEC sem os efeitos do blecaute de 10 de novembro de 2009.

Perdas Comerciais

As distribuidoras do Grupo combatem permanentemente as perdas comerciais em suas áreas de concessão, atuando, principalmente, na inspeção de unidades consumidoras, na verificação e substituição de medidores obsoletos ou avariados e em campanhas de orientação. As ações realizadas em 2009 resultaram na recuperação de 366 GWh correspondentes à receita de R\$ 133 milhões.

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A potência instalada de geração do Grupo alcançou 1.737 MW em 2009, com a entrada em operação comercial da segunda unidade geradora da UHE 14 de Julho (32,5 MW). No exercício, a CPFL Geração também avançou nas obras de construção da UHE Foz do Chapecó (855 MW), prevista para gerar comercialmente no terceiro trimestre de 2010, e nas obras da UTE Baldin (45 MW/24 MW médios/safra), prevista para entrar em operação comercial em março de 2010.

Em setembro de 2009, o Grupo, por meio da CPFL Geração, adquiriu 51% das ações da Epasa para viabilizar investimentos em geração de energia a óleo combustível. Os dois empreendimentos termelétricos, Termoparaíba e Termonordeste, terão 341,5 MW de potência instalada e 247,8 MW médios de energia assegurada com entrada em operação



comercial prevista para o terceiro trimestre de 2010.

No exercício também foram identificados e desenvolvidos projetos de geração eólica, sendo que, em setembro de 2009, o Grupo adquiriu um complexo de parques eólicos no Estado do Rio Grande do Norte, composto pelos parques Santa Clara I, II, III, IV, V e VI e Eurus VI. O projeto possui capacidade instalada total de 188 MW e energia assegurada de 76 MW médios. A energia assegurada já foi comercializada no Leilão Aneel nº 03, realizado pelo Governo Federal em 14 de dezembro de 2009. Os parques eólicos serão erguidos nos municípios de Parazinho e João Câmara (RN), com previsão de entrada em operação em julho de 2012.

Em outubro de 2009, o Grupo constituiu a CPFL Bio Formosa, que assinou um contrato de parceria com o Grupo Farias, para o desenvolvimento de projeto de geração a biomassa de cana-de-açúcar (Projeto Baía Formosa). O projeto consiste na implantação, até 2011, da Usina Termelétrica Bio Formosa (40 MW/25 MW médios/safra).

Como resultado dos projetos de geração de energia em curso, a capacidade instalada do Grupo aumentará 49,5% até 2012. Já para 2010, deverá ser de 2.369 MW (1.214 MW médios), alcançando 2.409 MW (1.228 MW médios) em 2011, até atingir 2.597 MW (1.307 MW médios), em 2012, quando todos os atuais empreendimentos estarão em operação comercial.

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2009, o Grupo alcançou êxito no objetivo de fortalecer sua posição no mercado brasileiro de comercialização de energia. Com atuação em todo o território nacional, as vendas de energia, compreendendo o suprimento a clientes livres e contratos bilaterais, atingiram 10.243 GWh, um crescimento de 15,0% em relação a 2008.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas.

Receita Operacional

A receita operacional bruta atingiu R\$ 15.693 milhões, o que significou crescimento de 9,2% (R\$ 1.321 milhões).

Os principais fatores que contribuíram para o aumento da receita bruta foram:

- i) Reajustes tarifários das distribuidoras:
 - a) CPFL Piratininga (+16,54%), com vigência a partir de 23 de outubro de 2008;
 - b) CPFL Santa Cruz (+24,09%), CPFL Leste Paulista (+12,94%), CPFL Jaguari (+11,36%), CPFL Sul Paulista (+11,64%) e CPFL Mococa (+11,18%), com vigência a partir de 3 de fevereiro de 2009;



- c) CPFL Paulista (+21,22%), com vigência a partir de 8 de abril de 2009;
 - d) RGE (+18,95%), com vigência a partir de 19 de abril de 2009.
- ii) Aumento de 26,4% (R\$ 251 milhões) na receita de suprimento de energia, devido principalmente ao aumento de 38,2% no volume de venda de energia, decorrente do desempenho das comercializadoras.

O aumento da receita operacional foi parcialmente compensado pelo estorno de receita referente a ajustes no IRT de 2009, decorrentes da homologação final do 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE (R\$ 131 milhões em 2009 versus R\$ 33 milhões em 2008).

Geração Operacional de Caixa – EBITDA

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 2.766 milhões em 2009, com redução de 1,5% em relação a 2008 (R\$ 42 milhões), refletindo, principalmente, os aumentos de 15,2% no Custo com Energia Elétrica (R\$ 864 milhões) e de 9,3% nos Custos e Despesas Operacionais (R\$ 58 milhões), dos quais se excluem os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo aumento de 9,1% na Receita Líquida (R\$ 884 milhões).

O aumento no Custo com Energia Elétrica ocorreu, principalmente, devido aos seguintes fatores: (i) aumento de 6,5% (3.207 GWh) na quantidade de energia comprada; (ii) reajuste de preço dos contratos de compra de energia; (iii) efeitos de ativos/passivos regulatórios, com destaque para amortização e diferimento da CVA (R\$ 448 milhões).

O aumento nos Custos e Despesas Operacionais ocorreu devido aos seguintes fatores: (i) aumento de 5,1% nas despesas com pessoal (R\$ 26 milhões), decorrente, principalmente, do acréscimo salarial referente aos Acordos Coletivos de 2008 e 2009; (ii) aumento de 15,3% nas despesas com material (R\$ 10 milhões); (iii) aumento de 2,9% nas despesas com serviços de terceiros (R\$ 11 milhões); e (iv) aumento de 4,3% nos outros custos/despesas operacionais (R\$ 11 milhões).

O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro (R\$ 1.286 milhões), impostos (R\$ 584 milhões), resultado financeiro (R\$ 317 milhões), depreciação/amortização (R\$ 575 milhões) e entidade de previdência (R\$ 4 milhões).

Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Energia alcançou, em 2009, Lucro Líquido de R\$ 1.286 milhões, com aumento de 0,8% (R\$ 11 milhões), devido principalmente à redução de 23,5% na despesa financeira líquida (R\$ 98 milhões) e à redução de 8,2% no Imposto de Renda e na Contribuição Social (R\$ 52 milhões). Esse resultado foi parcialmente compensado pelos seguintes fatores: (i) efeito negativo na despesa com Entidade de Previdência Privada (R\$ 88 milhões); (ii) redução de 1,5% no EBITDA (R\$ 42 milhões); e (iii) aumento líquido de 1,7% nas depreciações e amortizações (R\$ 9 milhões).

No exercício, o lucro líquido por ação foi de R\$ 2,68.



Dividendo

A Administração propõe a distribuição de R\$ 1.227 milhões em dividendos aos detentores de ações ordinárias negociadas na BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.. O valor proposto corresponde ao saldo do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal de 5% e equivale a R\$ 2,556073389 por ação. Com isso, a Companhia supera a distribuição mínima de 50% do lucro líquido, prevista em sua política de dividendos.

Descontando o montante pago de R\$ 572 milhões referentes ao primeiro semestre de 2009 (pagos em setembro de 2009), o valor a ser pago será de R\$ 655 milhões, equivalente a R\$ 1,364872065 por ação.

Endividamento

No final de 2009, a dívida financeira (incluindo *hedge*) da Companhia atingiu R\$ 7.657 milhões, com aumento de 12,7% em relação a 2008, principalmente em função dos investimentos em geração. A dívida líquida atingiu R\$ 6.370 milhões e a relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 2,3x.

Para mais detalhes referentes ao endividamento, ver Notas Explicativas nºs 16, 17 e 32 das Demonstrações Financeiras.

5. Investimentos

Em 2009, o Grupo CPFL Energia investiu R\$ 1.356 milhões. Em linha com a estratégia de ampliação e fortalecimento da participação do Grupo no mercado brasileiro de energia elétrica, foram aplicados R\$ 946 milhões na expansão dos negócios, abrangendo a construção de usinas hidrelétricas e termelétricas e na ampliação e reforço do sistema elétrico, para atender ao expressivo crescimento de mercado das distribuidoras. Foram, ainda, aplicados recursos de R\$ 371 milhões em melhorias no sistema elétrico, na logística de operações, nos sistemas e na infraestrutura de suporte às operações, nos diversos segmentos de negócio. A CPFL Energia, por meio da sociedade controlada CPFL Geração, também investiu R\$ 29 milhões em aquisições de participações societárias. O segmento de comercialização e serviços de valor agregado do Grupo respondeu por investimentos de R\$ 10 milhões.

Distribuição de Energia

Os investimentos totalizaram R\$ 746 milhões. Desse montante, R\$ 376 milhões foram destinados à ampliação e ao reforço do sistema elétrico para atender o mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes registrado pelas oito distribuidoras no exercício. Foram, ainda, aplicados R\$ 370 milhões para melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infraestrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à



gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

Geração de Energia

Os recursos, no total de R\$ 570 milhões, se concentraram nos empreendimentos em construção: UHE Foz do Chapecó (R\$ 342 milhões), Epasa (R\$ 133 milhões) e UTE Baldin (R\$ 65 milhões).

A seguir, o estágio das obras das usinas em construção no final de 2009:

UHE Foz do Chapecó (855 MW): encontra-se em fase de construção (85% das obras realizadas). O cronograma de construção está de acordo com o planejado, sendo que a entrada em operação comercial dessa usina está prevista para o terceiro trimestre de 2010. A participação da CPFL Energia no empreendimento, por meio de sua sociedade controlada CPFL Geração, é de 51%, o que representa uma potência instalada e energia assegurada de 436,1 MW e 220,3 MW médios, respectivamente;

UTE Baldin (45 MW): encontra-se em fase de construção (90% das obras realizadas), sendo que a sua entrada em operação comercial está prevista para março de 2010. A energia a ser exportada para a CPFL Brasil é de 24 MW médios/safra.

Aquisições no Exercício

A CPFL Energia vem desenvolvendo uma estratégia consistente de ampliação de sua participação no mercado de energia elétrica do País, atuando como consolidadora do setor, por meio do aproveitamento de oportunidades de negócios que assegurem ganhos de eficiência e taxas de retorno compatíveis com as premissas que orientam os investimentos do Grupo:

- **Aquisição da empresa Epasa** – a CPFL Geração adquiriu, em 15 de setembro de 2009, 51% do capital social dessa sociedade, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 usinas termelétricas, denominadas UTE Termoparaíba e UTE Termonordeste, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada prevista será de 170,8 MW cada. As obras foram iniciadas em 2009 e a entrada em operação comercial está prevista para o terceiro trimestre de 2010;
- **Aquisição das sociedades Santa Clara I Energias Renováveis Ltda., Santa Clara II Energias Renováveis Ltda., Santa Clara III Energias Renováveis Ltda., Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda., Santa Clara V Energias Renováveis Ltda., Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. e Eurus VI Energias Renováveis Ltda.** – a CPFL Geração adquiriu, em 09 de setembro de 2009, 100% do capital social dessas sociedades, que têm como objetivo investir e atuar como produtores independentes de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, com um potencial previsto de 188 MW, a ser instalado no Estado do Rio Grande do Norte.

6. Governança Corporativa

O modelo de Governança Corporativa da CPFL Energia se baseia em quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, e é aplicado a todas as empresas do Grupo.

A CPFL Energia é listada no Novo Mercado da BM&FBovespa e possui ADRs Nível III na Bolsa de Nova York, sendo vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa. Seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias e assegura *tag along* de 100% do valor pago aos controladores, no caso de alienação de controle.

O Conselho de Administração da Companhia tem como objetivo fixar a orientação geral dos negócios e eleger a Diretoria, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela Lei e pelo Estatuto Social. Suas regras de funcionamento estão definidas em seu Regimento Interno. O órgão é composto por um conselheiro independente e seis conselheiros indicados pelos acionistas controladores, com prazo de mandato de um ano sendo permitida a reeleição. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, elegendo, dentre seus membros, um Presidente e um Vice-presidente. Nenhum conselheiro integra a Diretoria Executiva da Companhia.

O Conselho de Administração constituiu três comitês e definiu suas competências em um único Regimento Interno. São eles: Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Processos de Gestão. Sempre que necessário, são constituídas Comissões *ad hoc* que assessoram o Conselho de Administração em relação a temas como governança corporativa, estratégia, orçamento, compra de energia, novos negócios e políticas financeiras.

A CPFL Energia possui um Conselho Fiscal em permanente funcionamento, formado por cinco membros que exercem também as atribuições de Comitê de Auditoria previstas nas regras da Securities and Exchange Commission (SEC). As regras de atuação do Conselho Fiscal são previstas em Regimento Interno e no Guia do Conselho Fiscal.

A Diretoria Executiva é formada por sete diretores, com prazo de mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva representar a Companhia e gerir os negócios, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração. Ao Diretor Presidente cabe a indicação dos nomes dos demais diretores estatutários.

Destaques 2009

- Preparação do Manual para Participação em Assembleias de Acionistas;
- Reestruturação societária de sociedades controladas (simplificação da estrutura societária do grupo CPFL Energia);
- Confirmação do *Rating* AA+ de governança corporativa pela Austin Rating;
- Primeira colocada entre as 50 maiores empresas mais sustentáveis da América Latina pela *LatinFinance Magazine* e a consultoria Management & Excellence;



- Segundo lugar no *ranking* de Transparência em Sustentabilidade das empresas do Ibovespa, promovido pela *LatinFinance Magazine* e a consultoria Management & Excellence;
- Confirmada, pelo quinto ano consecutivo, a participação da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa;
- Gestão de riscos centralizada, sob a coordenação da Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Revisão e atualização das Diretrizes de Governança Corporativa e do Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Lançamento do *Practical Guide to Corporate Governance: Experiences from the Latin American Companies Circle*, em Nova York, publicação que apresenta casos de sucesso das empresas que compõem o Companies Circle - grupo de 14 empresas latino-americanas reconhecidas por adotar práticas diferenciadas de governança corporativa, organizado por iniciativa da Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) e do International Finance Corporation (IFC), para promover o aprimoramento das boas práticas de governança na América Latina.;
- Criação de uma posição de Diretor Estatutário para Desenvolvimento de Negócios, eleito em 2010.

Todos os documentos referentes à Governança Corporativa e à composição dos órgãos da Companhia estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores da Companhia (www.cpfl.com.br/ri)

7. Mercado de Capitais

A CPFL Energia, atualmente com 30,5% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tem títulos negociados no Brasil (BM&FBovespa) e na Bolsa de Nova York (Nyse).

Em 2009, as ações da CPFL Energia apresentaram valorização de 26,6% na BM&FBovespa e de 70,9% na Nyse, encerrando o ano cotadas a R\$ 35,31 por ação e US\$ 61,78 por ADR, respectivamente.

O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 27,3 milhões, dos quais R\$ 15,7 milhões na BM&FBovespa e R\$ 11,6 milhões na Nyse, representando uma redução de 24,1%, embora o número de negócios realizados na BM&FBovespa tenha aumentado 48,8%, passando de uma média diária de 918 negócios, em 2008, para 1.366 negócios em 2009. A redução da liquidez está relacionada com a crise financeira internacional, que provocou fuga de capitais dos países emergentes, além da característica defensiva do setor elétrico, que foi preterido no período de recuperação da bolsa (2009), com investidores preferindo ativos mais depreciados.



8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Energia mantém um programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. Mais informações em www.cpfl.com.br/sustentabilidade.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

Foram concluídas a implantação do Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética e a elaboração e implantação do Código de Ética junto às distribuidoras CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e as empresas CPFL Serviços e CPFL Atende. Com isso, todas as empresas do Grupo estão dentro do mesmo padrão preconizado pela CPFL Energia e contam com o apoio do portal *Ética em Rede* (www.cpfl.com.br/etica).

Gestão da Excelência Empresarial

O Grupo estimula a incorporação, por suas empresas controladas, de um Sistema de Gestão Integrado - SGI. Esse sistema visa padronizar e certificar os principais processos de trabalho, em quatro dimensões: Gestão da Qualidade (ISO 9001), Gestão Ambiental (ISO 14001), Gestão da Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001) e Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000). A aderência ao sistema é monitorada por meio de auditorias periódicas realizadas por organizações externas. O SGI se encontra implantado na CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE e todas as certificações foram renovadas em 2009. Seguindo essa diretriz, a CPFL Energia adota em suas empresas controladas o Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ. O histórico de reconhecimentos obtidos pela CPFL Paulista (Finalista do PNQ 2004 e Vencedora do PNQ 2005 e PNQ 2008), CPFL Piratininga (Vencedora do PNQ 2009) e RGE (Finalista do PNQ 2009) demonstra a constância de propósitos do Grupo, posicionado lado a lado com as companhias de classe mundial.

Gestão do Relacionamento com os Clientes

As distribuidoras do Grupo mantêm programas específicos para assegurar a satisfação de seus clientes, por meio do desenvolvimento de programas de relacionamento, de melhoria dos canais de atendimento e acesso e da disponibilização de todas as informações relativas aos serviços prestados. As diretrizes adotadas nas empresas do Grupo, em 2009, se refletiram nos índices de satisfação medidos em pesquisas e na conquista de reconhecimentos e premiações. A CPFL Mococa, com índice de satisfação de 77,26%, conquistou o Prêmio IASC Sul e Sudeste até 400 mil consumidores, registrando o melhor resultado entre as empresas que atuam nessas regiões. Nessa pesquisa, a CPFL Paulista registrou índice de satisfação de 68,15%. Destaque também para a CPFL Piratininga



(69,08%), RGE (71,12%), CPFL Jaguari (74,51%) e CPFL Leste Paulista (74,74%), com índices superiores à média nacional, de 66,74%. Todas as distribuidoras do Grupo concluíram seus compromissos dentro do Programa Universalização Luz para Todos desde 2008.

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia encerrou o exercício com 7.450 colaboradores (7.119 em 2008) e rotatividade de 7,8%. O tempo médio de atividade de cada profissional é de 11 anos e a idade média, de 38 anos.

Ao longo de 2009, as empresas do Grupo mantiveram programas diferenciados de gestão e capacitação de recursos humanos, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas para os negócios, sucessão de lideranças, aumento da produtividade e em saúde e segurança ocupacional dos colaboradores.

No período, foi realizado um amplo programa de desenvolvimento de competências, se destacando a atuação da Universidade Corporativa CPFL Energia, criada no ano anterior. Com essas iniciativas o número médio de horas de treinamento por colaborador foi de 81,3 horas, 17,8% superior ao *benchmarking* da Pesquisa Sextante-2009, de 69,0 horas por colaborador.

A CPFL Energia conquistou a 8ª colocação no *ranking* "As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil", da publicação *Guia Você S/A / Exame*, em sua participação pelo sétimo ano consecutivo.

Relacionamento com a Comunidade

Entre as ações realizadas em 2009, visando contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Energia atua, destacam-se:

- **CPFL Cultura:** desenvolvido nas principais cidades da área de atuação das empresas do Grupo (Bauru, Campinas, Caxias do Sul, Ribeirão Preto, Santos e Sorocaba), além da cidade de São Paulo. No ciclo 2009/2010, a programação está orientada para a discussão dos temas: aquecimento global e mudança climática, energia e crise econômico-financeira mundial. A TV Cultura de São Paulo transmite semanalmente os programas *Café Filosófico* e *Invenção do Contemporâneo* em sua grade e todo o acervo *CPFL Cultura* está disponível também no portal www.cpficultura.com.br. A iniciativa é realizada predominantemente com recursos oriundos de incentivos fiscais.
- **Programa CPFL de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos:** em 2009, o programa abrangeu 90 hospitais, localizados em 81 municípios das regiões de Araçatuba, Araraquara, Baixada Santista, Bauru, Piraju, Ribeirão Preto e Sorocaba, áreas das distribuidoras.
- **Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):** as empresas do Grupo CPFL Energia destinaram, em 2009, cerca de R\$ 1,57 milhão para 209 projetos mantidos por entidades sociais, que atendem crianças e adolescentes, em 114 municípios de sua área de concessão.



Influência e Liderança na Cadeia de Valor

Foram realizadas, no período, duas reuniões periódicas da Rede de Valor, fórum de fornecedores para troca de aprendizagens e a construção de uma agenda comum. Os temas debatidos entre os fornecedores foram "A crise econômica e a agenda da sustentabilidade" e "Os antecedentes e o que está em jogo na COP 15".

Compromissos Empresariais

A Companhia é signatária dos compromissos Pacto Global (ONU), Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU), Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq), Pacto pela Integridade e Contra a Corrupção (Empresa Limpa), Pacto Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras (WCF) e Caring for Climate (ONU). E, em 2009, tornou-se signatária da Carta Aberta ao Brasil sobre as Mudanças Climáticas.

A CPFL Energia também aderiu ao Copenhagen Communiqué on Climate Change, uma iniciativa do Príncipe Charles gerida pelo Programa de Liderança para a Sustentabilidade da Universidade de Cambridge.

Gestão Ambiental

As empresas do Grupo desenvolvem projetos que buscam maximizar os aproveitamentos energéticos e mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa.

Destacam-se no exercício os seguintes programas e iniciativas:

Geração de Energia: comercialização de 13.751 Certificados de Redução de Emissões (CO₂) referentes às PCHs e 93.284 CERs referentes ao Ceran (UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho); remoção de 28.203 m³ de plantas aquáticas no reservatório da PCH Americana; apoio à Associação Barco Escola da Natureza, que recebeu público de 129 mil participantes no período; soltura de 58 mil alevinos de curimatás e lambaris em rios do Estado de São Paulo; implantação do Sistema de Gestão Integrado (Qualidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente), com respectivas certificações no Ceran; apoio na pavimentação da rodovia SC-456, na área de abrangência da Enercan (Usina Hidrelétrica Campos Novos); desenvolvimento do Projeto Novo Rumo, de geração de emprego e renda, na área de abrangência da UHE Foz Chapecó; estímulo ao desenvolvimento regional, no âmbito da UHE Campos Novos, beneficiando 417 famílias; participação no Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás em apoio às instituições Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério de Minas e Energia, Furnas, Sebrae-Goiás e Tractebel Energia, visando gerar empregos e renda para famílias abrangidas pelas UHE Cana Brava e UHE Serra da Mesa.

Distribuição de Energia: manutenção do Programa Cadeia Reversa de Suprimentos e Gerenciamento de Destino Final de Resíduos, visando recondicionar equipamentos e materiais obsoletos retirados das redes de distribuição e transmissão de energia, e do Projeto Gaseificador para gerar energia elétrica a partir de vários tipos de biomassa nas áreas da CPFL Paulista e CPFL Piratininga; distribuição de 325 mil mudas para programas de



arborização urbana e, também, de apoio a programas de Coleta Seletiva de Lixo nos municípios das áreas de concessão; apoio ao Projeto Matas Ciliares em desenvolvimento às margens do Rio Pratos, com doação de 44 mil mudas, e obtenção da Certificação Ambiental (ISO 14001) com expansão para atividades "Subtransmissão de Energia", abrangendo 16 subestações e 14 linhas de transmissão na área da RGE.

9. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2009, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

10. Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2009. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri

Balanco Social Anual / 2009 (*)

Empresa: CPFL - Energia S.A.

1 - Base de Cálculo		2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)						
Receita líquida (RL)		10,565,982			9,681,866						
Resultado operacional (RO)		1,884,524			1,921,699						
Folha de pagamento bruta (FPB)		484,165			444,446						
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL				
Alimentação		39,269	8.11%	0.37%	35,371	7.96%	0.37%				
Encargos sociais compulsórios		129,432	26.73%	1.22%	117,929	26.53%	1.22%				
Previdência privada		25,140	5.19%	0.24%	25,159	5.66%	0.26%				
Saúde		27,564	5.69%	0.26%	29,593	6.66%	0.31%				
Segurança e saúde no trabalho		1,801	0.37%	0.02%	2,964	0.67%	0.03%				
Educação		1,884	0.39%	0.02%	2,157	0.49%	0.02%				
Cultura		0	0.00%	0.00%	0	0.00%	0.00%				
Capacitação e desenvolvimento profissional		7,331	1.51%	0.07%	9,333	2.10%	0.10%				
Creches ou auxílio-creche		1,118	0.23%	0.01%	958	0.22%	0.01%				
Participação nos lucros ou resultados		37,710	7.79%	0.36%	34,091	7.67%	0.35%				
Outros		3,881	0.80%	0.04%	6,020	1.35%	0.06%				
Total - Indicadores sociais internos		275,130	56.81%	2.61%	263,575	59.31%	2.73%				
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL				
Educação		1,858	0.10%	0.02%	1,870	0.10%	0.02%				
Cultura		7,879	0.42%	0.07%	10,847	0.56%	0.11%				
Saúde e saneamento		834	0.04%	0.01%	982	0.05%	0.01%				
Esporte		1,333	0.07%	0.01%	1,213	0.06%	0.01%				
Combate à fome e segurança alimentar		0	0.00%	0.00%	0	0.00%	0.00%				
Outros		2,856	0.15%	0.03%	2,420	0.13%	0.02%				
Total das contribuições para a sociedade		14,760	0.78%	0.14%	17,332	0.90%	0.17%				
Tributos (excluídos encargos sociais)		4,939,031	262.08%	46.74%	4,598,530	239.30%	47.50%				
Total - Indicadores sociais externos		4,953,791	262.86%	46.88%	4,615,862	240.20%	47.67%				
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL				
Investimentos relacionados com a produção/ operação da emp		90,167	4.78%	0.85%	126,362	6.58%	1.31%				
Investimentos em programas e/ou projetos externos		69,215	3.67%	0.66%	44,425	2.31%	0.46%				
Total dos investimentos em meio ambiente		159,382	8.45%	1.51%	170,787	8.89%	1.77%				
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%						
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2009			2008						
Nº de empregados(as) ao final do período		7,450			7,119						
Nº de admissões durante o período		1,068			944						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		5,578			4,730						
Nº de estagiários(as)		210			185						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		1,841			1,661						
Nº de mulheres que trabalham na empresa		1,414			1,208						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		9.43%			10.14%						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		746			678						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		1.27%			0.61%						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		294			298						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2009			2008						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		59.20			80.09						
Número total de acidentes de trabalho		37			76						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa				
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT				
A previdência privada contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)				
A participação dos lucros ou resultados contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)				
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos				
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva				
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 801.942	no Procon 1.440	na Justiça 2.532	na empresa 857.013	no Procon 1.298	na Justiça 2.127				
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 46.95%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 56.93 %				
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2009: 7.628.657			Em 2008: 7.408.500						
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		66,37% governo	6,90% colaboradores(as)	16,02% acionistas	9,87% terceiros	0,84% retido	64,56% governo	5,62% colaboradores(as)	16,30% acionistas	12,60% terceiros	0,92% retido
7 - Outras Informações											
Informações Consolidadas											
Nos itens financeiros foram utilizados os percentuais de participação societária. Para as demais informações, tais como quantidade de empregados e processos judiciais, as informações foram disponibilizadas em números integrais.											
Responsável pelo Preenchimento: Antônio Carlos Bassalo, fone (19) - 3756-8018, bassalo@cpfl.com.br											

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes



CPFL Energia S.A.
Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 4)	219.126	15.702	1.473.175	737.847
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5)	-	-	1.840.107	1.721.028
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (nota 12)	908.881	884.932	-	-
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	39.253	38.249	39.253	38.249
Tributos a Compensar (nota 7)	44.310	37.160	190.983	174.294
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 8)	-	-	(81.974)	(82.462)
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 9)	317	289	124.086	101.882
Créditos Fiscais Diferidos (nota 10)	16.320	14.311	162.779	220.144
Estoques	-	-	17.360	15.594
Diferimento de Custos Tarifários (nota 3)	-	-	332.813	638.229
Derivativos (nota 32)	252	-	795	36.520
Outros Créditos (nota 11)	2.326	5.603	145.055	110.793
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	1.230.785	996.246	4.244.432	3.712.118
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5)	-	-	226.314	286.144
Coligadas, Controladas e Controladora	25.102	1.045	-	-
Depósitos Judiciais (nota 21)	10	8	654.506	599.973
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	62.179	87.117	79.836	96.786
Tributos a Compensar (nota 7)	2.787	2.787	110.014	101.948
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 9)	1.200	1.526	64.201	99.210
Créditos Fiscais Diferidos (nota 10)	157.068	111.544	1.117.736	1.132.736
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	140	409.310	-	-
Diferimento de Custos Tarifários (nota 3)	-	-	42.813	157.435
Derivativos (nota 32)	-	-	7.881	396.875
Outros Créditos (nota 11)	-	-	160.760	221.330
	248.486	613.337	2.464.061	3.092.437
Investimentos (nota 12)	4.745.444	4.573.627	104.801	103.598
Imobilizado (nota 13)	1	10	7.487.216	6.614.347
Intangível (nota 14)	4.468	380	2.554.400	2.700.136
Diferido	-	-	15.081	20.536
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.998.399	5.187.354	12.625.559	12.531.054
TOTAL DO ATIVO	6.229.184	6.183.600	16.869.991	16.243.172

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL Energia S.A.
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 15)	2.658	1.810	1.021.348	982.344
Encargos de Dívidas (nota 16)	-	-	26.543	29.081
Encargos de Debêntures (nota 17)	12.788	20.047	101.284	102.112
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	-	-	697.223	523.167
Debêntures (nota 17)	-	-	499.025	580.076
Débitos Fiscais Diferidos	-	-	2.258	9.077
Entidade de Previdência Privada (nota 18)	-	-	44.484	44.088
Taxas Regulamentares (nota 19)	-	-	62.999	94.054
Tributos e Contribuições Sociais (nota 20)	102	63	489.976	455.262
Provisões para Contingências (nota 21)	-	-	-	15
Dividendo e Juros sobre Capital Próprio (nota 23)	672.053	622.869	684.185	632.087
Obrigações Estimadas	78	100	50.620	46.244
Diferimento de Ganhos Tarifários (nota 3)	-	-	313.463	165.871
Derivativos (nota 32)	-	365	7.012	53.443
Outras Contas a pagar (nota 22)	7.487	1.867	584.614	524.898
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	695.166	647.121	4.585.034	4.241.819
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 15)	-	-	42.655	85.311
Encargos de Dívidas (nota 16)	-	-	62.427	74.104
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	-	-	3.515.236	3.836.882
Debêntures (nota 17)	450.000	450.000	2.751.169	2.026.890
Débitos Fiscais Diferidos	-	-	4.376	4.203
Entidade de Previdência Privada (nota 18)	-	-	425.366	508.194
Tributos e Contribuições Sociais (nota 20)	-	-	1.639	2.242
Provisões para Contingências (nota 21)	-	66.876	38.181	107.642
Diferimento de Ganhos Tarifários (nota 3)	-	-	108.691	40.779
Derivativos (nota 32)	1.056	961	5.694	961
Outras Contas a pagar (nota 22)	20	23	161.540	207.194
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	451.076	517.860	7.116.974	6.894.402
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	85.041	88.332
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 23)				
Capital Social	4.741.175	4.741.175	4.741.175	4.741.175
Reservas de Capital	16	16	16	16
Reservas de Lucros	341.751	277.428	341.751	277.428
Lucros Acumulados	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.082.942	5.018.619	5.082.942	5.018.619
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.229.184	6.183.600	16.869.991	16.243.172

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL Energia S.A.
Demonstrações dos Resultados para os Exercícios findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL (nota 24)				
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	7.433.979	6.691.722
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	1.199.081	948.339
Outras Receitas Operacionais	4	-	7.060.088	6.731.852
	4	-	15.693.148	14.371.913
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
ICMS	-	-	(2.613.245)	(2.440.661)
PIS	-	-	(249.094)	(233.273)
COFINS	-	-	(1.148.788)	(1.074.319)
ISS	-	-	(3.629)	(2.971)
Reserva Global de Reversão	-	-	(53.160)	(48.446)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(484.443)	(365.447)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(439.066)	(408.979)
Programa de P & D e Eficiência Energética	-	-	(99.792)	(92.008)
PROINFA	-	-	(35.878)	(23.942)
Encargos Emergenciais (ECE/EAAE)	-	-	(71)	(1)
	-	-	(5.127.166)	(4.690.047)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4	-	10.565.982	9.681.866
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com Energia Elétrica (nota 25)				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(5.359.571)	(4.763.730)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	-	(1.171.451)	(903.788)
	-	-	(6.531.022)	(5.667.518)
Custo de Operação				
Pessoal	-	-	(324.752)	(298.725)
Entidade de Previdência Privada (nota 18)	-	-	(3.678)	84.151
Material	-	-	(56.605)	(51.660)
Serviços de Terceiros	-	-	(155.056)	(135.121)
Depreciação e Amortização	-	-	(353.052)	(339.809)
Outros Custos de Operação	-	-	(50.349)	(53.028)
	-	-	(943.492)	(794.192)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	(5.387)	(7.457)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	4	-	3.086.081	3.212.699
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 26)				
Despesas com Vendas	-	-	(255.114)	(246.461)
Despesas Gerais e Administrativas	(18.339)	(20.768)	(384.086)	(385.172)
Outras Despesas Operacionais	(1.365)	(9.785)	(58.663)	(53.017)
Amortização do Intangível de Concessão	(148.749)	(129.206)	(186.899)	(192.029)
	(168.453)	(159.761)	(684.762)	(676.679)
RESULTADO DO SERVIÇO	(168.449)	(159.761)	2.201.319	2.336.020
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS (nota 12)	1.444.616	1.474.430	-	-
RESULTADO FINANCEIRO (nota 27)				
Receitas Financeiras	31.150	29.221	376.996	462.534
Receita Juros sobre o Capital Próprio	199.745	196.034	-	-
Despesas Financeiras	(57.399)	(74.846)	(692.927)	(676.855)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(864)	-
	173.496	150.409	(316.795)	(414.321)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	1.449.663	1.465.078	1.884.524	1.921.699
Contribuição Social (nota 10)	(6.292)	(5.514)	(135.985)	(177.629)
Contribuição Social Diferida (nota 10)	17.877	8.180	(19.474)	8.672
Imposto de Renda (nota 10)	(12.276)	(23.980)	(358.694)	(488.671)
Imposto de Renda Diferido (nota 10)	37.243	27.962	(70.153)	21.390
	36.552	6.648	(584.306)	(636.238)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	1.486.215	1.471.726	1.300.218	1.285.461
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	(14.612)	(9.769)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	1.486.215	1.471.726	1.285.606	1.275.692
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	(199.745)	(196.034)	864	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.286.470	1.275.692	1.286.470	1.275.692
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$	2,68	2,66	2,68	2,66

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL Energia S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	4.741.175	16	213.643	(4.318)	4.950.516
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.275.692	1.275.692
Dividendo Prescrito	-	-	-	92	92
Destinação do Lucro:					
- Constituição de Reserva Legal	-	-	63.785	(63.785)	-
- Dividendo Intermediário	-	-	-	(601.576)	(601.576)
- Dividendo Proposto	-	-	-	(606.105)	(606.105)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	4.741.175	16	277.428	-	5.018.619
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.286.470	1.286.470
Dividendo Prescrito	-	-	-	4.541	4.541
Destinação do Lucro:					
- Constituição de Reserva Legal	-	-	64.323	(64.323)	-
- Dividendo Intermediário	-	-	-	(571.671)	(571.671)
- Dividendo Proposto	-	-	-	(655.017)	(655.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.741.175	16	341.751	-	5.082.942

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIA S.A
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os Períodos Fimados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	1.249.918	1.269.044	1.870.776	1.911.930
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	14.612	9.769
Depreciação e Amortização	148.868	129.310	575.123	564.924
Provisão para Contingências	-	18.133	(2.311)	(16.884)
Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	40.500	43.543	562.158	672.297
Perda (Ganho) com Plano de Pensão	-	-	3.678	(84.151)
Equivalência Patrimonial	(1.444.616)	(1.474.430)	-	-
Perda na Baixa de não circulante	1.370	6.389	16.068	30.400
PIS e COFINS Diferidos	-	-	12.464	(12.968)
Outros	-	-	-	1.358
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	(59.737)	12.453
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	1.423.009	1.554.643	-	-
Tributos a Compensar	22.812	25.622	8.881	36.343
Diferimento de Custos Tarifários	-	-	420.038	(57.321)
Depósitos Judiciais	350	(1)	(9.389)	(50.525)
Outros Ativos - Sobrecontratação de Energia	-	-	(1.853)	11.836
Outros Ativos Operacionais	610	84	6.737	30.232
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	848	(12.219)	(4.414)	199.478
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(21.215)	(30.970)	(521.538)	(749.127)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	2.688	(210)	51.916	(50.711)
Diferimento de Ganhos Tarifários	-	-	215.503	(91.777)
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-	-	(75.799)	(84.091)
Encargos de Dívidas Pagos	(52.998)	(69.339)	(521.358)	(544.381)
Taxas Regulamentares	-	-	(31.055)	25.358
Outros Passivos - Sobrecontratação de Energia	-	-	(41.557)	58.956
Revisão Tarifária	-	-	54.568	34.693
Outros Passivos Operacionais	(73.238)	680	(121.371)	19.178
CAIXA ORIUNDO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.298.906	1.460.279	2.422.140	1.877.269
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de Participação Societárias (líquido de disponibilidade adquirida)	-	-	(28.544)	-
Redução de Capital em Subsidiárias	60.236	39.997	-	(1.457)
Aquisições de Imobilizado	-	-	(1.233.695)	(1.098.081)
Titulos e Valores Mobiliários	41.709	38.099	61.318	74.041
Contratos Pré-compra de Energia	-	-	(28.380)	(4.935)
Acréscimo de Obrigações Especiais	-	-	61.336	57.518
Adições de Intangível	(99)	(590)	(93.317)	(79.823)
Venda de Ativo não circulante	-	-	13.025	28.325
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(140)	-	-	-
Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	(24.057)	3.987	-	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	77.649	81.493	(1.248.257)	(1.024.412)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de Empréstimos e Debêntures	-	446.804	2.550.742	2.171.535
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, líquida de derivativos	(170)	(675.321)	(1.810.932)	(2.073.543)
Integralização do Capital social	-	(1)	-	-
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.172.961)	(1.315.355)	(1.178.365)	(1.323.483)
Outros	-	-	-	4.173
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.173.131)	(1.543.873)	(438.555)	(1.221.318)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	203.424	(2.101)	735.328	(368.461)
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	15.702	17.803	737.847	1.106.308
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	219.126	15.702	1.473.175	737.847
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES				
Aquisição de Participações Societárias, através de:				
Ativos adquiridos, inclusive intangível	-	-	76.675	-
Passivos assumidos	-	-	(48.004)	-
Preço pago na aquisição	-	-	28.671	-
Caixa adquirido	-	-	(127)	-
Preço pago, líquido do caixa adquirido	-	-	28.544	-
Aumento de capital na extinta controlada Perácio	413.543	-	-	-
Intangível decorrente de incorporação da Perácio pela CPFL Jaguariuna	79.990	-	-	-
Redução de capital na controlada CPFL Jaguariuna, através de:				
Intangíveis da concessão	44.051	-	-	-
Outros créditos / débitos	42.858	-	-	-
Transferência de investimentos	201.339	-	-	-

CPFL Energia S/A
Demonstrações do Valor Adicionado
Para os Trimestres e Semestres Findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
1- Receita	103	590	16.780.382	15.362.406
1.1 Receita de Venda de Energia e Serviços	4	-	15.693.148	14.371.913
1.2 Outras Receitas	-	-	-	-
1.3 Receitas Relativas à Construção de Ativos Próprios	99	590	1.123.569	1.027.878
1.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(36.250)	(36.585)
1.5 Provisão para Perdas na Realização de Ativos Regulató	-	-	(85)	(800)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(17.104)	(27.711)	(8.942.679)	(7.848.362)
2.1 Custo com Energia Elétrica	-	-	(7.206.400)	(6.227.878)
2.2 Material	(42)	(99)	(586.748)	(571.158)
2.3 Serviços de Terceiros	(7.858)	(10.983)	(809.862)	(728.586)
2.4 Outros	(9.204)	(16.629)	(334.923)	(314.027)
2.5 Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	(4.746)	(6.713)
3 - Valor Adicionado Bruto (1 + 2)	(17.001)	(27.121)	7.837.703	7.514.044
4 - Retenções	(148.868)	(129.310)	(598.492)	(587.502)
4.1 Depreciação e Amortização	(119)	(102)	(411.593)	(395.473)
4.2 Amortização do Intangível de Concessão	(148.749)	(129.208)	(186.899)	(192.029)
5 - Valor Adicionado Líquido Gerado (3 + 4)	(165.869)	(156.431)	7.239.211	6.926.542
6 - Valor adicionado Recebido em Transferência	1.494.242	1.521.784	389.446	481.958
6.1 Receitas Financeiras	49.626	47.354	404.058	491.727
6.2 Equivalência Patrimonial	1.444.616	1.474.430	-	-
6.3 Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	(14.612)	(9.769)
7 - Valor adicionado a Distribuir (5 + 6)	1.328.373	1.365.353	7.628.657	7.408.500
8 - Distribuição do Valor Adicionado				
8.1 Pessoal e Encargos	1.997	2.756	526.433	416.226
8.1.1 Remuneração Direta	1.857	2.564	353.480	338.696
8.1.2 Benefícios	49	107	142.765	48.935
8.1.3 F.G.T.S.	91	85	30.188	28.595
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	(17.550)	12.037	5.062.971	4.783.248
8.2.1 Federais	(17.555)	12.037	2.439.739	2.333.508
8.2.2 Estaduais	-	-	2.615.150	2.442.550
8.2.3 Municipais	5	-	8.082	7.190
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros	57.456	74.868	752.783	933.334
8.3.1 Juros	57.334	74.711	743.070	923.898
8.3.2 Aluguéis	122	157	9.713	9.436
8.3.3 Outras	-	-	-	-
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	1.286.470	1.275.692	1.286.470	1.275.692
8.4.1 Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
8.4.1 Dividendos	1.222.147	1.207.681	1.222.147	1.207.681
8.4.2 Lucros Retidos	64.323	68.011	64.323	68.011
	1.328.373	1.365.353	7.628.657	7.408.500



CPFL ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Sociedade”), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes):

1.1 – Atividades de distribuição

Participações diretas:

Companhia Paulista de Força e Luz

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 3,6 milhões de consumidores. Entre os principais municípios estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 1,4 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiá. Possui prazo de concessão que se encerra em 2028, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Piratininga.

Companhia Luz e Força Santa Cruz

A Companhia Luz e Força Santa Cruz (“CPFL Santa Cruz”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Média Sorocabana, e em 3 municípios ao norte do Estado do Paraná, atendendo a aproximadamente 177 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Ourinhos, Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015. A Sociedade detém 99,99% do capital social da CPFL Santa Cruz.

Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. (“RGE”) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia elétrica para 262 municípios, nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 1,2 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Passo Fundo e Caxias do Sul. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da RGE.



Companhia Leste Paulista de Energia

A Companhia Leste Paulista de Energia (“CPFL Leste Paulista”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 7 municípios: São José do Rio Pardo, Casa Branca, Caconde, Divinolândia, Itobi, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 50 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Leste Paulista, a Sociedade passou a deter diretamente 95,92% do capital social da CPFL Leste Paulista (para maiores detalhes vide nota 12).

Companhia Jaguarí de Energia

A Companhia Jaguarí de Energia (“CPFL Jaguarí”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 2 municípios: Jaguaríuna e Pedreira, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 32 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Jaguarí, a Sociedade passou a deter diretamente 87,27% do capital social da CPFL Jaguarí (para maiores detalhes vide nota 12).

Companhia Sul Paulista de Energia

A Companhia Sul Paulista de Energia (“CPFL Sul Paulista”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 5 municípios: Itapetininga, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Guareí e Alambari, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 70 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Sul Paulista, a Sociedade passou a deter diretamente 86,73% do capital social da CPFL Sul Paulista (para maiores detalhes vide nota 12).

Companhia Luz e Força Mococa

A Companhia Luz e Força Mococa (“CPFL Mococa”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para o município de Mococa localizado no Estado de São Paulo e 3 municípios localizados no Estado de Minas Gerais: Arceburgo, Itamogi e Monte Santo de Minas, atendendo a aproximadamente 40 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Mococa, a Sociedade passou a deter diretamente 86,73% do capital social da CPFL Mococa (para maiores detalhes vide nota 12).

1.2 – Atividades de geração (Informações sobre potência – MWh – não examinada pelos auditores independentes)

Participações diretas:

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária do serviço público e com participação no capital social de outras sociedades. Detém 19 pequenas centrais hidrelétricas (PCH’s) e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 118,7 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. A concessão se encerra em 2027 podendo ser prorrogada por período adicional de 30 anos. Possui ainda parte dos ativos do Aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Estes ativos foram arrendados a FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos iniciado em 1998, que assegurou a controlada CPFL



Geração as participações de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,8 MW médios). A controlada CPFL Geração, também detém a concessão e os respectivos ativos da PCH Ponte do Silva, com potência total de 125 kW, localizada no Rio São Luiz, no Estado de Minas Gerais, outorgada em outubro de 1989, pelo prazo de 30 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Geração.

Participações indiretas:

CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas") é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, detentora de 4 PCH's, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. A potência total das quatro PCH's é de 2,65 MW e a energia assegurada é de 2,45 MW médios. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Sul Centrais Elétricas.

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (controlada em conjunto)

A BAESA – Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 25,01% do capital social da BAESA.

Campos Novos Energia S.A. (controlada em conjunto)

A Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN") é uma sociedade por ações de capital fechado, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a última turbina em maio. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 48,72% do capital social da ENERCAN.

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (controlada em conjunto)

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão, é de 360 MW. O início da operação da UHE de Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e a UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 65,00% do capital social da CERAN.

Paulista Lajeado Energia S.A.

A Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a geração e comercialização de energia elétrica. A Paulista Lajeado possui 6,93% da concessão compartilhada da UHE Luis Eduardo Magalhães – Lajeado, cuja potência instalada é de 902,5 MW. A Paulista Lajeado possui ainda 5,93% de participação no capital total da Investco S.A. ("Investco"), que detém os ativos referentes à UHE. Através de contrato de arrendamento esses ativos foram arrendados aos acionistas controladores proporcional as respectivas participações no consórcio, dando-lhes o direito a respectiva parcela da energia assegurada da usina. A parcela referente a participação da Paulista Lajeado (6,93%) é negociada com as controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa. A concessão se encerra em 2032, podendo ser prorrogada



de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada Jaguari Geração detém 59,93% do capital social da Paulista Lajeado.

Controladas em desenvolvimento

A controlada CPFL Geração detém a participação em empreendimentos de geração de energia por meio hidráulico, biomassa, bem como proveniente de fonte eólica, cuja totalidade da energia assegurada estará disponível até 2012, aumentando a sua capacidade instalada, proporcionalmente à sua participação para 2.471 MW. Esta capacidade somada, à capacidade instalada da subsidiária indireta Paulista Lajeado e ao empreendimento em desenvolvimento da CPFL Bio Formosa S.A. assegurarão uma capacidade instalada total de 2.597 MW no consolidado. Estes empreendimentos são:

Foz do Chapecó Energia S.A. (controlada em conjunto)

A Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, prevista no contrato de concessão, será de 855 MW. As obras foram iniciadas em 2006 e a entrada em operação comercial é prevista para o terceiro trimestre de 2010. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém indiretamente 51% do capital social da Foz do Chapecó.

CPFL Bioenergia S.A.

A CPFL Bioenergia S.A. (“CPFL Bioenergia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto principal a geração de energia elétrica de origem térmica e vapor d’água através de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar e palha. Em 18 de agosto de 2008 a CPFL Bioenergia assinou um contrato de parceria com a Baldin Bioenergia que prevê a construção de uma Usina Termoelétrica de 45 MW movida a bagaço de cana localizada em Pirassununga, no estado de São Paulo. A entrada em operação está prevista para março de 2010. A CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Bioenergia.

Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara I”), Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara II”), Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara III”), Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara IV”), Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara V”), Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara VI”), e Eurus VI Energias Renováveis Ltda. (“Eurus VI”) (em conjunto denominadas “eólicas”)

São sociedades de quotas de responsabilidade limitada, adquiridas pela controlada CPFL Geração em 09 de setembro de 2009, para investirem e atuarem como produtores independentes de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, com um potencial previsto de 188 MW, a ser instalado no Estado do Rio Grande do Norte. A entrada em operação destes parques eólicos está prevista para julho de 2012.

Em 14 de dezembro de 2009 as controladas acima mencionadas, comercializaram 76 MW médios no Leilão de Energia de Reserva nº 03/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), destinado a comercialização de energia proveniente apenas de fonte eólica. Os contratos serão assinados com a CCEE, por um período de 20 anos, com início a partir de julho de 2012. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social das eólicas.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (controlada em conjunto)

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”) é uma sociedade por ações de capital fechado, adquirida pela controlada CPFL Geração em 15 de setembro de 2009, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoelétricas, denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada prevista é de 170,8 MW cada. As obras foram iniciadas em 2009 e a entrada em operação destas usinas está prevista para



o terceiro trimestre de 2010. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica. Em outubro de 2009 a EPASA protocolou junto a ANEEL pedido de transferência dos direitos e obrigações relacionados a “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste” que perante àquela agência encontram-se em nome da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. – EPESA. A controlada CPFL Geração detém 51% do capital social da EPASA.

CPFL Bio Formosa S.A.

A CPFL Bio Formosa S.A. (“CPFL Bio Formosa”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de outubro de 2009 com o propósito principal de geração de energia elétrica térmica e vapor d’água através de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar e palha. Em 06 de novembro de 2009 a CPFL Bio Formosa assinou um contrato de parceria com a Usina Baía Formosa, do Grupo Farias, que prevê a construção de uma Usina Termoelétrica de 40 MW movida a bagaço de cana localizada na cidade de Baía Formosa no Estado Rio de Grande do Norte. A entrada em operação está prevista para julho de 2011. A CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Bio Formosa.

1.3 – Atividades de comercialização e serviços

Participação direta:

CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia e assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada pela ANEEL, a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Brasil.

CPFL Planalto Ltda

A CPFL Planalto Ltda (“CPFL Planalto”) é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Planalto, a Sociedade passou a deter diretamente 100% do capital social da CPFL Planalto (para maiores detalhes vide nota 12).

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A (“CPFL Serviços”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo principal a fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos em geral e a prestação de serviços de manutenção, instalação elétrica e outros. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Serviços, a Sociedade passou a deter diretamente 87,82% do capital social da CPFL Serviços (para maiores detalhes vide nota 12).

CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda

A CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda (“CPFL Atende”), é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, que tem por objeto a prestação de serviços de teleatendimento em geral, especialmente de atendimento ao consumidor devendo ser realizadas atividades próprias de centros de recepção de chamadas e respostas a chamadas de clientes para atendimento com operadores humanos e atendimento eletrônico – URA. O objetivo inicial é a prestação de serviços para as empresas do grupo e no futuro para demais empresas. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Atende.



Participações indiretas:

Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.

A Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda (“CPFL Meridional”) é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar e prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Meridional.

CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

A CPFL Comercialização Cone Sul S.A. (“CPFL Cone Sul”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Cone Sul.

Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação. A controlada CPFL Brasil detém 99,95% do capital social da Sul Geradora.

1.4 – Outras Empresas

Chumpitaz Participações S.A.

A Chumpitaz Participações S.A. (“Chumpitaz”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente não possui participação. A Sociedade detém 100% do capital social da Chumpitaz.

CPFL Jaguariúna S.A.

A CPFL Jaguariúna S.A. (“CPFL Jaguariúna”), é uma sociedade por ações de capital fechado que atuava como holding, até março de 2009 (para maiores detalhes vide nota 12). A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Jaguariúna.

Companhia Jaguarí de Geração de Energia

A Companhia Jaguarí de Geração de Energia (“CPFL Jaguarí Geração”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo de exploração da geração, distribuição e comércio de energia elétrica. Hoje atua como holding, mantendo 59,93% do capital social da Paulista Lajeado. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Jaguarí Geração, a Sociedade passou a deter diretamente 87,34% de seu capital social (para maiores detalhes vide nota 12).

Chapecoense Geração S.A. (controlada em conjunto)

A Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que detém a participação integral da Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”). A controlada CPFL Geração detém 51% do capital social da Chapecoense.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas foram elaboradas (i) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo atendido de forma integral todos os conceitos introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 (conversão da Medida Provisória nº 449/08), (ii) segundo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, (iii) em conformidade com as normas definidas pela ANEEL,



e (iv) tendo como base as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e vigentes em 31 de dezembro de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 08 de fevereiro de 2010.

2.1 Sumário das Principais Práticas Contábeis

- a) **Disponibilidades** - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo, que estão registradas aos respectivos valores de mercado.
- b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar, a consumidores finais, a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.
- c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.
- d) **Arrendamento Mercantil Financeiro** – Incluem operações de arrendamento onde transfere o direito de uso de ativos para o arrendatário, incluindo a transferência substancial dos riscos e benefícios. Os ativos relacionados ao contas a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo valor do investimento realizado e os respectivos ganhos são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo do contrato.
- e) **Investimentos** – Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.
- f) **Imobilizado** – Inclui os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Sociedade os benefícios, os riscos e o controle desses bens (operações de arrendamento mercantil financeiro).

Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme definição do órgão regulador.

- g) **Intangível** – Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível correspondente ao direito de exploração da concessão, com a vida útil definida, é amortizado proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida, conforme determinações da ANEEL.

Os demais ativos intangíveis somente são amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente determinada.

- h) **Diferido** – O ativo diferido refere-se basicamente às despesas pré-operacionais constituídas até 31 de dezembro de 2008, e são amortizadas linearmente pelo período estimado de recuperação não superior a 10 anos. As controladas optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua total realização.
- i) **Redução ao valor recuperável** - Os ativos imobilizados, intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio (*goodwill*) e os demais ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independente de haver indicadores de perda de valor.
- j) **Atualizações de Direitos e Obrigações** – Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até as datas dos balanços, e ajustados a valor presente, quando aplicável, em situações em que as referidas taxas contratuais forem inferiores às condições de mercado.
- k) **Imposto de Renda e Contribuição Social** - Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida.

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 11.941/09, que institui o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do Lucro Real, a Sociedade e suas controladas optaram por adotar o Regime de Transição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sendo que esta opção aplicou-se ao biênio 2008 – 2009, de forma irrevogável, através do envio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2009.

- l) **Planos de Aposentadoria e Pensão** - As controladas incluem os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00.
- m) **Provisão para Contingências** – As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. São apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.
- n) **Empréstimos, Financiamentos e Debêntures** – Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo, e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificado como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.
- o) **Derivativos** – São classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. Referem-se a contratos de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Referidos contratos são contabilizados a valores de mercado, e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos no resultado financeiro.
- p) **Resultado** – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a



carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

- q) **Estimativas** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade e de suas controladas se baseiem em julgamento para a determinação e o registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.
- r) **Lucro Líquido por Ação** - É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas dos balanços.

2.2 Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas. Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente.

Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Geração e CPFL Brasil são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente (para as controladas em conjunto).

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no passivo e no resultado do exercício em cada ano apresentado.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade, em conformidade com a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.



As controladas da Sociedade, por atividade, são como segue:

Empresas	Forma de Consolidação	2009		2008	
		Participação - %		Participação - %	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição de Energia					
Companhia Paulista de Força e Luz	Integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	Integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	Integral	99,99	-	99,99	-
Rio Grande Energia S.A.	Integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Leste Paulista de Energia	Integral	95,92	-	-	96,56
Companhia Jaguari de Energia	Integral	87,27	-	-	90,15
Companhia Sul Paulista de Energia	Integral	86,73	-	-	87,80
Companhia Luz e Força de Mococa	Integral	86,73	-	-	89,75
Geração de Energia					
CPFL Geração de Energia S.A.	Integral	100,00	-	100,00	-
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	Integral	-	100,00	-	100,00
CPFL Bioenergia S.A.	Integral	-	100,00	-	100,00
CPFL Bio Formosa S.A.	Integral	-	100,00	-	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	Integral	-	52,34	-	54,03
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	Integral	-	100,00	-	-
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	Integral	-	100,00	-	-
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	Integral	-	100,00	-	-
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	Integral	-	100,00	-	-
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	Integral	-	100,00	-	-
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	Integral	-	100,00	-	-
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	Integral	-	100,00	-	-
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	Proporcional	-	25,01	-	25,01
Campos Novos Energia S.A.	Proporcional	-	48,72	-	48,72
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	Proporcional	-	65,00	-	65,00
Foz do Chapecó Energia S.A.	Proporcional	-	51,00	-	51,00
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.- EPASA	Proporcional	-	51,00	-	-
Comercialização de Energia e Serviços					
CPFL Comercialização Brasil S.A.	Integral	100,00	-	100,00	-
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.	Integral	-	100,00	-	100,00
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	Integral	-	100,00	-	100,00
Sul Geradora Participações S.A.	Integral	-	99,95	-	99,95
CPFL Planalto Ltda.	Integral	100,00	-	-	100,00
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	Integral	100,00	-	100,00	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	Integral	87,82	-	-	89,81
Empresas de Participação					
Perácio Participações S.A.	Integral	-	-	100,00	-
Chumpitaz Participações S.A.	Integral	100,00	-	100,00	-
CPFL Jaguariuna S.A.	Integral	100,00	-	-	100,00
Companhia Jaguari de Geração de Energia	Integral	87,34	-	-	90,15
Chapecoense Geração S.A.	Proporcional	-	51,00	-	-

2.3 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”)

Em consonância com as Leis 11.638/07 e 11.941/09 e com a Deliberação CVM 457/07, durante o exercício de 2009, o CPC emitiu e a CVM aprovou uma série de Pronunciamentos e Interpretações contábeis que têm por objetivo a convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais de contabilidade (“IFRS”). Estes novos Pronunciamentos aplicam-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

Até 31 de dezembro de 2008, a CVM havia aprovado os Pronunciamentos CPCs 01 a 14 e Orientações OCPCs 01 e 02, os quais foram integralmente analisados e contemplados pela Sociedade e suas controladas.

Os demais Pronunciamentos, Interpretações e Orientações aprovados pela CVM em 2009 estão, atualmente, em fase de análise pela Sociedade e suas controladas. O resultado preliminar de tal análise indica que as normas que impactariam as Demonstrações Financeiras com maior relevância são:

- i. ICPC 01 – Contratos de Concessão: Esta Interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões quando atendidas determinadas condições. O entendimento preliminar da Sociedade é que esta Interpretação é aplicável às concessões do serviço de distribuição de energia elétrica. O impacto mais provável nas Demonstrações Financeiras será a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e de Obrigações Especiais para (a) o Ativo Intangível referente ao direito da cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da concessão), e/ou (b) eventual registro de um Ativo Financeiro, representando o direito incondicional da Sociedade de recebimento de caixa.

Devido à complexidade destas mudanças, a Sociedade e suas controladas estão avaliando os impactos da aplicação da Interpretação em suas Demonstrações Financeiras; além disso, têm participado de discussões e debates com outros agentes do setor elétrico, órgãos reguladores e associações de classes.

Desta forma, a Sociedade e suas controladas avaliam que não é possível, no cenário atual, quantificar com segurança os impactos da adoção da Interpretação ICPC 01.

- ii. CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Este Pronunciamento define diretrizes e requisitos mínimos para estrutura, conteúdo e apresentação das demonstrações contábeis. A Sociedade e suas controladas estão realizando análises sobre eventuais impactos deste pronunciamento, principalmente quanto à alteração de peças contábeis, como por exemplo a inclusão de “Outros Resultados Abrangentes” nas Demonstrações do Resultado e da Mutação do Patrimônio Líquido e a segregação da parcela de acionistas controladores e não-controladores nestas peças.
- iii. CPC 27 – Imobilizado: Este Pronunciamento estabelece os principais pontos a serem considerados na contabilização de um ativo imobilizado, incluindo a composição dos custos e métodos permitidos para o cálculo da depreciação. A Sociedade e suas controladas analisam também a Interpretação ICPC 10 “Entendimento sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28” e os possíveis impactos sobre o saldo de Ativo Imobilizado na data de transição.
- iv. CPC 33 – Benefícios a Empregados: Este Pronunciamento trata da contabilização e da divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Devido à complexidade do tratamento



contábil previsto pela norma, a Sociedade e suas controladas estão analisando as melhores alternativas de contabilização, conforme rege o Pronunciamento.

(3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Consolidado					
	2009			2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos						
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5)						
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	-	328	-	328
Energia Livre	3.506	38	3.544	457	145	602
Descontos TUSD (*) e Irrigação	11.343	1.410	12.753	34.510	7.451	41.961
Outros Componentes Financeiros	182	17	199	6.694	364	7.058
	15.031	1.465	16.496	41.989	7.960	49.949
Diferimento de Custos Tarifários						
Parcela "A"	1.290	-	1.290	234.659	1.648	236.307
CVA (**)	331.523	42.813	374.336	403.570	155.787	559.357
	332.813	42.813	375.626	638.229	157.435	795.664
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 9)						
Majoração de PIS e COFINS	259	-	259	258	-	258
Sobrecontratação	77.191	23.135	100.326	43.069	55.404	98.473
Subvenção Baixa Renda - Perdas	28.027	33.500	61.527	41.050	33.337	74.387
Outros Componentes Financeiros	10.304	993	11.297	9.729	211	9.940
	115.781	57.628	173.409	94.106	88.952	183.058
Passivos						
Fornecedores (nota 15)						
Energia Livre	(61.341)	-	(61.341)	(29.216)	-	(29.216)
Diferimento de Ganhos Tarifários						
Parcela "A"	(44.419)	-	(44.419)	(15.360)	-	(15.360)
CVA	(269.044)	(108.691)	(377.735)	(150.511)	(40.779)	(191.290)
	(313.463)	(108.691)	(422.154)	(165.871)	(40.779)	(206.650)
Outras Contas a Pagar (nota 22)						
Revisão Tarifária	(89.261)	-	(89.261)	(34.034)	(659)	(34.693)
Descontos TUSD e Irrigação	(965)	(26)	(991)	(752)	(45)	(797)
Majoração de PIS e COFINS	(122.792)	-	(122.792)	(124.888)	-	(124.888)
Sobrecontratação	(17.541)	-	(17.541)	(59.098)	-	(59.098)
Subvenção Baixa Renda - Ganhos	(6.011)	-	(6.011)	(13.092)	(61)	(13.153)
Outros Componentes Financeiros	(10.236)	(1.902)	(12.138)	(16.573)	(606)	(17.179)
	(246.806)	(1.928)	(248.734)	(248.437)	(1.371)	(249.808)
Total Líquido	(157.985)	(8.713)	(166.698)	330.800	212.197	542.997

(*) Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

(**) Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela "A"

a) Racionamento (RTE, Energia Livre e Parcela "A"):

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre os geradores, distribuidores de energia elétrica e o Governo Federal, denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico". Este acordo instituiu, como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico, um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda"), rurais e iluminação pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.



O referido reajuste foi utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pelas controladas:

a.1) Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”)

Corresponde à perda de receita apurada a partir da comparação da receita de venda de energia efetivamente verificada no período de racionamento e a receita projetada para esse período desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia.

Em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga em 2007, reconheceram perdas no montante de R\$ 115.863 e R\$ 36.227, respectivamente, registrando a baixa do contas a receber e da provisão de perdas de RTE.

O prazo estipulado para a recuperação da RTE da controlada CPFL Sul Paulista terminou em janeiro de 2009 sendo que o total da perda foi de R\$ 2.659, sem impacto no resultado de 2009, pois já havia sido provisionada anteriormente.

As controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Santa Cruz e CPFL Mococa realizaram a RTE em sua totalidade em junho de 2005, dezembro de 2004, junho de 2006 e dezembro de 2006, respectivamente.

a.2) Energia Livre

Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor, pelos produtores independentes e autoprodutores de energia, durante o período de racionamento.

As concessionárias de distribuição arrecadaram os recursos obtidos do consumidor através do reajuste tarifário extraordinário e os repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores foram atualizados com base em orientações da ANEEL.

No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão, pela distribuidora, de sua quota parte de Itaipu para o programa de racionamento.

Em função do término de cobrança da tarifa extraordinária em 2007, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, reconheceram perdas no montante de R\$ 135.545 e R\$ 53.210, respectivamente. Em 2009, foi o término da cobrança da RTE da controlada CPFL Sul Paulista, que reconheceu uma perda de R\$ 2.180 (R\$ 2.148 em exercícios anteriores).

As controladas RGE e CPFL Geração, possuem em 31 de dezembro de 2009, provisão para perda na realização de Energia Livre totalizando o montante de R\$ 7.731. A controlada CPFL Geração possui ainda o registro de perda de R\$ 5.501 referente ao repasse de distribuidores que já encerraram os seus prazos de recebimento. Os valores registrados já estão líquidos da provisão.

Em 15 de dezembro de 2009 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 387/2009 que trata da nova metodologia de cálculo do saldo final da Perda de Receita e da Energia Livre, após o encerramento da cobrança da RTE, visando destinar de forma isonômica os valores cobrados de RTE do consumidor final, equalizando assim as perdas incorridas entre geradores e distribuidores de energia.

Com base nesse novo cálculo, as controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Sul Paulista complementaram o passivo de energia livre no montante de R\$ 32.592, sendo R\$ 20.458, registrado na conta “Outras Despesas Operacionais”, referente o valor do principal e R\$ 12.134 na conta “Despesa Financeira” referente à atualização monetária, em contrapartida ao Passivo Circulante.



Nesta mesma metodologia, as controladas CPFL Jaguari e CPFL Santa Cruz, registraram um ganho de R\$ 3.260 na mesma conta "Outras Despesas Operacionais" referente o valor do principal e R\$ 484 na conta "Receita Financeira", em contrapartida de um Ativo Circulante.

Após esses ajustes, o saldo líquido em 31 de dezembro de 2009 passou a ser de R\$ 57.797 (R\$ 28.614 em 2008).

As informações do novo cálculo serão encaminhadas a ANEEL que efetuará a validação e editará um despacho com o valor final, para posterior liquidação financeira junto aos geradores.

a.3) Parcela "A"

Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão, ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Para as controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari e RGE os saldos da Parcela "A" foram amortizados em novembro de 2009, maio de 2008, novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007, agosto de 2005 e em julho de 2004, respectivamente.

Para as controladas CPFL Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa, dada a necessidade de se efetuar o faturamento pelo ciclo mensal completo, ocorreu cobrança superior ao saldo existente, gerando ao final de 31 dezembro de 2009 um passivo junto ao consumidor de R\$ 42.573, R\$ 393, R\$ 103 e R\$ 60, respectivamente, o qual será devolvido por ocasião dos próximos IRTs.

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária

A ANEEL estabeleceu em caráter provisório, o reajuste tarifário e os componentes financeiros relativos a revisão tarifária de 03 de fevereiro de 2008 para as controladas, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, de 08 de abril de 2008 para a controlada CPFL Paulista, de 19 de abril de 2008 para a RGE e de 23 de outubro de 2007 para a controlada CPFL Piratininga, conforme demonstrada abaixo:



	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga
Receita Verificada	213.312	87.989	54.148	77.145	92.390	5.175.546	1.950.452	2.136.914
Encargos Setoriais	21.504	12.294	4.687	8.072	10.594	540.872	191.388	257.170
Compra de Energia Elétrica	85.546	46.524	21.357	26.643	37.956	2.394.482	948.665	954.779
Transporte de Energia	17.261	9.767	4.945	8.139	10.140	378.791	184.654	211.926
Parcela A total	124.331	68.585	30.989	42.854	58.690	3.314.145	1.324.707	1.423.875
Remuneração Bruta de Capital	14.894	4.880	3.658	11.696	7.745	351.310	179.713	154.530
Quota Depreciação	10.594	2.492	1.816	4.322	4.230	252.111	97.139	81.098
Empresa de Referência	42.555	11.794	13.419	16.581	19.602	542.368	241.662	244.232
Inadimplência	1.463	220	126	187	225	34.603	14.548	12.619
Parcela B total	69.506	19.386	19.019	32.786	31.802	1.180.392	533.062	492.479
Receita Requerida (Parc. A + B)	193.837	87.971	50.008	75.640	90.492	4.494.537	1.857.769	1.916.354
(-) Outras Receitas	(1.291)	(291)	(411)	(569)	(860)	(27.276)	(12.171)	(13.152)
Receita Requerida Líquida	192.546	87.680	49.597	75.071	89.632	4.467.261	1.845.598	1.903.202
Componentes Financeiros	5.013	(1.079)	1.366	777	(524)	3.336	187.320	15.767
CVA	(174)	(1.201)	836	(3.307)	(963)	(74.512)	32.364	3.918
Sobrecontratação	(16)	-	-	-	-	(27.534)	2.801	(3.304)
Subsídio Baixa Renda	2.844	(176)	58	318	304	30.534	723	-
Descontos TUSD e Irrigação	5.247	-	357	996	19	60.717	50.984	8.342
Encargos de Conexão e Fronteira	81	166	104	2.357	-	9.666	56	5.744
Programa Luz para Todos	1.178	9	(39)	64	(13)	3.401	(466)	618
Previsão Subsídio para Cooperativas	-	-	-	-	-	-	104.725	-
Outros	(4.147)	123	50	349	129	1.064	(3.867)	449
Reposicionamento Econômico	-9,73%	-0,35%	-8,40%	-2,69%	-2,98%	-13,69%	-5,37%	-10,94%
Componentes Financeiros	2,60%	-1,23%	2,75%	1,04%	-0,58%	0,06%	10,15%	0,83%
Reposicionamento Total	-7,13%	-1,58%	-5,65%	-1,65%	-3,57%	-13,61%	4,77%	-10,11%
Fator Xe	0,22%	2,10%	0,24%	1,07%	1,31%	0,83%	0,66%	0,73%
Percepção do Consumidor (*)	8,14%	-3,56%	-8,15%	-1,45%	-7,11%	-17,21%	2,52%	-15,29%
Resolução Homologatória - ANEEL	610/2008	611/2008	612/2008	607/2008	605/2008	627/2008	636/08	553/2007
Data do Revisão Tarifária	03/02/2008	03/02/2008	03/02/2008	03/02/2008	03/02/2008	08/04/2008	19/04/2008	29/10/2007

(*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

Para todas as empresas, o caráter provisório da revisão tarifária ocorreu em função basicamente da "Empresa de Referência" e ao "Fator Xe". As controladas RGE e CPFL Santa Cruz possuíam em caráter provisório as respectivas Bases de Remuneração, enquanto que as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga possuíam o componente financeiro relacionado a sobrecontratação (vide tópico 3c.5).

A homologação final ocorreu nos reajustes tarifários subsequentes conforme demonstrado abaixo.

	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga
Reposicionamento Econômico	-17,05%	-3,79%	-10,41%	-3,22%	-4,73%	-14,07%	-8,11%	-13,50%
Fator Xe	0,00%	1,69%	0,00%	0,57%	0,74%	0,96%	0,00%	0,15%
Resolução Homologatória - ANEEL	764/2009	763/2009	766/2009	761/2009	762/2009	786/2009	801/2009	887/2009

Em 02 de fevereiro de 2010, através do despacho nº 234 a ANEEL acatou parcialmente o pleito do recurso da controlada CPFL Sul Paulista, que trata dos índices de atualização monetária considerados no cálculo da Empresa de Referência e incluiu no reajuste anual de 2010 a alteração apenas no índice de Reposicionamento Econômico relativo ao 2º ciclo da revisão tarifária em -4,59% (anteriormente -4,73%).

Devido ao reposicionamento da revisão tarifária das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista foram reconhecidos em 2008 e 2009, R\$ 8.732 e R\$ 557, respectivamente, relacionados as devoluções que estão sendo efetuadas aos consumidores. Na RGE, foram provisionados preliminarmente em 2008, R\$ 25.961, sendo complementado o registro em 2009 em R\$ 24.938. Também em 2009, a CPFL Paulista e a CPFL Piratininga registraram passivos de R\$ 11.979 e R\$ 93.540, respectivamente, relacionados as devolução aos fornecedores.

b.2) Reajuste Tarifário 2009

A ANEEL estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual de 2009 das controladas, conforme demonstrada abaixo:

	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga
Receita Verificada	192.302	77.004	47.999	73.724	87.327	4.640.667	1.902.839	2.267.755
Encargos Setoriais	23.419	13.993	5.932	9.573	13.090	690.911	222.227	341.928
Compra de Energia Elétrica	97.221	41.213	23.441	29.413	42.637	2.793.363	1.089.099	1.098.860
Transporte de Energia	19.238	9.647	5.594	8.727	11.092	425.052	201.789	266.754
Parcela A	139.878	64.853	34.967	47.713	66.819	3.909.326	1.513.115	1.707.542
Parcela B	72.974	20.626	18.083	33.810	30.810	1.361.615	588.468	623.920
Receita Requerida (Parc. A + B)	212.852	85.479	53.050	81.523	97.629	5.270.941	2.101.583	2.331.462
Componentes Financeiros	28.530	300	351	1.924	(149)	402.812	178.722	73.878
CVA	5.310	1.735	1.305	(1.709)	1.306	232.828	113.340	110.116
Sobrecontratação	9	-	-	-	-	28.125	(1.949)	7.865
Adiantamentos	25.375	126	422	1.527	399	117.093	138.013	41.809
Subsídio de Baixa Renda	-	-	-	-	-	33.047	1.519	1.090
Descontos TUSD e Irrigação	(771)	-	22	852	43	6.122	1.625	3.010
Encargos de Conexão e Fronteira/CUSD	(81)	(199)	(76)	2.358	(119)	3.932	(2.073)	357
Recálculo Revisão Tarifária 2008	(3.546)	(1.058)	(1.089)	(780)	(1.694)	(11.979)	(50.899)	(93.540)
Subsídios Cooperativas	-	-	-	-	-	-	(16.178)	4.417
Exposição CCEAR	(56)	-	-	-	-	(5.534)	-	(577)
Outros	2.290	(304)	(233)	(324)	(84)	(822)	(4.676)	(669)
Reajuste Econômico	10,69%	11,01%	10,52%	10,58%	11,80%	13,58%	10,44%	2,81%
Componentes Financeiros	13,40%	0,35%	0,66%	2,36%	-0,16%	7,64%	8,50%	3,17%
Reajuste Total	24,09%	11,36%	11,18%	12,94%	11,64%	21,22%	18,95%	5,98%
Fator X	1,05%	2,81%	1,14%	1,44%	1,43%	1,19%	0,18%	-1,36%
Percepção do Consumidor (*)	11,85%	9,40%	5,59%	10,61%	10,23%	21,56%	3,43%	-2,12%
Resolução Homologatória - ANEEL	770/2009	767/2009	768/2009	771/2009	769/2009	795/2009	810/2009	896/2009
Data do Reajuste Tarifário	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	08/04/2009	19/04/2009	23/10/2009

(*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

Por conta do processo de homologação dos componentes financeiros nos reajustes tarifários das controladas CPFL Paulista, RGE e CPFL Piratininga em 2009 foram registrados os seguintes principais ajustes:

- i) CPFL Paulista: constituição de passivo de CVA de R\$ 24.118 referente ao recálculo do fator K (menor entre perda regulatória e real), estorno de ativo de sobrecontratação de energia de R\$ 14.263, e constituição de outros passivos regulatórios de R\$ 9.133 referente basicamente à exposição CCEAR, descontos de TUSD e Irrigação.
- ii) RGE: passivos referentes a subsídio a cooperativas de R\$ 5.156 e TUSD de R\$ 5.495
- iii) CPFL Piratininga: estorno do Ativo de sobrecontratação de R\$ 52.302 (ver item c.5) e complemento do ativo de subsídio de cooperativa de R\$ 7.963

c) Componentes Financeiros

c.1) Revisão Tarifária

Conforme comentado na nota 3b.1, durante 2009 foram homologados pela ANEEL, em caráter definitivo, o 2º. Ciclo das revisões tarifárias das distribuidoras. Desta forma foram registrados passivos relacionados às devoluções que estão sendo efetuadas juntos aos consumidores, e amortizados contabilmente até o próximo Reajuste Tarifário.

c.2) Descontos TUSD e Irrigação

As controladas reconhecem ativos regulatórios referentes a descontos especiais aplicados sobre a TUSD, para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia, e sobre as tarifas de fornecimento aplicadas às atividades de irrigação e aquicultura.

A partir da Revisão Tarifária de 2008 a ANEEL estabeleceu adiantamentos tarifários relacionados à previsão desses descontos para o próximo período tarifário. A diferença entre a previsão e o efetivamente concedido é compensado no reajuste tarifário subsequente

c.3) CVA

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os saldos líquidos entre ativos e passivos de CVA, segregados por natureza e respectiva competência, estão assim demonstrados:

	Consolidado							
	2009			2008				
	Homologados		Não Homologados	Homologados		Não Homologados	Total	
	2009	2008	2009	2008	2007			
Repasso de Itaipu	(38.409)	8.858	(90.376)	(119.927)	(67.922)	23.102	(77.745)	(122.565)
Custos Energia Elétrica	87.205	(11.780)	(159.132)	(83.707)	68.080	(33.937)	174.732	208.875
Proinfa	23.734	289	(4.583)	19.440	7.966	(3.614)	(9.463)	(5.111)
CCC	24.827	1.193	49.782	75.802	10.181	26.619	68.742	105.542
Transporte de Itaipu	1.900	84	2.577	4.561	(40)	262	3.546	3.768
Rede Básica	15.607	772	61.797	78.176	4.594	(2.771)	25.886	27.709
ESS	65.078	2.384	(67.198)	264	21.183	1.224	126.981	149.388
CDE	11.297	(39)	10.732	21.990	2.253	(3.354)	1.562	461
Compensação Financeira	-	-	2	2	7	(7)	-	-
	191.239	1.761	(196.399)	(3.399)	46.302	7.524	314.241	368.067

c.4) Majoração de PIS e COFINS

Refere-se à diferença entre os custos relacionados ao PIS e COFINS, apurados através da aplicação da legislação atual, e aqueles incorporados à tarifa até abril de 2005 para a controlada CPFL Paulista e outubro de 2005 para a CPFL Piratininga.

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, conservadoramente, optou-se por constituir passivos no mesmo montante dos ativos, registrado na conta "Outras Contas a Pagar" (nota 22).

c.5) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a



garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

A ANEEL, no processo de Revisão Tarifária de 2008 revisou a metodologia e os valores de sobrecontratação da controlada CPFL Paulista, abrangendo os processos de sazonalização e modulação de energia adquirida em 2007. Para manter a consistência das informações, tanto a controlada CPFL Paulista como a controlada CPFL Piratininga, revisaram também seus procedimentos de sobrecontratação, envolvendo inclusive os contratos firmados com a controlada CPFL Brasil, no que se referia a modulação, e procederam aos ajustes contábeis provisórios devidos.

Como resultado, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga reconheceram como provisão no primeiro trimestre de 2008 um aumento de “Receita - Suprimento de Energia Elétrica” e “Custos - Custo com Energia Elétrica” totalizando R\$ 22.694 e R\$ 137.169, respectivamente.

Adicionalmente, a controlada CPFL Brasil, constituiu uma provisão de contas a pagar de R\$ 61.438, tendo por contrapartida a reversão da receita de suprimento de energia de R\$ 52.990 e uma despesa financeira de R\$ 8.448.

Em função do Despacho nº 1.366, de 07 de abril de 2009, por meio do qual a ANEEL nega provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela controlada CPFL Paulista referente a sobrecontratação de energia elétrica do ano de 2007, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga consideraram os ajustes como definitivos.

Em relação aos processos de Reajustes Tarifários de 2009 das controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, a ANEEL considerou as transações relativas à aquisição de energia elétrica no âmbito da CCEE, em 2008, como exposições voluntárias, motivo pelo qual homologou provisoriamente os valores de R\$ 32.006 e R\$ 7.865, respectivamente da CPFL Paulista e CPFL Piratininga, do Ativo de Sobrecontratação, não reconhecendo os valores restantes de R\$ 19.503 e R\$ 52.302, inicialmente registrados nas controladas. As controladas, embora não concordando com a posição da Agência, conservadoramente, optaram pelos estornos dos citados valores, efetuando lançamento a crédito de “Despesas Pagas Antecipadamente”, em contrapartida a “Custos - Custo com Energia Elétrica” (R\$ 18.583 no 1º trimestre de 2009 e R\$ 49.621 no 3º trimestre de 2009) e “Receita Financeira”, (R\$ 920 no 1º trimestre de 2009 e R\$ 2.681 no 3º trimestre de 2009). Os valores utilizados nos reajustes tarifários foram adotados pela ANEEL em caráter provisório para o fim de reservar a decisão definitiva sobre a matéria para a futura deliberação relativa à Audiência Pública nº 008/2009, de 11 de março de 2009.

c.6) Subvenção – Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh, desde que atendidos alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados, a partir da Revisão Tarifária de 2008 definiu-se que, parte deste subsídio seria reembolsado via tarifa no âmbito da própria concessionária (enquadramento por conta da Portaria DNAMEE) e o restante (enquadramento por conta da Lei nº 10.438) via recebimento de recursos da CDE. Esses



procedimentos foram consolidados com a publicação da REN nº 325/08, entretanto face à impossibilidade de ressarcimento via recursos da CDE, dada a inexistência de recursos para tal fim, os valores a receber registrados serão compensados via tarifa, no próximo reajuste tarifário anual, como componente financeiro. Em relação à diferença de receita que já seria compensada via tarifa, a mesma foi objeto de adiantamento tarifário de modo a evitar o comprometimento do fluxo de caixa da Concessionária. A diferença entre o valor desse adiantamento considerado na revisão tarifária ou reajuste tarifário e o efetivamente realizado é registrado mensalmente para ser compensado no próximo reajuste tarifário.

c.7) Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente exposição CCEAR, garantias financeiras, subsídios a cooperativas e permissionárias e consultorias (campanhas de medidas e avaliação da Base de Remuneração).

Os quadros abaixo demonstram as movimentações dos ativos e passivos regulatórios ocorridas durante os exercícios de 2009 e 2008:

	Consolidado												Saldo em 31/12/2008	
	Saldo em 31/12/2007	Receita Operacional (nota 24)		Custo de Energia (nota 25)		Deduções da Receita		Despesa Operacional			Caixa	Resultado Financeiro		
		Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Prov. Perdas	Amort.	Difer.		Atualização
Recomposição Tarifária Extraordinária	3.904	-	(3.542)	-	-	-	-	-	-	(638)	-	-	604	328
Energia Livre	(33.426)	-	(1.058)	-	-	-	-	-	-	(162)	5.664	-	370	(28.614)
Parcela "A"	496.391	393	-	-	(253.791)	-	(63.075)	-	274	-	-	-	40.755	220.947
Revisão Tarifária	14.590	(32.849)	(15.340)	-	-	-	-	(1.115)	-	-	-	-	21	(34.693)
Descontos TUSD e Irrigação	83.872	36.366	(82.001)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.927	41.164
CVA	(56.475)	-	-	256.888	(39.488)	99.487	58.729	-	(19)	-	-	43.980	4.965	368.067
Majoração de PIS e COFINS	(88.867)	-	-	-	-	-	(24.916)	-	-	-	-	-	(10.847)	(124.630)
Sobrecontratação	110.167	-	-	34.020	(95.136)	(7.427)	-	-	-	-	-	-	(2.249)	39.375
Subvenção Baixa Renda	47.343	65.299	(2.356)	-	-	-	-	-	-	-	(48.934)	-	(118)	61.234
Devolução ao Consumidor - Recláculo IRT	(26.213)	-	-	-	26.213	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Componentes Financeiros	21.563	146	(14.511)	180	(1.865)	6.839	(3.825)	134	(2.250)	-	(6.167)	149	(574)	(181)
Total Líquido	572.847	69.355	(118.808)	291.088	(364.067)	98.899	(33.087)	(981)	(1.995)	(800)	(49.437)	44.129	35.854	542.997

	Consolidado												Saldo em 31/12/2009	
	Saldo em 31/12/2008	Receita Operacional (nota 24)		Custo de Energia (nota 25)		Deduções da Receita		Despesa Operacional			Caixa	Resultado Financeiro		
		Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Prov. Perdas	Amort.	Difer.		Atualização
Recomposição Tarifária Extraordinária	328	-	(328)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Livre	(28.614)	-	(89)	-	-	-	-	(17.198)	-	-	(62)	(7.897)	(3.862)	(57.797)
Parcela "A"	220.947	(250)	(2.148)	-	(221.458)	-	(53.945)	-	496	(75)	-	-	13.229	(43.129)
Revisão Tarifária	(34.693)	(131.014)	76.446	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.261)
Descontos TUSD e Irrigação	41.164	11.006	(38.777)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.631)	11.762
CVA	368.067	-	-	(126.064)	(216.382)	62.701	(77.385)	-	-	-	-	(45.513)	31.157	(3.399)
Majoração de PIS e COFINS	(124.630)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.097	(122.533)
Sobrecontratação	39.375	-	-	45.749	(6.278)	-	-	-	-	-	-	-	3.939	82.785
Subvenção Baixa Renda	61.234	51.235	(25.571)	-	-	-	-	-	-	-	(31.499)	-	117	55.516
Outros Componentes Financeiros	(181)	115.319	(110.745)	(2.690)	5.822	8.245	(7.319)	(2.124)	(152)	(1.096)	(264)	(146)	(5.311)	(642)
Total Líquido	542.997	46.296	(101.212)	(83.005)	(438.296)	70.946	(138.629)	(19.322)	344	(1.171)	(31.825)	(53.556)	39.735	(166.698)

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Saldos Bancários	5.029	325	311.527	122.928
Aplicações Financeiras	214.097	15.377	1.161.648	614.919
Total	219.126	15.702	1.473.175	737.847

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, é como segue:

	Consolidado				
	Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2009	2008
Circulante					
Classes de Consumidores					
Residencial	284.711	182.071	18.759	485.541	407.544
Industrial	159.765	66.970	38.063	264.798	249.592
Comercial	119.856	49.915	19.309	189.080	154.570
Rural	25.081	6.279	1.311	32.671	32.077
Poder Público	53.737	6.161	1.045	60.943	29.396
Iluminação Pública	41.187	3.311	16.059	60.557	81.159
Serviço Público	28.488	5.929	963	35.380	31.325
Faturado	712.825	320.636	95.509	1.128.970	985.663
Não Faturado	388.162	-	-	388.162	355.626
Parcelamento de Débito de Consumidores	62.730	8.037	20.670	91.437	57.665
Ativo Regulatório (nota 3)	15.031	-	-	15.031	41.989
Operações Realizadas na CCEE	14.174	-	-	14.174	45.097
Concessionárias e Permissonárias	182.973	-	-	182.973	170.452
Outros	18.768	437	155	19.360	64.536
Total	1.394.663	329.110	116.334	1.840.107	1.721.028
Não circulante					
Parcelamento de Débito de Consumidores	140.893	-	-	140.893	151.572
Ativo Regulatório (nota 3)	1.465	-	-	1.465	7.960
Operações Realizadas na CCEE	41.301	-	-	41.301	41.301
Concessionárias e Permissonárias	42.655	-	-	42.655	85.311
Total	226.314	-	-	226.314	286.144

Parcelamento de Débitos de Consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas, para os montantes sem

garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 8).

Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2009. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes judiciais, determinados em função de processos movidos por agentes do setor; (ii) ações judiciais que contestam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (iii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e Permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à cisão parcial da Bandeirante pela controlada CPFL Piratininga, que estão sendo compensados através de encontro de contas com valores a pagar.

Em 2008 as controladas CPFL Paulista e CPFL Leste Paulista registraram valores a receber no montante de R\$ 127.965 junto a AES Tietê S/A (“AES Tietê”), a título de Uso do Sistema de Distribuição, e o devido repasse, registro do mesmo montante no contas a pagar para a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) a título de Encargo de Uso do Sistema de Transmissão de Fronteira.

Conforme acerto realizado entre as partes envolvidas, com interveniência da ANEEL, esta liquidação esta sendo efetuada tanto pela geradora, quanto pelas controladas à CTEEP, em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009, atualizadas pela SELIC. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo da operação era de R\$ 85.311, sendo que R\$ 42.656 esta classificado no Circulante.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em 2005, a Sociedade adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo (“CESP”) (vendedora) e CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CESP será liquidado com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa pela CPFL Brasil.

Na controladora, em 31 de dezembro de 2009, o saldo no ativo circulante é de R\$ 39.253 (R\$ 38.249 em 2008), e no ativo não circulante é de R\$ 62.179 (R\$ 87.117 em 2008). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a., mais variação anual do IGP-M, e está sendo amortizada através de parcelas mensais, no valor correspondente à transação de compra de energia.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Antecipações de Contribuição Social - CSLL	42	486	7.857	12.254
Antecipações de Imposto de Renda - IRPJ	3.023	1.637	19.222	4.896
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	9.367	3.485	25.451	26.335
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	31.867	31.479	64.165	69.010
ICMS a Compensar	-	-	49.288	40.432
Programa de Integração Social - PIS	-	-	3.785	3.323
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	9	9	12.980	11.095
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	1.142	1.689
Outros	2	64	7.093	5.260
Total	44.310	37.160	190.983	174.294
Não Circulante				
Contribuição Social a Compensar - CSLL	-	-	29.999	27.316
Imposto de Renda a Compensar - IRPJ	-	-	1.001	3.399
Programa de Integração Social - PIS	2.787	2.787	2.787	2.787
ICMS a Compensar	-	-	70.992	66.942
Outros	-	-	5.235	1.504
Total	2.787	2.787	110.014	101.948

Contribuição Social a Compensar - No longo prazo, o saldo refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela controlada CPFL Paulista, transitada em julgado. A controlada CPFL Paulista está aguardando o trâmite dos procedimentos administrativos junto à Receita Federal, para realizar a compensação do crédito.

ICMS a Compensar - Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de imobilizado.

(8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado	
	2009	2008
Saldo Inicial	(82.462)	(95.639)
Provisão constituída	(88.298)	(75.679)
Recuperação de Receita	52.048	39.094
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	36.738	49.762
Saldo Final	(81.974)	(82.462)

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Ativo Regulatório (nota 3)	115.781	94.106	57.628	88.952
Outros	8.305	7.776	6.573	10.258
Total	124.086	101.882	64.201	99.210

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos créditos Fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Crédito de Contribuição Social:				
Bases Negativas	42.048	24.123	52.174	38.828
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	-	-	191.183	199.103
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	89	138	69.231	84.568
Subtotal	42.137	24.261	312.588	322.499
Crédito de Imposto de Renda:				
Prejuízos Fiscais	128.553	84.493	132.471	94.056
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	-	-	641.758	672.154
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	2.698	17.101	192.196	250.205
Subtotal	131.251	101.594	966.425	1.016.415
Crédito de PIS/COFINS:				
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	-	-	1.502	13.966
Total	173.388	125.855	1.280.515	1.352.880
Circulante	16.320	14.311	162.779	220.144
Não Circulante	157.068	111.544	1.117.736	1.132.736
Total	173.388	125.855	1.280.515	1.352.880

Previsão de Recuperação

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do ágio incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal, e sua composição é como segue:

	Controladora	Consolidado
2011	15.313	141.868
2012	14.211	128.254
2013	13.657	98.731
2014	12.802	92.725
2015 a 2017	33.759	220.234
2018 a 2020	24.946	167.507
2021 a 2023	19.530	121.245
2024 a 2026	14.722	100.037
2027 e 2028	8.128	47.135
Total	157.068	1.117.736

10.2 - Benefício Fiscal do Ágio Incorporado:

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

	Consolidado			
	2009		2008	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	103.735	288.152	113.571	315.476
CPFL Piratininga	23.207	79.631	25.285	86.760
RGE	44.378	183.269	47.447	195.943
CPFL Santa Cruz	5.862	18.435	7.126	22.405
CPFL Leste Paulista	3.451	9.586	1.713	4.761
CPFL Sul Paulista	5.020	13.943	1.679	4.663
CPFL Jaguari	3.027	8.411	1.603	4.452
CPFL Mococa	1.966	5.461	679	1.886
CPFL Geração	-	33.379	-	35.808
CPFL Serviços	537	1.491	-	-
Total	191.183	641.758	199.103	672.154

10.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado					
	2009			2008		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Provisão para Contingências	11.434	31.833	-	11.506	47.154	-
Entidade de Previdência Privada	4.097	12.377	-	4.770	14.247	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.943	19.291	-	6.779	18.831	-
Ajuste de Energia Livre (nota 3 a.2)	2.928	8.129	-	-	-	-
Programas de P&D e Eficiência Energética	16.297	45.263	-	16.243	45.114	-
Participação nos Lucros e Resultados	1.986	6.267	-	1.845	5.875	-
Diferença de Taxas de Depreciação - RGE	9.898	27.494	-	11.036	30.651	-
Passivo Regulatório - Majoração de PIS e COFINS	10.821	30.058	-	11.010	30.582	-
Provisão sobrecontratação (nota 3 c.5)	933	2.593	876	13.456	37.379	13.886
Revisão Tarifária - Base de Remuneração	-	-	-	2.819	7.830	-
Efeitos da Lei nº 11.638/07	792	2.197	474	1.153	3.200	80
Outros	3.102	6.694	152	3.951	9.342	-
Total	69.231	192.196	1.502	84.568	250.205	13.966

10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2009 e 2008:

	Controladora			
	2009		2008	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes dos Tributos	1.449.663	1.449.663	1.465.078	1.465.078
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Equivalência Patrimonial	(1.444.616)	(1.444.616)	(1.474.430)	(1.474.430)
- Amortização de Intangível (ágio)	121.319	148.749	102.200	129.208
- Exclusão Lei 11.941/09 art. 4º	(30.316)	(30.316)	-	-
- Outras Adições Permanentes Líquidas	4.546	3.811	3.780	3.345
Base de Cálculo	100.596	127.291	96.628	123.201
Alíquota Aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito Fiscal Apurado	(9.054)	(31.823)	(8.697)	(30.800)
- Crédito Fiscal Constituído	20.639	56.790	11.363	34.782
Total	11.585	24.967	2.666	3.982

	Consolidado			
	2009		2008	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes dos Tributos	1.884.524	1.884.524	1.921.699	1.921.699
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Amortização de Intangível (ágio)	121.319	150.345	108.259	153.908
- Realização CMC	13.549	-	15.856	-
- Exclusão Lei 11.941/09 art. 4º	(32.143)	(32.143)	-	-
- Efeito Regime Lucro Presumido	(33.224)	(38.924)	(42.479)	(50.969)
- Outras Adições/(Exclusões) Permanentes Líquidas	1.393	(22.618)	(17.695)	(17.430)
Base de Cálculo	1.955.418	1.941.184	1.985.640	2.007.208
Alíquota Aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito Fiscal Apurado	(175.988)	(485.296)	(178.708)	(501.801)
- Crédito Fiscal Constituído	20.529	56.449	9.751	34.520
Total	(155.459)	(428.847)	(168.957)	(467.281)

Amortização de Intangível (ágio) - Refere-se à parcela não dedutível da amortização do intangível originado na aquisição de investidas.

Realização CMC - Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei 8.200/90, não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social.

Crédito Fiscal Constituído – Crédito constituído principalmente na Sociedade, sobre o prejuízo fiscal e base negativa em função do complemento apurado quando da revisão das projeções da Sociedade.

Exclusão Lei nº 11.941/09 – A redução dos juros, multas e encargos legais sobre o passivo exigível, em consequência da adesão ao REFIS IV, foram excluídos para fins de cálculo do IRPJ e da CSLL, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 4º, da Lei nº 11.941/09.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Créditos a Receber - CESP	8.923	24.021	-	11.964
Créditos a Receber - Acionistas BAESA	15.503	14.147	15.503	28.296
Adiantamentos - Fundação CESP	6.299	5.700	-	-
Adiantamentos - Fornecedores	6.134	-	-	-
Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados	1.696	436	36.883	92.977
Fundo Vinculado à Empréstimos ME	-	-	19.148	30.023
Ordens em Curso	4.420	4.919	-	2.379
Serviços Prestados a Terceiros	48.845	29.615	-	42
Reembolso RGR	5.504	5.309	1.611	766
Contratos de Pré-Compra de Energia	13.989	2.548	57.537	40.598
Arrendamento Mercantil	2.949	1.133	21.243	5.256
Outros	30.793	22.965	8.835	9.029
Total	145.055	110.793	160.760	221.330

Créditos a Receber - CESP - Refere-se a créditos a receber da CESP pela controlada CPFL Paulista, decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar transferida àquela empresa em 1993. O saldo é atualizado conforme a variação do dólar norte americano, acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral, e de *Spread* anual de 0,40625%, com recebimento final em janeiro de 2010.

Créditos a Receber – Acionistas BAESA - No período compreendido entre 1º de novembro de 2005 a 30 de abril de 2008 por conta de prática de preços diferenciados no faturamento da energia vendida aos acionistas, diferentes prazos de pagamentos e outros fatores, ocasionaram diferentes contribuições das empresas acionistas para formação do resultado da controlada indireta BAESA. Para equacionar esta questão, os acionistas da BAESA acordaram em 2007 que as contribuições excedentes feitas pela controlada CPFL Geração fossem corrigidas pela variação do CDI, e compensadas durante 36 meses a contar de janeiro de 2009.

A partir de 1º de maio de 2008 a questão relativa às diferenças de contribuições no resultado da controlada indireta BAESA foi solucionada com aprovação da reestruturação dos contratos de venda de energia pela ANEEL, no qual a controlada indireta BAESA vende a controlada CPFL Geração a quota de energia correspondente à sua participação nos mesmos preços e condições dos demais acionistas, e a controlada CPFL Geração comercializa esta energia com as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

Adiantamentos – Fundação CESP - Referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da entidade.

Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados - São garantias oferecidas para operações na CCEE.

Fundo Vinculado a Empréstimos em Moeda Estrangeira - São garantias oferecidas quando da negociação ou renegociação de empréstimos.

Serviços Prestados a Terceiros - Compreendem, basicamente, contas a receber referente a serviços prestados a consumidores relacionados à distribuição de energia elétrica.

Reembolso RGR - Refere-se a valores a compensar, relativos à diferença apurada entre a RGR - Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente incorrida, calculada com base no ativo imobilizado em serviço.

Contratos de Pré-Compra de Energia - Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Arrendamento Mercantil – Refere-se aos investimentos realizados em projetos de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de auto-produção de energia, nos quais a controlada CPFL Brasil é arrendadora, e cujos principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários. São registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas financeiras reconhecidas no resultado do exercício pelo prazo dos respectivos contratos.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Participações Societárias Permanentes				
Pela Equivalência	3.249.508	3.048.118	-	-
Pelo Custo	-	-	117.629	116.426
Deságio	(12.828)	(12.828)	(12.828)	(12.828)
Ágio	1.508.764	1.538.337	-	-
Total	4.745.444	4.573.627	104.801	103.598

12.1 - Participações Societárias Permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	Quantidade (mil) de Ações	Participação no Capital - %	2009			2009		2008	
			Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado de Equivalência Patrimonial	Resultado de Equivalência Patrimonial
CPFL Paulista	72.650	100%	72.650	497.388	457.853	497.388	497.388	457.853	593.834
CPFL Piratininga	53.031.259	100%	62.735	230.538	184.058	230.538	230.538	184.058	222.986
RGE	807.168	100%	851.861	1.105.611	171.708	1.105.611	1.097.274	171.888	164.033
CPFL Santa Cruz	371.772	99,99%	45.330	80.135	30.287	80.129	80.129	30.291	29.389
CPFL Leste Paulista	895.373	95,92%	12.217	40.213	14.722	39.386	-	14.222	-
CPFL Jaguarí	211.844	87,27%	5.716	30.990	9.451	29.304	-	8.393	-
CPFL Sul Paulista	445.317	86,73%	10.000	42.012	14.601	40.022	-	12.836	-
CPFL Mococa	116.989	86,73%	9.850	28.894	9.831	26.481	-	8.713	-
CPFL Geração	205.487.716	100%	1.039.618	1.156.994	338.390	1.156.994	1.140.074	338.390	229.746
CPFL Brasil	2.999	100%	2.999	3.598	210.411	3.598	3.598	210.411	196.905
CPFL Atende (*)	1	100%	1	(1.259)	(376)	(1.259)	(883)	(376)	(684)
CPFL Planalto	630	100%	630	630	7.531	630	-	7.531	-
CPFL Serviços	1.443.141	87,82%	5.800	2.326	(9.010)	2.350	-	(8.144)	-
Perácio	-	100%	-	-	-	-	-	-	38.421
CPFL Jaguariuna	189.620	100%	2.481	2.180	(301)	2.180	-	(301)	-
CPFL Jaguarí Geração	40.072	87,34%	40.108	41.395	9.925	36.156	-	8.851	-
Total						3.249.508	3.048.118	1.444.616	1.474.430

(*) Quantidade de Quotas

As movimentações ocorridas no saldo de participações societárias são como segue:

Controladas	2008	Reestruturação Societária	Redução de Capital	Transferência de Ações	Equivalência	Dividendo	Juros sobre o Capital Próprio	2009
CPFL Paulista	497.388	-	-	-	457.853	(427.389)	(30.464)	497.388
CPFL Piratininga	230.538	-	-	-	184.058	(169.938)	(14.120)	230.538
RGE	1.097.274	-	-	-	171.888	(91.390)	(72.161)	1.105.611
CPFL Santa Cruz	80.129	-	-	-	30.291	(25.383)	(4.908)	80.129
CPFL Leste Paulista	-	68.599	(28.968)	(158)	14.222	(11.531)	(2.778)	39.386
CPFL Jaguarí	-	38.864	(9.015)	(447)	8.393	(6.751)	(1.740)	29.304
CPFL Sul Paulista	-	57.849	(17.560)	(206)	12.836	(10.582)	(2.315)	40.022
CPFL Mococa	-	29.725	(2.693)	(624)	8.713	(7.205)	(1.435)	26.481
CPFL Geração	1.140.074	-	-	-	338.390	(251.643)	(69.827)	1.156.994
CPFL Brasil	3.598	-	-	-	210.411	(210.411)	-	3.598
CPFL Atende	(883)	-	-	-	(376)	-	-	(1.259)
CPFL Pinalto	-	630	-	-	7.531	(7.531)	-	630
CPFL Serviços	-	10.437	-	57	(8.144)	-	-	2.350
CPFL Jaguariúna	-	2.481	-	-	(301)	-	-	2.180
CPFL Jaguarí Geração	-	36.867	-	(1.224)	8.851	(8.338)	-	36.156
	3.048.118	245.452	(58.236)	(2.602)	1.444.616	(1.228.092)	(199.748)	3.249.588

a) Reestruturação Societária: Perácio, CPFL Jaguaríúna e subsidiárias:

Em 30 de dezembro de 2008, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 1.737, aprovou uma Reestruturação Societária envolvendo a Perácio, CPFL Jaguaríúna e suas subsidiárias. A operação foi concretizada no primeiro trimestre de 2009, e consistiu em:

- **Aumento de Capital na Perácio:**

Em Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 29 de janeiro de 2009, foi aprovado um aumento de capital pela Sociedade na Perácio, no montante de R\$ 413.543, através de capitalização de créditos de AFAC no valor de R\$ 409.310 e outras contas a receber no valor de R\$ 4.233.

- **Incorporação da Perácio pela CPFL Jaguaríúna:**

Em AGE realizada em 18 de fevereiro de 2009, foi aprovada a incorporação da Perácio pela CPFL Jaguaríúna. A incorporada, por consequência foi extinta, passando a CPFL Jaguaríúna à condição de sucessora dos seus bens, direitos e obrigações.

No momento da incorporação, foram aplicados os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, de modo que uma provisão retificadora do ágio fosse registrada, gerando um crédito fiscal no montante de R\$ 40.824 (nota 10). Para recompor seu investimento a Sociedade registrou um ágio (intangível de concessão) no montante de R\$ 79.990.

- **Cisão Parcial da CPFL Jaguaríúna:**

Em AGE realizada em 25 de março de 2009, foi aprovada a reestruturação societária envolvendo a cisão parcial e consequente redução de capital da controlada CPFL Jaguaríúna.

Na reestruturação, a controlada CPFL Jaguaríúna realizou redução de capital no montante de R\$ 290.248 mediante a transferência dos investimentos totalizando R\$ 201.339, e outros ativos líquidos no montante de R\$ 88.909, incluindo dividendos a receber no montante de R\$ 66.776 e caixa de R\$ 2.000.

O saldo desta reestruturação no montante de R\$ 245.452 demonstrado no quadro acima é composto basicamente pelo aumento de capital no montante de R\$ 413.543, deduzido do ágio (ativo intangível no consolidado – nota 14) de R\$ 79.990, oriundo da incorporação, e dos demais ativos líquidos mencionados acima.

Depois de finalizada a reestruturação societária, a Sociedade passou a deter diretamente o controle sobre essas subsidiárias.

b) Redução de Capital Social:

Na AGE de 25 de março de 2009, houve a aprovação da redução de capital das controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari. Esta redução, que gerou um reembolso financeiro para a Sociedade de R\$ 58.236, visou adequar a estrutura de capital das controladas. Esta operação não resultou em cancelamento de ações.

c) Transferência de Ações - Ações em Custódia:

Em RCA realizada em 28 de outubro de 2009, foi aprovada a transferência da totalidade das ações em custódia da Sociedade, de emissão das controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Serviços, CPFL Jaguari e Jaguari Geração, que estavam contabilizadas como Investimento desde o descruzamento societário das empresas do grupo “CMS Energy Brasil”, ocorrido em 2004. Estas ações pertencem a proprietários identificados, porém não localizados. O montante total da transferência de ações foi de R\$ 2.602.

d) Reestruturação da Foz do Chapecó:

Em 20 de agosto de 2009 as controladas indiretas Foz do Chapecó e Chapecoense realizaram Assembléias Gerais Extraordinárias para aprovação de reestruturação societária envolvendo as Sociedades. A operação consistiu na transferência da totalidade das ações anteriormente detidas pela CPFL Geração e pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (“CEEE-GT”) na Foz do Chapecó para a Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”), passando a Chapecoense a ter como sócios a CPFL Geração com 51%, CEEE-GT com 9% e Furnas com 40%. Desta forma, a Chapecoense passará a deter 100% do capital social da Foz do Chapecó. Esta reestruturação não alterou as participações que os sócios anteriormente detinham no empreendimento.

e) EPASA

Em 15 de setembro de 2009 a controlada CPFL Geração firmou contrato para aquisição de 51% do capital social da EPASA (nota 1).

f) Bio Formosa

Em 20 de outubro de 2009 foi constituída a controlada indireta Bio Formosa (nota 1).

g) Eólicas

Em 09 de setembro de 2009 a controlada CPFL Geração adquiriu a titularidade de 100% das quotas das eólicas (nota 1).

12.2 – Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) e Dividendos a receber:

Controladas	Controladora					
	Dividendo		JCP		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
CPFL Paulista	255.308	276.441	12.683	13.213	267.991	289.654
CPFL Piratininga	169.938	121.795	12.002	6.127	181.940	127.922
RGE	91.391	27.803	30.045	31.307	121.436	59.110
CPFL Santa Cruz	24.331	19.925	2.044	2.411	26.375	22.336
CPFL Geração	121.936	184.379	29.072	59.953	151.008	244.332
CPFL Brasil	109.466	123.918	-	-	109.466	123.918
Perácio	-	17.660	-	-	-	17.660
CPFL Leste Paulista	11.528	-	2.361	-	13.889	-
CPFL Sul Paulista	10.551	-	1.965	-	12.516	-
CPFL Jaguarí	5.069	-	694	-	5.763	-
CPFL Mococa	5.047	-	639	-	5.686	-
CPFL Serviços	3.648	-	-	-	3.648	-
CPFL Planalto	4.152	-	-	-	4.152	-
CPFL Jaguarí Geração	5.011	-	-	-	5.011	-
	817.376	771.921	91.505	113.011	908.881	884.932

No exercício de 2009, a Sociedade recebeu o montante de R\$ 1.423.009 referente aos dividendos e Juros sobre o Capital Próprio declarados.

12.3 – Participações Societárias pelo Custo

Refere-se basicamente à participação de 5,93% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S/A, sendo 28.154 ações ordinárias e 18.508 ações preferenciais. Este investimento está registrado pelo método de custo. Em função da participação detida por acionistas não controladores através de (i) ações preferenciais representando 39,66% do capital total da Paulista Lajeado, e de (ii) partes beneficiárias que concedem o direito à 10% do lucro líquido antes da distribuição das participações, estes efeitos foram registrados no consolidado, na linha de Participação de Acionistas não Controladores no passivo, totalizando R\$ 72.905.

12.4 – Ágio

O ágio refere-se basicamente à aquisição de investimentos (direito de exploração de concessões). Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores foram reclassificados para o grupo de Intangível, cujo detalhamento está na nota 14.

(13) IMOBILIZADO

	Consolidado			
	2009		2008	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço				
- Distribuição	8.429.714	(4.302.729)	4.126.985	3.834.530
Terrenos	52.543	-	52.543	52.034
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	189.917	(113.328)	76.589	69.403
Máquinas e Equipamentos	8.067.046	(4.104.021)	3.963.025	3.683.211
Veículos	85.694	(64.274)	21.420	17.865
Móveis e Utensílios	34.514	(21.106)	13.408	12.017
- Geração	2.160.778	(249.508)	1.911.270	1.909.068
Terrenos	32.526	-	32.526	29.777
Reservatório, Barragens e Adutoras	781.854	(76.321)	705.533	718.985
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	571.063	(55.529)	515.534	504.985
Máquinas e Equipamentos	772.188	(115.773)	656.415	653.988
Veículos	1.248	(779)	469	447
Móveis e Utensílios	1.899	(1.106)	793	886
- Comercialização	166.618	(77.442)	89.176	113.722
Terrenos	246	-	246	276
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	15.013	(9.004)	6.009	3.819
Máquinas e Equipamentos	133.551	(58.944)	74.607	102.727
Veículos	8.312	(5.773)	2.539	2.775
Móveis e Utensílios	9.496	(3.721)	5.775	4.125
- Administração	143.158	(88.563)	54.595	55.588
Terrenos	2.939	-	2.939	3.090
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	48.023	(28.537)	19.486	23.682
Máquinas e Equipamentos	43.268	(28.762)	14.506	13.412
Veículos	8.639	(6.033)	2.606	2.025
Móveis e Utensílios	40.289	(25.231)	15.058	13.379
- Bens Arrendados	943.351	(264.119)	679.232	699.237
Terrenos	4.675	-	4.675	4.675
Reservatório, Barragens e Adutoras	107.724	(24.781)	82.943	83.203
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	523.535	(133.266)	390.269	401.260
Máquinas e Equipamentos	307.196	(106.015)	201.181	210.054
Veículos	14	(14)	-	-
Outros	207	(43)	164	45
Subtotal	11.843.619	(4.982.361)	6.861.258	6.612.145
Em Curso				
- Distribuição	329.017	-	329.017	265.767
- Geração	1.307.776	-	1.307.776	692.458
- Comercialização	13.173	-	13.173	15.963
- Administração	29.975	-	29.975	32.055
Subtotal	1.679.941	-	1.679.941	1.006.243
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(1.053.983)	(1.004.041)
Imobilizado Líquido			7.487.216	6.614.347

Os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,0% a.a. nas distribuidoras e 2,6% a.a. nas geradoras.

Bens Arrendados - No consolidado, o saldo está relacionado principalmente a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa que estão arrendados ao detentor da concessão (Furnas), por um período de 30 anos a findar-se em 2028 (ver detalhes na nota 1). Os riscos e benefícios inerentes aos ativos não foram transferidos ao arrendatário e são depreciados de acordo com sua vida útil estimada, conforme taxas anuais definidas pela ANEEL, e conforme condições gerais do contrato de concessão detido por FURNAS. Extinta a concessão, está prevista a reversão destes bens e instalações mediante indenização.

Imobilizado em Curso - O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos de geração Foz do Chapecó e EPASA com imobilizado total de R\$ 2.019.270 e R\$ 349.666 (R\$ 1.029.828 e R\$ 178.330 proporcionais a participação da controlada CPFL Geração).

Os juros referentes aos empréstimos tomados pelos empreendimentos para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, proporcional a participação da controlada CPFL Geração, para o ano de 2009 foram capitalizados R\$ 58.649 (R\$ 51.023 em 2008).

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão - Representam os valores recebidos dos consumidores, doações não condicionadas a qualquer retorno e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. A partir do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação, têm seus efeitos anulados no resultado contábil, através da amortização das referidas obrigações.

Análise da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade e suas controladas realizaram análise de recuperação dos seus ativos imobilizados, conforme descrito na nota 14.3.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Intangível de Concessão	-	-	2.182.961	2.386.482
Outros Intangíveis	4.468	380	371.439	313.654
Total	4.468	380	2.554.400	2.700.136

14.1 Composição do Intangível de Concessão

	Consolidado					
	2009		2008		Taxa de amortização anual	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	2009	2008
Intangível - Concessão						
Intangível adquirido não incorporado						
Controladora						
CPFL Paulista	304.861	(80.924)	223.937	245.322	6,38%	6,23%
CPFL Piratininga	39.065	(10.046)	29.019	31.619	6,65%	6,70%
CPFL Geração	54.555	(14.657)	39.898	43.150	5,99%	6,21%
RGE	3.150	(385)	2.765	2.959	6,14%	6,07%
Outros	-	-	-	24	-	-
	401.631	(106.012)	295.619	323.074		
Controladas						
CPFL Jaguariúna	-	-	-	120.815	-	11,81%
ENERCAN	10.233	(1.607)	8.626	9.319	5,78%	4,83%
Barra Grande	3.081	(829)	2.252	2.432	5,85%	6,65%
Foz do Chapecó	-	-	-	7.319	-	-
Chapecoense	7.376	-	7.376	-	-	-
EPASA	498	-	498	-	-	-
Santa Clara I	4.571	-	4.571	-	-	-
Santa Clara II	4.571	-	4.571	-	-	-
Santa Clara III	4.571	-	4.571	-	-	-
Santa Clara IV	4.571	-	4.571	-	-	-
Santa Clara V	4.571	-	4.571	-	-	-
Santa Clara VI	4.571	-	4.571	-	-	-
Eurus VI	1.147	-	1.147	-	-	-
Outros	14.488	(10.508)	3.980	7.200	6,06%	4,99% a 11,65%
	64.249	(12.944)	51.305	147.085		
Subtotal	465.880	(118.956)	346.924	470.159		
Intangível adquirido já incorporado - Dedutível						
Controladas						
RGE	1.120.266	(720.600)	399.666	419.982	4,03%	4,50%
CPFL Geração	426.450	(203.224)	223.226	239.464	6,03%	5,74%
Subtotal	1.546.716	(923.824)	622.892	659.446		
Intangível adquirido já incorporado - Recomposto						
Controladora						
CPFL Paulista	1.074.026	(351.819)	722.207	790.690	6,23%	6,23%
CPFL Piratininga	115.762	(29.767)	85.995	93.696	6,65%	6,70%
RGE	310.128	(47.289)	262.839	281.236	5,96%	5,88%
CPFL Santa Cruz	61.685	(20.842)	40.843	49.641	14,26%	15,12%
CPFL Leste Paulista	27.034	(4.341)	22.693	-	15,08% e 16,91%	-
CPFL Sul Paulista	38.168	(6.078)	32.090	-	15,08% e 16,34%	-
CPFL Jaguari	23.600	(3.582)	20.018	-	15,26% e 16,0%	-
CPFL Mococa	15.124	(2.536)	12.588	-	15,42% e 17,43%	-
CPFL Jaguari Geração	15.275	(1.403)	13.872	-	9,19%	-
	1.680.802	(467.657)	1.213.145	1.215.263		
Controladas						
CPFL Leste Paulista	-	-	-	12.570	-	8,67%
CPFL Sul Paulista	-	-	-	12.308	-	8,59%
CPFL Jaguari	-	-	-	11.754	-	8,56%
CPFL Mococa	-	-	-	4.982	-	8,49%
	-	-	-	41.614		
Subtotal	1.680.802	(467.657)	1.213.145	1.256.877		
Total	3.693.398	(1.510.437)	2.182.961	2.386.482		

Composição do Intangível de Concessão

Até 31 de dezembro de 2007, os valores relacionados aos ágios oriundos da aquisição ou aumento de participação societária eram registrados no grupo de Investimentos (“Ágio”) e Imobilizado (“Outros ativos não vinculados a concessão”). Com o advento da Lei nº 11.638/07 e a emissão do CPC 04 Ativos Intangíveis, a partir de 2008, tais valores, no consolidado, passam a atender à definição e classificação de ativos intangíveis.

- **Intangível – Concessão**

Representa a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido das empresas adquiridas nas respectivas datas de aquisição. Correspondem ao benefício futuro que a controladora possui com o direito de exploração da concessão e estão classificados como Intangível de vida útil definida, amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão. O intangível de concessão está assim representado:

- **Intangível adquirido não incorporado**

Na controladora refere-se basicamente ao ágio de aquisição remanescente das ações detidas pelos acionistas não controladores da CPFL Geração em junho de 2005, CPFL Paulista e CPFL Piratininga em novembro de 2005, e RGE em dezembro de 2007.

- **Intangível adquirido já incorporado - Dedutível**

Refere-se ao ágio oriundo da aquisição das controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

- **Intangível adquirido já incorporado - Recompuesto**

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio advindo de incorporação de controladora cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o ágio de aquisição. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do ágio em contrapartida à reserva do patrimônio líquido das controladas, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Sociedade nas controladas, sendo necessária a constituição do ágio indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo.

- **Intangível – Outros**

O saldo é composto basicamente por *softwares*, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% a.a., e por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

A movimentação do intangível para o exercício de 2009 está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2009
	Saldo em 31/12/2008	Reestruturação Societária	Adições	Baixas	Amortização	
Intangível adquirido não incorporado						
Custo Histórico	582.601	(145.859)	29.138	-	-	465.880
Amortização acumulada	(112.442)	22.512	-	-	(29.026)	(118.956)
	470.159	(123.347)	29.138	-	(29.026)	346.924
Intangível adquirido já incorporado - Dedutível						
Custo Histórico	1.546.716	-	-	-	-	1.546.716
Amortização acumulada	(887.270)	-	-	-	(36.554)	(923.824)
	659.446	-	-	-	(36.554)	622.892
Intangível adquirido já incorporado - Recomposto						
Custo Histórico	1.632.142	48.660	-	-	-	1.680.802
Amortização acumulada	(375.265)	28.927	-	-	(121.319)	(467.657)
	1.256.877	77.587	-	-	(121.319)	1.213.145
Subtotal	2.386.482	(45.760)	29.138	-	(186.899)	2.182.961
Outros intangíveis	313.654	4.128	93.908	(1.741)	(38.510)	371.439
Total	2.700.136	(41.632)	123.046	(1.741)	(225.409)	2.554.400

14.2 Outorga da Concessão

As controladas em conjunto CERAN, ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó e a controlada indireta Paulista Lajeado, quando da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, assumiram perante a União obrigações relativas à outorga da concessão, a título de "Uso do Bem Público". As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, que na data base de 31 de dezembro de 2009, apresentavam os seguintes valores:

	Uso do Bem Público						
	Valor Anual		Valor Total		Pagamento		
	Total	Participação da CPFL Energia	Total	Participação da CPFL Energia	Nº de Parcelas	Início	Final
Empresas							
CERAN	6.775	4.404	196.475	127.709	348	Mar/2007	Fev/2036
ENERCAN	1.749	852	49.701	24.216	341	Jun/2006	Out/2034
BAESA	17.936	4.485	520.144	130.067	348	Jun/2007	Mai/2036
Foz do Chapecó	38.916	19.847	1.021.545	520.988	315	Set/2010	Now/2036
Paulista Lajeado (*)	229	120	6.641	3.476	348	Jan/2004	Jan/2033
TOTAL	65.605	29.708	1.794.506	806.456			

(*) O valor total corresponde à participação de 6,93% da Paulista Lajeado na concessão.

As controladas registram em despesa os valores de outorga, conforme vencimento contratual.

14.3 Análise do Valor de Recuperação

De acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Sociedade avaliou, ao final do exercício de 2009, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(15) FORNECEDORES

<u>Circulante</u>	Consolidado	
	2009	2008
Encargos de Serviço do Sistema	34.556	32.326
Suprimento de Energia Elétrica	635.148	631.554
Encargos de Uso da Rede Elétrica	145.317	150.346
Materiais e Serviços	142.480	114.819
Passivo Regulatório (nota 3)	61.341	29.216
Outros	2.506	24.083
Total	1.021.348	982.344

Não Circulante

Encargos de Uso da Rede Elétrica	42.655	85.311
----------------------------------	--------	--------

O saldo no Passivo não circulante trata-se de Encargos de Uso da Rede Elétrica, e a variação deve-se ao repasse à CTEEP, conforme mencionado na nota 5.

(16) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado							
	2009			Total	2008			
	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal			Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		
	Circulante	Não Circulante			Circulante	Não Circulante	Total	
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
BNDES - Repotenciação	86	7.321	13.538	20.945	128	10.108	20.868	31.104
BNDES - Investimento	10.168	344.048	2.262.436	2.616.652	36.093	240.638	2.035.314	2.312.045
BNDES - Bens de Renda	49	661	5.628	6.338	30	194	3.356	3.580
Furnas Centrais Elétricas S.A.	379	46.028	-	46.407	1.158	93.666	46.833	141.657
Instituições Financeiras	10.325	181.922	164.054	356.301	5.025	37.460	196.225	238.710
Outros	554	22.181	30.693	53.428	516	28.525	36.826	65.867
Subtotal	21.561	602.161	2.476.349	3.100.071	42.950	410.591	2.339.422	2.792.963
Moeda Estrangeira								
BID	260	3.652	51.379	55.291	541	4.500	73.862	78.903
Instituições Financeiras	541	3.920	46.503	50.964	860	5.999	67.676	74.535
Subtotal	801	7.572	97.882	106.255	1.401	10.499	141.538	153.438
Total ao Custo	22.362	609.733	2.574.231	3.206.326	44.351	421.090	2.480.960	2.946.401
Mensuradas ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras	66.608	87.490	941.005	1.095.103	58.834	102.077	1.355.922	1.516.833
Total	66.608	87.490	941.005	1.095.103	58.834	102.077	1.355.922	1.516.833
Total	88.970	697.223	3.515.236	4.301.429	103.185	523.167	3.836.882	4.463.234

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração	Condições de Amortização	Garantias
	2009	2008			
Moeda Nacional					
BNDES - Repotenciação					
CPFL Geração	20.847	30.635	TJLP + 3,1% a 4,3% a.a.	36 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 a dezembro de 2008	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
CPFL Geração	98	469	UMBND + 3,5% a 4,0% a.a.	72 e 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 e setembro de 2004	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
BNDES - Investimento					
CPFL Paulista - FINEM II	63.655	127.157	TJLP + 5,4% a.a.	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM III	107.614	134.356	TJLP + 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM IV	237.325	100.498	TJLP + 3,26% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM I	23.702	47.349	TJLP + 5,4% a.a.	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM II	63.927	79.813	TJLP + 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM III	104.990	54.768	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
RGE - FINEM III	67.265	89.605	TJLP + 5,0% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Recebíveis / Conta Reserva
RGE - FINEM IV	173.424	96.481	TJLP + 3,28 a 3,40% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz	2.255	2.275	TJLP + 2,00% a 2,90% a.a.	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa	3.018	3.015	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Jaguari	2.498	2.495	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Leste Paulista	2.024	2.004	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Sul Paulista	3.350	2.004	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
BAESA	136.045	151.561	TJLP + 3,125% a 4,125% a.a.	144 parcelas mensais a partir de setembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
BAESA	28.058	42.015	UMBND + 3,125% a.a. (1)	144 parcelas mensais a partir de novembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
ENERCAN	307.203	340.007	TJLP + 4% a.a.	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
ENERCAN	18.557	27.663	UMBND + 4% a.a.	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
CERAN	271.336	269.519	TJLP + 5% a.a.	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	39.638	56.605	UMBND + 5% a.a. (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Aval da CPFL Energia
CERAN	123.034	127.026	TJLP + 3,69% a.a. (Média dos percentuais)	168 parcelas mensais a partir de novembro de 2008	Aval da CPFL Energia
Foz do Chapecó	792.209	535.829	TJLP + 2,49% a 2,95% a.a.	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2011	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia	15.248	-	TJLP + 1,9% a.a.	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia	30.257	-	4,5% a.a.	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
BNDES - Bens de Renda					
CPFL Brasil	6.338	3.580	TJLP + de 1,94% à 2,84% a.a.	36 parcelas mensais a partir de maio de 2009	Vinculado ao bem adquirido
Furnas Centrais Elétricas S.A.					
CPFL Geração	46.407	141.657	IGP-M + 10% a.a. (2)	24 parcelas mensais a partir de junho de 2008	Energia produzida pela Usina
Instituições Financeiras					
CPFL Paulista					
Banco do Brasil - Lei 8727	39.314	47.548	IGP-M + 7,42% a.a.	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Recebíveis
CPFL Piratininga					
Banco Alfa	50.017	-	105,1% do CDI	Parcela única em janeiro de 2010	Não existem garantias
CPFL Santa Cruz					
HSBC	40.747	36.677	CDI + 1,10% a.a.	Parcela única em junho de 2011	Aval da CPFL Energia
CPFL Geração					
Banco Itaú	102.750	101.650	106,0% do CDI	Parcela única em março de 2011	Aval da CPFL Energia
Banco Alfa	99.485	-	105,1% do CDI	Parcela única em fevereiro de 2010	Aval da CPFL Energia
CERAN					
Banco Bradesco	23.988	52.835	CDI + 2% a.a.	24 parcelas mensais a partir de novembro de 2008	Não existem garantias
Outros					
Eletrobrás					
CPFL Paulista	8.648	8.887	RGR + 6,0% a 9,0% a.a.	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Piratininga	1.415	1.903	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
RGE	12.095	11.309	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até junho de 2020	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Santa Cruz	4.660	5.509	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até abril de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Leste Paulista	1.011	1.136	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até janeiro de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Sul Paulista	1.779	1.694	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até julho de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Jaguari	31	35	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até maio de 2017	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Mococa	285	320	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até janeiro de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
Outros	23.504	35.074			
Subtotal Moeda Nacional - Custo	3.100.071	2.792.963			
Moeda Estrangeira					
BID - Enercan	55.291	78.903	US\$ + Libor + 3,5% a.a.	49 parcelas trimestrais a partir de junho de 2007	Aval da CPFL Energia
Instituições Financeiras					
CPFL Paulista (9)					
Debt Conversion Bond	5.207	9.807	US\$ + Libor 6 meses + 0,875% a.a.	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
New Money Bond	-	370	US\$ + Libor 6 meses + 0,875% a.a.	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2001	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
FLIRB	-	375	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125% a.a.	13 parcelas semestrais a partir de abril de 2003	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
C-Bond	8.462	13.881	US\$ + 8% a.a.	21 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
Discount Bond	15.264	20.533	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125% a.a.	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SF
PAR-Bond	22.031	29.569	US\$ + 6% a.a.	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SF
Subtotal Moeda Estrangeira - Custo	106.255	153.438			
Total Mensuradas ao Custo	3.206.326	2.946.401			
Moeda Estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Instituições Financeiras					
CPFL Paulista					
Banco do Brasil	101.233	131.435	Yen + 5,7778% a.a. (3)	Parcela única em janeiro de 2011	Não existem garantias
Banco ABN AMRO Real	385.969	490.276	Yen + 1,49% a.a. (4)	Parcela única em janeiro de 2012	Não existem garantias
CPFL Piratininga					
Banco BNP Paribas	-	60.548	US\$ + 4,10% a.a. (5)	Parcela única em fevereiro de 2009	Notas Promissórias
RGE					
Banco do Brasil	-	46.687	Yen + 5,7778% a.a. (6)	Parcela única em setembro de 2009	Não existem garantias
CPFL Geração					
Banco do Brasil	101.332	131.564	Yen + 5,8% a.a. (7)	Parcela única em abril de 2010	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil	506.569	656.323	Yen + 2,5% a 5,8% a.a. (8)	Parcela única em janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia
Total Moeda Estrangeira - Valor Justo	1.095.103	1.516.833			
Total Consolidado	4.301.429	4.463.234			

Suas controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 180,0% a 185,2% do CDI (3) 104,5% do CDI (5) 104,5% e 107,6% do CDI (7) 104,2% do CDI
(2) 106,5% e 107,0% do CDI (4) 104,98% do CDI (6) 103,5% do CDI (8) 104,5% do CDI
(9) Dada a existência de ativos indexados em dólar (nota 11), consta um swap parcial no montante de R\$ 31.260 convertendo a variação da moeda para 113% e 113,7% do CDI.

Conforme segregado nos quadros acima, a Sociedade e suas controladas, em consonância com o CPC 14 Instrumentos Financeiros, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensuradas ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Estão demonstradas a seguir informações adicionais sobre o valor a custo das respectivas dívidas e a comparação para os respectivos valores justos:

Moeda estrangeira	2009				Valor justo (contábil)
	Encargos	Valor a custo		Total	
		Circulante	Não Circulante		
Mensuradas ao valor justo					
CPFL Paulista					
Banco do Brasil	9.757	-	91.968	101.725	101.233
Banco ABN AMRO Real	2.238	-	386.266	388.504	385.969
CPFL Geração					
Banco do Brasil	54.613	87.704	467.574	609.891	607.901
Total Moeda Estrangeira - Consolidado	66.608	87.704	945.808	1.100.120	1.095.103

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Sociedade e suas controladas. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas no montante de R\$ 5.017 estão sendo compensados pelos efeitos de R\$ 12.428 obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, contratados para proteção da variação cambial e juros (nota 32), gerando uma perda líquida acumulada de R\$ 7.411.

Principais captações no período:

Moeda Nacional

BNDES – Investimento FINEM IV (CPFL Paulista) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008, no montante de R\$ 345.990, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício, recebeu o montante de R\$ 136.128 e do saldo remanescente estimado de R\$ 109.862, R\$ 8.900 está previsto para ser liberado até o término do 1º trimestre de 2010 e o restante será cancelado. Os juros foram pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES – Investimento FINEM III (CPFL Piratininga) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES, em 2008, no montante de R\$ 155.178, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício, recebeu o montante de R\$ 49.945 e o saldo remanescente estimado de R\$ 50.733 será cancelado. Os juros foram pagos trimestralmente até 31 de dezembro de 2009, e a partir de 15 de janeiro de 2010 serão amortizados mensalmente.

BNDES – Investimento FINEM IV (subcrédito “A”) – (RGE) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008, no montante de R\$ 216.131, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício,

recebeu o montante de R\$ 76.501 e o saldo remanescente estimado de R\$ 39.630 será cancelado. Os juros foram pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES – Investimento (Foz do Chapecó) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES, em 2007, no montante de R\$ 1.633.155 (R\$ 832.909 proporcional à participação da controlada CPFL Geração), recurso a ser aplicado no financiamento das obras de construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó. Neste exercício, recebeu o montante de R\$ 394.606 (R\$ 201.249 proporcional à participação da controlada CPFL Geração), e o saldo remanescente estimado de R\$ 250.442 (R\$ 127.725 proporcional à participação da controlada CPFL Geração) está previsto para ser liberado até o 1º semestre de 2010. Os juros e principal serão pagos mensalmente a partir de outubro de 2011.

BNDES – Investimento (CPFL Bioenergia) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES, em 2009, no montante total de R\$ 75.297, sendo de FINEM o montante de R\$ 37.491 e de FINAME o montante de R\$ 37.806, destinado a construção de uma Usina Termoelétrica de 45 MW movida a bagaço de cana. Em dezembro de 2009 foi liberado uma parcela de R\$ 45.491, sendo R\$ 15.241 de FINEM e R\$ 30.250 de FINAME. O saldo remanescente de R\$ 29.806 está previsto para ser liberado até outubro de 2010. Os juros e principal serão pagos mensalmente a partir de junho de 2011.

Instituições Financeiras (CPFL Piratininga) - A controlada contratou empréstimo junto ao Banco Alfa de Investimento S/A, em 2009, no montante R\$ 50.000. Os recursos captados foram utilizados para fins de reforço de capital de giro. Não há condições restritivas.

Instituições Financeiras (CPFL Geração) – A controlada contratou empréstimo junto ao Banco Alfa de Investimento S/A, em 2009, no montante de R\$ 99.074. Os recursos captados serão utilizados para viabilizar a integralização de aumento de capital realizada em 14 de dezembro de 2009 nas controladas Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V, Santa Clara VI e Eurus VI, Os juros e o principal tem liquidação prevista para 12 de fevereiro de 2010. Não há condições restritivas.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2011	1.001.836
2012	728.744
2013	316.855
2014	263.073
Após 2014	1.209.531
Subtotal	3.520.039
Marcação a Mercado	(4.803)
Total	3.515.236

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada em %		% da dívida	
	2009	2008	2009	2008
IGP-M	(1,71)	9,81	2,12	4,24
UMBND	(25,66)	33,86	3,29	5,62
TJLP	6,13	6,25	58,76	49,74
CDI	9,88	12,38	34,01	38,93
Outros	-	-	1,82	1,47
			100,00	100,00

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

BNDES:

Os financiamentos junto ao BNDES restringem as controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

CPFL Paulista

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0;
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,90.

CPFL Piratininga

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo 3,0 em 2008 e valor máximo de 2,5 em 2009 e anos subsequentes;
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,80.

RGE

BNDES - FINEM

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 2,5;
- Endividamento financeiro líquido dividido pelo endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.

CPFL Geração

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelas controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA, CERAN e Foz do Chapecó, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

Os empréstimos que a controlada ENERCAN possui junto às instituições financeiras BNDES e BID, contemplam cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Em decorrência dos sinistros ocorridos em túneis de desvio da UHE Campos Novos, o início da operação comercial foi postergado, comprometendo a geração de caixa no prazo originalmente previsto, com reflexo nas obrigações contratuais assumidas. A administração da ENERCAN já solicitou às referidas instituições financeiras a revisão dos parâmetros contratuais, tendo

obtido a confirmação de que não constará nesta revisão a decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento.

Para o empréstimo da CPFL Bioenergia junto ao BNDES, está determinado em contrato que a controlada não poderá efetuar pagamento de dividendos para os anos de 2009 a 2012, sendo que a partir de 2013 só poderá se atendida cumulativamente as seguintes condições:

- i) Estar adimplente com suas obrigações contratuais;
- ii) Índice de cobertura da dívida maior o igual a 1,0; e
- iii) Endividamento Geral menor ou igual a 0,8

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*).

A Administração da Sociedade e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(17) DEBÊNTURES

	Quantidade em Circulação	Remuneração	Taxa Efetiva	Condições de Amortização	Garantias	Consolidado							
						2009				2008			
						Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
Controladora													
3ª Emissão													
Série Única	45.000	CDI + 0,45% a.a. (1)	100% CDI + 0,53% a.a.	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2012	Quirografária	12.788	-	450.000	462.788	20.047	-	450.000	470.047
CPFL Paulista													
2ª Emissão													
1ª Série	11.988	109% do CDI a.a.	109% CDI + 0,24% a.a.	1º de julho de 2009	Quirografária	-	-	-	-	8.606	119.680	-	128.286
2ª Série	13.032	IGP-M + 9,8% a.a.	IGP-M + 10,04% a.a.	1º de julho de 2009	Quirografária	-	-	-	-	8.430	170.599	-	179.029
3ª Emissão													
1ª Série	64.000	104,4% do CDI a.a.	104,4% CDI + 0,05% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	4.618	-	640.000	644.618	7.083	-	640.000	647.083
4ª Emissão													
Série Única	175.000	110,3% do CDI a.a.	110,3% CDI a.a. + 0,79%	2 parcelas anuais a partir de julho de 2010	Fiança da CPFL Energia	8.285	64.303	109.601	182.189	-	-	-	-
						12.903	64.303	749.601	826.807	24.119	290.279	640.000	954.398
CPFL Piratininga													
1ª Emissão													
1ª Série	40.000	104,0% do CDI a.a.	104,0% CDI + 0,16% a.a.	2 parcelas anuais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia	17.690	200.000	200.000	417.690	27.176	-	400.000	427.176
2ª Emissão													
Série Única	1	106,45% do CDI a.a.	106,45% CDI + 0,3% a.a.	02 de maio de 2011	Quirografária	2.189	-	100.000	102.189	3.479	-	100.000	103.479
						19.879	200.000	300.000	519.879	30.655	-	500.000	530.655
RGE													
2ª Emissão													
1ª Série	2.620	IGP-M + 9,8% a.a.	IGP-M + 9,73% a.a.	1º de abril de 2011	Quirografária	1.630	-	26.200	27.830	2.033	1.903	26.200	30.136
2ª Série	20.380	106,0% do CDI a.a.	106,0% CDI + 0,12% a.a.	1º de abril de 2009	Quirografária	-	-	-	-	7.058	203.800	-	210.858
3ª Emissão													
1ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (2)	CDI + 0,71% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	741	-	100.000	100.741	1.110	-	100.000	101.110
2ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (3)	CDI + 0,71% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	6.437	-	140.000	146.437	9.671	-	140.000	149.671
3ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (4)	CDI + 0,71% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	1.491	-	40.000	41.491	2.290	-	40.000	42.290
4ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (5)	CDI + 0,84% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	1.103	-	50.000	51.103	1.711	-	50.000	51.711
5ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (5)	CDI + 0,84% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	1.103	-	50.000	51.103	1.711	-	50.000	51.711
4ª Emissão													
Série Única	185.000	110,30% do CDI a.a.	110,3% CDI a.a. + 0,82%	1º de julho de 2011	Quirografária	8.758	-	183.804	192.562	-	-	-	-
						21.263	-	590.004	611.267	25.584	205.703	406.200	637.487
CPFL Leste Paulista													
1ª Emissão													
Série Única	2.400	111,90% do CDI a.a.	111,9% DI + 0,65%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	1.153	-	23.894	25.047	-	-	-	-
CPFL Sul Paulista													
1ª Emissão													
Série Única	1.600	111,00% do CDI a.a.	111% DI + 0,6%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	762	-	15.936	16.698	-	-	-	-
CPFL Jaguari													
1ª Emissão													
Série Única	1.000	111,90% do CDI a.a.	111,9% DI + 0,79%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	480	-	9.948	10.428	-	-	-	-
CPFL Brasil													
1ª Emissão													
Série Única	16.500	111% do CDI a.a.	111% CDI a.a. + 0,57%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	7.862	-	164.221	172.083	-	-	-	-
CPFL Geração													
1ª Emissão													
Série Única	89.189	TJLP + 4 a 5% a.a.	TJLP a 5% aa	Semestral com quitação em junho de 2009	Aval da CPFL Energia, Recebíveis e ações da CPFL Geração	-	-	-	-	645	80.930	-	81.575
2ª Emissão													
Série Única	425.250	109,8% do CDI a.a.	109,8% CDI a.a. + 0,56%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	20.039	-	423.295	443.334	-	-	-	-
EPASA													
1ª Emissão													
Série Única	450	112,6% do CDI	116,9% CDI	1º de dezembro de 2010	Fiança CPFL Energia	3.504	228.473	-	231.977	-	-	-	-
BAESA													
1ª Série	9.000	CDI + 0,3% a.a.	CDI + 0,43% a.a.	Trimestral com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança	308	3.164	18.195	21.667	532	3.164	21.359	25.055
2ª Série	9.000	CDI + 0,4% a.a.	108% CDI + 0,12% a.a.	Annual com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança	343	3.085	6.075	9.503	530	-	9.331	9.861
						651	6.249	24.270	31.170	1.062	3.164	30.690	34.916
						101.284	499.025	2.751.169	3.351.478	102.112	580.076	2.026.890	2.709.078

A Sociedade e as controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 104,4% do CDI

(3) 104,85% do CDI

(2) 105,07% do CDI

(4) 104,9% do CDI

(5) 104,87% do CDI

Remuneração

As remunerações das debêntures serão pagas semestralmente, exceto por: (i) 1° série da controlada indireta BAESA que será paga trimestralmente, (ii) 1° emissão da controlada CPFL Piratininga e 1° série da 2° emissão da controlada RGE que será paga anualmente.

O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2011	1.601.100
2012	494.201
2013	494.201
2014	154.201
Após 2014	7.466
Total	<u>2.751.169</u>

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Sociedade e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Energia

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

CPFL Paulista e CPFL Piratininga

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

RGE

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

CPFL Geração

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,5;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

CPFL Brasil

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

CPFL Jaguari

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

CPFL Leste Paulista

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

CPFL Sul Paulista

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

BAESA

As debêntures de emissão da controlada indireta BAESA prevêm o vencimento antecipado quando o índice de endividamento total superar o limite de 75% dos seus ativos totais.

Diversas debêntures das controladas diretas e indiretas estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*).

No entendimento da Administração da Sociedade e suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, através da Fundação CESP, a controlada RGE através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, a controlada CPFL Santa Cruz através da BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil e a controlada CPFL Jaguariúna através da IHPREV Fundo de Pensão, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

I – CPFL Paulista

Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que

o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 508.706 (R\$ 702.696 em 2008). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

II – CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar – “SPC”, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um “Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS”, e um “Plano de Benefícios Misto”, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de março de 1998 – plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 – plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998). A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Definida – implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

(empresa antecessora da Bandeirante), referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 221 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 150.444 (R\$ 183.507 em 2008). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

III – RGE

Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, incluindo o presumido benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE.

IV – CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

V – CPFL Geração

Atualmente, vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração um “Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado” e um “Plano de Benefícios Misto”, exatamente nos moldes da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração, referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 260 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação, em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 10.236 (R\$ 14.237 em 2008). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00.

VI – CPFL Jaguariúna

Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

VII – Movimentações dos planos de benefício definido

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 2008, de suas controladas, conforme laudo preparado por atuário externo, inclusive com premissas validadas pela Administração, seguem critérios da Deliberação CVM 371/00 e estão assim apresentados:

	2009				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.962.118	760.719	182.615	64.198	3.969.650
Valor justo dos ativos do plano	(2.611.813)	(676.790)	(212.369)	(54.969)	(3.555.941)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	350.305	83.929	(29.754)	9.229	413.709
Ajustes por diferimentos permitidos					
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidas	1.269	18.738	11.503	(3.573)	27.937
Custo do serviço passado não reconhecido	-	(57)	-	-	(57)
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	351.574	102.610	(18.251)	5.656	441.589
Redução no Ativo Atuarial (*)	-	-	7.940	-	7.940
Ativo/Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	351.574	102.610	(10.311)	5.656	449.529
	2008				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	3.067.116	774.598	174.721	66.094	4.082.529
Valor justo dos ativos do plano	(2.413.252)	(618.671)	(180.708)	(51.207)	(3.263.838)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	653.864	155.927	(5.987)	14.887	818.691
Ajustes por diferimentos permitidos					
Perdas atuariais não reconhecidas	(240.138)	(39.296)	(8.527)	(8.180)	(296.141)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	(68)	-	-	(68)
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	413.726	116.563	(14.514)	6.707	522.482
Redução no Ativo Atuarial (*)	-	-	7.203	-	7.203
Ativo/Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	413.726	116.563	(7.311)	6.707	529.685

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora RGE e os participantes.

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidas em 31 de dezembro de 2009, não excedem 10% das obrigações ou dos ativos do Plano, não havendo necessidade de reconhecimento futuro através de amortização durante o período de vida útil remanescente dos participantes do plano.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	2009				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Passivo atuarial líquido no início do exercício	413.726	116.563	(7.311)	6.707	529.685
Despesas / (Receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	77	3.610	(300)	291	3.678
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(62.229)	(17.563)	(2.700)	(1.342)	(83.834)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	351.574	102.610	(10.311)	5.656	449.529
Outras Contribuições	13.342	244	6.454	281	20.321
Total	364.916	102.854	(3.857)	5.937	469.850
Circulante	30.909	9.678	3.089	808	44.484
Não Circulante	334.007	93.176	(6.946)	5.129	425.366
Total	364.916	102.854	(3.857)	5.937	469.850
	2008				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Passivo atuarial líquido no início do exercício	533.948	144.136	(3.520)	9.655	684.219
Receitas reconhecidas na demonstração do resultado	(66.318)	(12.364)	(3.683)	(1.786)	(84.151)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(53.904)	(15.209)	(108)	(1.162)	(70.363)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	413.726	116.563	(7.311)	6.707	529.685
Outras Contribuições	12.464	297	9.687	149	22.597
Total	426.190	116.860	2.376	6.856	552.282
Circulante	31.956	9.004	2.376	752	44.088
Não Circulante	394.234	107.856	-	6.104	508.194
Total	426.190	116.860	2.376	6.856	552.282

A estimativa do atuário externo para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2010 e as receitas reconhecidas em 2009, são como segue:

	2010 Estimadas				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Custo do serviço	1.097	4.807	1.153	142	7.199
Juros sobre obrigações atuariais	292.456	75.535	18.349	6.345	392.685
Rendimento esperado dos ativos do plano	(364.286)	(93.152)	(23.717)	(7.679)	(488.834)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	11	-	-	11
Subtotal	(70.733)	(12.799)	(4.215)	(1.192)	(88.939)
Contribuições esperadas dos participantes	(36)	(1.257)	1.867	-	574
Subtotal	(70.769)	(14.056)	(2.348)	(1.192)	(88.365)
Redução de 50% no Resultado Atuarial (*)	-	-	1.174	-	1.174
Total da Receita	(70.769)	(14.056)	(1.174)	(1.192)	(87.191)

	2009 Realizadas				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Custo do serviço	1.445	5.469	1.256	165	8.335
Juros sobre obrigações atuariais	303.015	76.981	17.626	6.532	404.154
Rendimento esperado dos ativos do plano	(304.351)	(77.554)	(18.387)	(6.468)	(406.760)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	11	-	-	11
Amortização de ganhos atuariais não reconhecidas	-	-	-	62	62
Subtotal	109	4.907	495	291	5.802
Contribuições esperadas dos participantes	(32)	(1.297)	(1.095)	-	(2.424)
Subtotal	77	3.610	(600)	291	3.378
Redução de 50% no Resultado Atuarial (*)	-	-	300	-	300
Total da Despesa/(Receita)	77	3.610	(300)	291	3.678

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora RGE e os participantes, e portanto, reconhecido somente 50%.

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas na rubrica “Custo de Operação”, no valor total de despesa de R\$ 3.678 (receita de R\$ 84.151 no mesmo período de 2008).

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração		RGE	
	2010	2009	2010	2009
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,24% a .a.	10,24% a .a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	(*)	(**)	11,28% a.a.	12,32% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a .a.	6,08% a .a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a.a.	4,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	Light-Média	Light-Média
Taxa de rotatividade esperada:	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	nula	nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano		

(*) CPFL Paulista e CPFL Geração 14,36% a.a. e CPFL Piratininga 14,05% a.a.

(**) CPFL Paulista e CPFL Geração 13,05% a.a. e CPFL Piratininga 12,84% a.a.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	2009	2008
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	3.549	3.325
Reserva Global de Reversão - RGR	9.876	7.451
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.923	2.030
Conta de Consumo de Combustível - CCC	9.392	48.194
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	38.259	33.054
Total	62.999	94.054

(20) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	315.906	276.111	-	-
Programa de Integração Social – PIS	11.712	8.996	-	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	54.746	41.474	1.639	2.242
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	63.238	94.208	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	16.600	12.911	-	-
Outros	27.774	21.562	-	-
Total	489.976	455.262	1.639	2.242

(21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Consolidado							
	2009				2008			
	Provisão para Contingência - Bruta	Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)	Provisão para Contingência - Líquida	Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)	Provisão para Contingência - Bruta	Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)	Provisão para Contingência - Líquida	Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)
Trabalhistas								
Diversos	42.752	40.870	1.882	86.880	55.105	49.363	5.742	59.288
Cíveis								
Danos Pessoais	9.897	9.517	380	49.917	14.450	14.450	-	49.957
Majoração Tarifária	12.249	3.736	8.513	5.332	10.635	3.157	7.478	15.341
Energia Comprada	-	-	-	-	13.014	13.228	(214)	-
Outras	11.966	6.196	5.770	9.478	6.695	5.451	1.244	10.138
	34.112	19.449	14.663	64.727	44.794	36.286	8.508	75.436
Fiscais								
FINSOCIAL	18.601	18.601	-	34.397	18.478	18.478	-	34.171
PIS e COFINS - Ampliação de Base	866	721	145	301	1.276	710	566	301
PIS e COFINS - JCP	9.800	9.800	-	-	70.301	-	70.301	-
Imposto de Renda	63.914	44.537	19.377	453.804	59.708	40.013	19.695	418.506
Outras	7.807	5.693	2.114	14.397	7.993	5.148	2.845	14.271
	100.988	79.352	21.636	502.899	157.756	64.349	93.407	465.249
Total	177.852	139.671	38.181	654.506	257.655	149.998	107.657	599.973

A movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2009
	Saldo em 31/12/2008	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	
Trabalhistas	55.105	1.016	(3.688)	(9.681)	-	42.752
Cíveis	44.794	10.602	(667)	(20.617)	-	34.112
Fiscais	157.756	14.080	(1.481)	(74.748)	5.381	100.988
Provisão para Contingências - Bruta	257.655	25.698	(5.836)	(105.046)	5.381	177.852
Depósitos Judiciais (1) + (2)	749.971	64.270	(17.164)	(48.052)	45.152	794.177

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a) **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b) **Danos Pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c) **Majoração Tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n.ºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.
- d) **Energia Comprada** - Referia-se a discussão da redução na demanda de potência nos contratos iniciais, em que as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga impetraram ação judicial e efetuaram depósitos judiciais mensais dos valores em questão. Em março de 2009, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga firmaram acordo com Duke e CPCH (atual CPFL Geração) e foi determinado levantamento dos depósitos a favor daquelas geradoras extinguindo-se assim os processos.
- e) **FINSOCIAL** - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.
- f) **PIS e COFINS - JCP** – Em 2009 a Sociedade discutia a incidência do PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre o capital próprio, desistiu da ação judicial e efetuou o pagamento dos valores questionados, utilizando-se do benefício previsto na Lei n.º 11.941/09 (REFIS IV), isto é, redução de multa, juros e encargos legais.
- g) **Imposto de Renda** - Na controlada CPFL Piratininga, a provisão e o depósito de R\$ 44.531 (R\$ 40.007 em 2008) refere-se à liminar obtida visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ.

Na controlada CPFL Paulista o depósito de R\$ 450.319 (R\$ 414.690 em 2008) refere-se à discussão da dedutibilidade para fins de Imposto de Renda, de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente a déficit previdenciário do plano de pensão dos funcionários, perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB n.º 157 de 09 de abril de 1998, e tomou

a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando conseqüentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em março de 2000, a controlada foi autuada pelas Autoridades Fiscais, relativamente ao uso do prejuízo fiscal nos exercícios de 1997 e 1998. Em 2007, em razão de decisão judicial que exigiu o depósito para permitir a continuidade das discussões, a controlada efetuou o referido depósito judicial para garantia do juízo. Esta dedutibilidade gerou outras autuações e a controlada com a finalidade de permitir a continuidade das discussões, ofereceu em garantia (fianças bancárias) o total de R\$ 280.584, atualizada na data base de 31 de dezembro de 2009 (R\$ 228.095 em 2008). Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, o risco de perda continua classificado como remoto.

- h) **Fiscais Outras** - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.
- i) **Perdas possíveis** - A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2009 estavam assim representadas: (i) R\$ 294.825 trabalhistas (R\$ 230.267 em 2008); (ii) R\$ 472.710 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R\$ 492.093 em 2008); e (iii) R\$ 625.369 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R\$ 525.326 em 2008).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto relevante sobre os resultados futuros.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Consumidores e Concessionárias	50.974	50.544	-	-
Passivo Regulatório (nota 3)	246.806	248.437	1.928	1.371
Programa de Eficiência Energética - PEE	55.889	36.979	36.140	71.613
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	99.623	37.182	33.411	57.049
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.655	27.979	-	228
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1.983	13.605	-	114
Fundo para Reversão	-	-	17.751	17.751
Adiantamentos	8.940	6.962	60.772	47.180
Juros sobre Empréstimo Compulsório	2.917	2.464	-	-
Provisão para Gastos Ambientais	2.483	6.330	2.628	544
Folha de Pagamento	8.064	8.481	-	-
Participação nos Lucros	32.433	23.048	-	-
Multa ANEEL TAC (DEC e FEC)	10.877	-	-	-
Outros	58.970	62.887	8.910	11.344
Total	584.614	524.898	161.540	207.194

Consumidores e Concessionárias: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. Valores com concessionárias, referem-se basicamente a transações relacionadas a cisão parcial da Bandeirante pela controlada CPFL Piratininga.

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética: As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Adiantamentos: O saldo de longo prazo é representado basicamente por aportes (AFAC) realizados exclusivamente pelos acionistas da EPASA no montante de R\$ 45.368, sendo que a controlada CPFL Geração realizará futuramente os aportes relativos à sua participação. Em 2008 o saldo de R\$ 37.790 representava os aportes realizados pelos acionistas da Chapecoense.

Juros sobre Empréstimo Compulsório: Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

Multa ANEEL TAC (DEC e FEC): Multa aplicada a controlada RGE, relacionada ao atendimento de indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Cliente) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor), o qual esta sendo pago em 12 parcelas, sendo a última em junho de 2010.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	2009		2008	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
VBC Energia S.A.	122.948.720	25,62	133.653.591	27,85
521 Participações S.A.	-	-	149.233.727	31,10
BB Carteira Livre I FIA	149.233.727	31,10	-	-
Bonaire Participações S.A.	60.713.511	12,65	60.713.511	12,65
BNDES Participações S.A.	40.526.739	8,44	29.821.870	6,21
Membros do Conselho de Administração	112	-	3.112	-
Membros da Diretoria Executiva	6.450	-	31.152	0,01
Demais Acionistas	106.481.679	22,19	106.453.975	22,18
Total	479.910.938	100,00	479.910.938	100,00

23.1 - Reserva de Capital

Refere-se ao ganho da alienação das ações em tesouraria, decorrentes do exercício de direito de retirada dos acionistas, quando da incorporação das ações dos acionistas não controladores da CPFL Piratininga pela CPFL Paulista, e da CPFL Geração e CPFL Paulista pela CPFL Energia em novembro de 2005.

23.2 - Reserva de Lucros

Compreende o saldo da Reserva Legal no montante de R\$ 341.751.

23.3 – Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	Controladora	
	2009	2008
Dividendo		
VBC Energia S.A.	167.809	168.798
521 Participações S.A.	-	188.476
BB Carteira Livre I FIA	203.685	-
Bonaire Participações S.A.	82.866	76.678
BNDES Participações S.A.	55.314	37.664
Brumado Holdings S.A.	23.545	35.893
Demais Acionistas	138.834	114.939
Total	672.053	622.448
Juros sobre o Capital Próprio	-	421
Total	672.053	622.869

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em julho de 2009, a distribuição do lucro líquido apurado na data-base de 30 de junho de 2009, na forma de dividendo intermediários, no montante de R\$ 571.671, correspondente a R\$ 1,191201324 por ação.

No exercício, a Sociedade efetuou pagamento no montante de R\$ 1.172.961 referente basicamente aos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2008 e 30 de junho de 2009.

23.4 – Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Para este exercício, a Administração da Sociedade está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido, através da declaração de R\$ 655.017 na forma de dividendo, correspondente a R\$ 1,364872065 por ação, conforme demonstrado a seguir:

Destinação do Lucro

Lucro Líquido do Exercício - Controladora	1.286.470
Dividendo Prescrito	4.541
Constituição da Reserva Legal	(64.323)
Lucro Líquido Base para Destinação	1.226.688
Dividendo Intermediário	(571.671)
Dividendo Proposto	(655.017)

23.5 – Controle acionário - VBC Energia S.A.

Durante 2009, através de Contrato Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Camargo Corrêa S.A. (“CCSA”), Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (“CCCC”), e Votorantim Participações S.A. (“VPAR”), a CCSA passou a deter indiretamente, a totalidade das ações da VBC Energia. A presente operação não implicou em alienação de controle da VBC Energia ou da Sociedade para fins da Lei nº. 6.404/76.

23.6 – Reestruturação Societária da acionista 521 Participações S.A.

Durante 2009 a acionista 521 Participações S.A. em atendimento à decisão de seu controlador final, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Previ"), reestruturou suas participações societárias, de forma a reduzir os custos administrativos e financeiros incorridos em seus investimentos indiretos e transferiu para o seu controlador, Fundo BB Carteira Livre I – Fundo de Investimento em Ações ("Fundo") a totalidade das ações detida da CPFL Energia S.A.

(24) RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado					
	Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Receita de Operações com Energia Elétrica						
Classe de Consumidores						
Residencial	5.695.689	5.564.167	12.346	11.649	5.098.424	4.499.677
Industrial	77.166	77.678	14.970	16.066	4.127.320	4.096.703
Comercial	496.377	494.103	7.297	6.938	2.700.025	2.411.256
Rural	238.566	233.420	2.256	2.449	438.666	438.726
Poderes Públicos	44.051	42.172	1.074	1.027	376.735	339.364
Iluminação Pública	7.933	6.683	1.408	1.355	293.463	267.188
Serviço Público	6.738	6.520	1.664	1.634	462.431	420.279
Fornecimento Faturado	6.566.520	6.424.743	41.015	41.118	13.497.064	12.473.193
Consumo Próprio	768	724	33	32	-	-
Fornecimento Não Faturado (Líquido)	-	-	-	-	43.217	(66.184)
Encargos Emergenciais - ECE/EAEE	-	-	-	-	(5)	1
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)	-	-	-	-	(80.580)	(112.396)
Reclassificação para a Atividade de Distribuição	-	-	-	-	(6.025.717)	(5.602.892)
Fornecimento de Energia Elétrica	6.567.288	6.425.467	41.048	41.150	7.433.979	6.691.722
Furnas Centrais Elétricas S.A.			3.026	3.034	353.554	322.879
Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas			7.016	5.077	756.956	554.620
Energia Elétrica de Curto Prazo			2.883	1.440	88.571	70.840
Suprimento de Energia Elétrica			12.925	9.551	1.199.081	948.339
Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - Consumidor Cativo					6.025.717	5.602.892
Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD					789.357	858.117
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3) - Baixa Renda					25.664	62.943
Outras Receitas e Rendas					219.350	207.900
Outras Receitas Operacionais					7.060.088	6.731.852
Total					15.693.148	14.371.913

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Em 2008 foi registrado em Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD, R\$ 109.655 relacionado ao acordo do repasse da CUSDG junto a AES Tietê, conforme mencionado na nota 5.

Em consonância com o Despacho nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, da ANEEL, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, as controladas efetuaram a reclassificação de parte dos valores relacionados às receitas da rubrica "Fornecimento de Energia Elétrica" – atividade de Comercialização para "Outras Receitas Operacionais" – atividade de Distribuição, sob o título de "Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica – Consumidor Cativo".

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil	
	2009	2008	2009	2008
Energia Comprada para Revenda				
Energia Comprada no Ambiente Regulador - ACR				
Itaipu Binacional	11.084	11.085	1.157.306	976.638
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.649	1.261	147.681	98.004
CESP - Cia Energética de São Paulo	1.808	1.711	171.837	137.411
Cia de Geração Térmica Energia Elétrica - CGTEE	226	302	22.638	28.140
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	82	219	6.842	15.930
Tractebel Energia S.A.	7.002	7.128	989.210	941.865
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.721	1.718	210.488	194.004
CHESF - Cia Hidro Elétrica do São Francisco	1.318	1.255	113.143	99.227
CEMIG - Cia Energética de Minas Gerais	1.706	723	222.604	77.347
TermoRio S.A.	248	341	75.286	69.077
Enguia Gen	6	79	6.663	42.900
AES Uruguaiana Ltda.	149	1.243	48.826	112.690
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3.004	2.820	56.745	246.689
Copel Geração S.A.	713	343	69.126	26.538
COOMEX Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda.	284	-	41.155	-
Companhia Energética Santa Clara - CESC	132	132	18.184	16.750
Queiroz Galvão Energética S.A.	280	280	39.369	36.258
PROINFA	958	629	169.706	88.819
Outros	3.988	1.879	478.174	290.957
	36.358	33.148	4.044.983	3.499.244
Energia Comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL				
	16.180	16.183	1.455.049	1.497.619
	52.538	49.331	5.500.032	4.996.863
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)	-	-	380.906	239.291
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(521.367)	(472.424)
Subtotal	52.538	49.331	5.359.571	4.763.730
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
Encargos da Rede Básica			912.785	840.325
Encargos de Transporte de Itaipu			80.106	73.928
Encargos de Conexão			48.670	52.744
Encargos de Uso do Sistema de Distribuição			25.657	24.718
Encargos de Serviço do Sistema - ESS			80.727	166.321
Encargos de Energia de Reserva			3.219	-
			1.151.164	1.158.036
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)			140.395	(166.312)
Crédito de PIS e COFINS			(120.108)	(87.936)
Subtotal			1.171.451	903.788
Total			6.531.022	5.667.518

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Em 2008 foi registrado em Encargos da Rede Básica, R\$ 98.396 referente ao acordo da cobrança do uso da Rede Elétrica da CTEEP conforme citado na nota 5.

Em conformidade com o Despacho nº 4.722/2009 da ANEEL, as controladas efetuaram a reclassificação dos valores relacionados à quota do PROINFA, referentes aos valores faturados aos consumidores livres e autoprodutores, da rubrica "Custo do Serviço de Energia Elétrica, Energia Comprada para Revenda" para "Deduções da Receita Operacional, Encargos do Consumidor – Outros - PROINFA", sendo R\$ 35.878 e R\$ 23.942, relativos aos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente.

(26) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<u>Despesas com Vendas</u>				
Pessoal	-	-	69.253	67.029
Material	-	-	4.277	2.919
Serviços de Terceiros	-	-	72.648	69.853
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	36.250	36.585
Depreciação e Amortização	-	-	10.944	11.082
Taxa de Arrecadação	-	-	50.367	48.481
Outros	-	-	11.375	10.512
Total	-	-	255.114	246.461
<u>Despesas Gerais e Administrativas</u>				
Pessoal	2.451	3.173	143.951	142.806
Material	42	99	7.651	7.225
Serviços de Terceiros	7.759	10.393	146.970	153.565
Arrendamento e Aluguéis	122	158	4.866	5.684
Depreciação e Amortização	119	102	23.474	22.004
Publicidade e Propaganda	1.589	1.209	7.970	5.527
Legais, Judiciais e Indenizações	414	409	25.210	19.719
Doações, Contribuições e Subvenções	43	138	5.983	6.117
Outros	5.800	5.087	18.011	22.525
Total	18.339	20.768	384.086	385.172
<u>Outras Despesas Operacionais</u>				
Taxa de Fiscalização	-	-	22.812	24.803
Perda na Alienação, Desativação e outros de Ativos não Circulante	1.365	-	16.063	12.284
Perda pelo Não Aproveitamento de Estudos e Projetos	-	9.785	-	14.567
Ajuste de Energia Livre (nota 3 a.2)	-	-	19.378	-
Outros	-	-	410	1.363
Total	1.365	9.785	58.663	53.017
Amortização de Intangível de Concessão	148.749	129.208	186.899	192.029
Total Despesas Operacionais	168.453	159.761	884.762	876.679

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas				
Rendas de Aplicações Financeiras	23.717	33.669	82.960	134.728
Acréscimos e Multas Moratórias	5	4	124.712	112.297
Atualização de Créditos Fiscais	2.961	2.931	3.860	6.417
Atualização de Depósitos Judiciais	352	-	45.152	51.404
Atualizações Monetárias e Cambiais	-	2.597	13.433	62.050
Remuneração CVA e Parcela "A" (nota 3)	-	-	44.386	45.720
Deságio na Aquisição de Crédito de ICMS	-	-	7.802	11.469
Remuneração da RTE	-	-	147	604
PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio	(18.476)	(18.133)	(18.476)	(18.133)
Outros	22.591	8.153	73.020	55.978
Subtotal	31.150	29.221	376.996	462.534
Juros Sobre o Capital Próprio	199.745	196.034	-	-
Total	230.895	225.255	376.996	462.534
Despesas				
Encargos de Dívidas	(46.199)	(61.355)	(535.724)	(593.527)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(414)	(6.419)	(88.497)	(238.884)
Outros	(10.786)	(7.072)	(68.706)	(44.444)
Subtotal	(57.399)	(74.846)	(692.927)	(876.855)
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(864)	-
Total	(57.399)	(74.846)	(693.791)	(876.855)
Resultado Financeiro Líquido	173.496	150.409	(316.795)	(414.321)

(28) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2009 foi de R\$ 37.710 no consolidado (R\$ 34.641 em 2008). Após a antecipação paga no exercício de 2009, o saldo remanescente provisionado no consolidado é de R\$ 32.433 (nota 22).

(29) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Estão apresentadas, a seguir, as informações segregadas por ramo de atividade de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Sociedade:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (*)	Eliminações	Total
2009						
Vendas	13.949.343	416.526	1.327.275	4	-	15.693.148
(-) Vendas entre sociedades parceiras	62.917	564.602	698.989	-	(1.326.508)	-
Resultado do Serviço	1.269.002	659.997	292.542	(20.222)	-	2.201.319
Lucro antes dos impostos	1.139.033	490.420	301.321	(46.250)	-	1.884.524
Lucro Líquido	744.161	342.586	209.421	(9.698)	-	1.286.470
Total do Ativo (**)	9.443.834	4.960.041	417.617	2.048.499	-	16.869.991
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	746.325	569.871	10.561	255	-	1.327.012
Depreciação e Amortização	472.291	98.755	3.959	118	-	575.123
2008						
Vendas	12.778.694	385.651	1.207.557	11	-	14.371.913
(-) Vendas entre sociedades parceiras	51.804	546.318	882.352	-	(1.480.474)	-
Resultado do Serviço	1.525.173	546.986	301.966	(38.105)	-	2.336.020
Lucro antes dos impostos	1.395.575	321.521	314.219	(109.616)	-	1.921.699
Lucro Líquido	916.868	241.936	217.501	(100.613)	-	1.275.692
Total do Ativo (**)	9.389.542	4.507.553	387.570	1.958.507	-	16.243.172
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	664.602	501.709	11.277	316	-	1.177.904
Depreciação e Amortização	473.836	88.023	2.965	100	-	564.924

(*) Outros - Refere-se basicamente a CPFL Energia após as devidas eliminações dos saldos com partes relacionadas.

(**) Os ágios de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade tem como controladores as seguintes Sociedades:

- VBC Energia S.A.

Sociedade controlada pelo grupo Camargo Corrêa, atuante em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros (Ver nota 33 sobre alteração de controle acionário)

- Bonaire Participações S.A.

Sociedade controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações, sendo esta controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV.

- Fundo BB Carteira Livre I – Fundo de Investimento em Ações ("Fundo")

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Sociedade. Foram consideradas como tendo influência significativa, aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos

de administração, mesmo que não seja exercido o controle. Os saldos e transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados nos quadros 30.1 e 30.2.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

- a) **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** – Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras, conforme descrito na nota 4.
- b) **Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos** – Corresponde a captação de recursos conforme descrito na nota 16, contratados em condições normais de mercado, vigentes à época.
- c) **Outras Operações Financeiras** – Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. Adicionalmente, a Sociedade possui Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo BB DTVM, o qual cobra taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão. O saldo registrado no passivo compreende basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- d) **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** – Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.
- e) **Venda de energia no mercado livre** – Refere-se basicamente à venda de energia a consumidores livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Sociedade como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Sociedade.
- f) **Suprimento de energia no mercado livre** – Refere-se basicamente a aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Sociedade como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Sociedade.
- g) **Outras Receitas** – Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.

As controladas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido juntos à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados, conforme descrito na nota 18.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Sociedade possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Sociedade é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito na nota 16 e 17.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 17.792. Este valor é composto por R\$ 15.466 referente a benefícios de curto

prazo, R\$ 549 de benefícios pós-emprego e R\$ 1.777 de Outros Benefícios de Longo Prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

30.1) Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Saldo Bancário e Aplicação Financeira								
Banco do Brasil S.A.	152.922	67.480	-	-	5.505	2.663	4	383
Banco Nossa Caixa S.A.	196	-	-	-	-	-	10	-
Banco Votorantim S.A. (**)	-	57.390	-	-	-	7.227	-	-
Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos (*)								
Banco do Brasil S.A.	10.352	266.531	813.805	1.036.739	-	-	78.832	84.109
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	6.824	8.646	1.819	455	3.215	2.403
Banco Nossa Caixa S.A.	-	-	-	-	-	-	1.469	-
Votorantim Energia Ltda (**)	-	-	-	-	-	-	-	192
Votorantim Asset Management (**)	-	-	-	-	-	-	-	200
BB DTVM (**)	-	-	-	-	-	-	-	5.686
Venda de Energia - Mercado Livre								
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	-	-	-	-	-	2.028	-	-
Tavex Brasil S.A.	-	-	-	-	18.549	2.724	-	-
Vale S.A.	-	-	-	-	-	1.024	-	-
Cimento Rio Branco S.A. (**)	-	7	-	-	-	641	-	-
Citrovita Agroindustrial Ltda (**)	-	2	-	-	-	-	-	-
Ripasa S.A Celulose e Papel (**)	-	-	-	-	-	4.586	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A. (**)	-	28	-	-	-	-	-	-
Suprimento de Energia - Mercado Livre								
NC Energia S.A.	2.238	2.055	-	-	24.961	23.652	1.146	-
Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	8.994	466
Vale Energia S.A.	-	-	1.348	-	-	-	26.613	-
Cemig Geração e Transmissão S.A. (**)	-	-	-	-	-	-	-	906
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda (**)	-	-	-	-	-	21.555	-	1.964
Materiais e Prestação de Serviço								
Brasil Telecom S.A.	-	-	-	56	-	-	831	1.088
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	-	-	2	3	-	-	20	222
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.	5	-	-	-	42	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	-	-	-	-	-	-	-	221
Essencis Co-Processamento Ltda	-	-	-	-	-	-	-	21
Essencis Remediação S.A.	-	-	-	-	-	-	-	25
Essencis Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	-	-	-	-	56
Petroflex Ind. E Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	4.316
Companhia Brasileira de Alumínio (**)	-	-	-	-	-	-	-	3.002
Ripasa S.A. Celulose e Papel (**)	-	-	-	-	-	47	-	-
Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. (**)	-	-	-	348	-	-	-	4.440
Outras receitas								
Brasil Telecom S.A.	890	-	-	-	9.794	10.499	-	-
Compras de Imobilizado								
Celesc - Centrais Elétricas Sta Catarina	469	-	-	-	-	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Correa S.A. (***)	26.324	139.091	1.471	561	-	-	-	-
Anfreixo S.A. (**)	-	7	-	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Equipamentos e Sistemas S.A. (**)	-	4.998	-	346	-	-	-	-
Cimento Rio Branco S.A. (**)	-	-	-	6	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio (**)	-	880	-	-	-	-	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A. (**)	-	1.684	-	-	-	-	-	-
Votorantim Cimentos Brasil Ltda (**)	-	17.658	-	6	-	-	-	-

(*) Trata-se do valor a custo, tanto para empréstimo quanto para derivativos.

(**) Em 31/12/2009, não se enquadra como parte relacionada.

(***) Em 2008, R\$ 11.187 refere-se a adiantamento a fornecedor.

30.2) Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	1	150	141	-	-	1.440	1.703
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	27	20	-	-	219	382
CPFL Comercialização Brasil S.A	-	-	14	15	-	29	182	228
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(30)	-
Arrendamento e Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	7	-	-	-	77	76
Contrato de Mútuo								
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	165	-	-	-
CPFL Atende Centro de Cont. e Aten. Ltda	6.238	1.045	-	-	465	14	-	-
CPFL Bioenergia S.A.	14.422	-	-	-	391	-	-	-
CPFL Serv. Equip. Ind. e Com. S.A.	1.630	-	-	-	13	-	-	-
Dividendos / Juros sobre o capital próprio								
Companhia Jaguarí de Energia	5.763	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguarí Geração de Energia	5.011	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	5.686	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	26.375	22.336	-	-	4.908	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	13.889	-	-	-	2.778	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	267.991	289.654	-	-	30.464	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	181.940	127.922	-	-	14.120	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	12.516	-	-	-	2.312	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A	109.466	123.918	-	-	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	151.008	244.332	-	-	69.827	-	-	-
CPFL Planalto Ltda	4.152	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serv. Equip. Ind. e Com. S.A.	3.648	-	-	-	1.740	-	-	-
Perácio Participações S.A.	-	17.660	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	121.436	59.110	-	-	72.162	-	-	-
AFAC								
CPFL Jaguariúna S.A.	140	-	-	-	-	-	-	-
Perácio Participações S.A.	-	409.310	-	-	-	-	-	-
Outros								
Perácio Participações S.A.	-	4.233	-	-	-	-	-	-

(31) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

DESCRIÇÃO	RAMO DA APÓLICE	Consolidado	
		2009	2008
Ativo Imobilizado	Incêndio, Raio, Explosão, Quebra de Máquinas, Danos Elétricos e Risco de Engenharia	3.935.861	3.984.443
Transporte	Transporte Nacional	101.000	75.600
Material Estocado	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	30.423	27.830
Automóveis	Cobertura Compreensiva	2.138	6.886
Responsabilidade Civil	Distribuidoras de Energia Elétrica	19.996	19.999
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	76.617	125.544
Outros	Riscos Operacionais e Outros	125.048	529.740
Total		4.291.083	4.770.042

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Os valores de 2009 e 2008 incluem as coberturas de riscos referentes à participação da CPFL Energia nos projetos de geração.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) mensurados ao valor justo contra resultado, (iii) mantidos até o vencimento e, (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

i. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5), (ii) dividendos e juros sobre o capital próprio (nota 12.2) e, (iii) outros créditos (nota 11).

ii. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os ativos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

Os principais ativos financeiros que a Sociedade e suas controladas têm classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4) e (ii) derivativos.

iii. Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o

vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes ativos financeiros: (i) título recebível com a CESP (nota 6) e, (ii) créditos a receber da controlada CPFL Paulista junto a CESP (nota 11).

iv. Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Sociedade e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo contra resultado e, (ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

i. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Sociedade e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 16) e, (ii) derivativos.

ii. Não mensurados ao valor justo contra resultado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 15), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 16), (iii) encargos de dívidas (nota 16); (iv) encargos de debêntures (nota 17); (v) debêntures (nota 17) e (vi) outras contas a pagar (nota 22).

b) Considerações sobre Riscos:

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Sociedade e suas controladas trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação do CDI. Adicionalmente as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pelas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2009, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, os riscos de qualquer déficit de energia para o ano de 2010 são baixos, tornando remota a possibilidade de um novo programa de racionamento de energia.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Sociedade e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (MAPS), tendo condições de calcular o VaR - *Value at Risk*, *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Sociedade e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Sociedade e controladas suportados por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Sociedade e suas controladas tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Sociedade e suas controladas atendem aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

c) Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, BOVESPA e ANDIMA.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate)

trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas com os aspectos regulatórios e créditos a receber da CESP, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a Sociedade e suas controladas possuem outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os valores de mercado de tais instrumentos financeiros obtidos através da metodologia acima, são como segue:

	Controladora			
	2009		2008	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Debêntures (nota 17)	(462.788)	(468.993)	(470.047)	(477.490)
	Consolidado			
	2009		2008	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	(3.206.326)	(2.958.353)	(2.946.401)	(2.750.478)
Debêntures (nota 17)	(3.351.478)	(3.392.071)	(2.709.078)	(2.735.823)
Total	(6.557.804)	(6.350.424)	(5.655.479)	(5.486.301)

d) Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Sociedade e suas controladas possuem por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Sociedade e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados da Sociedade e suas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, as respectivas dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Ademais, a Sociedade e suas controladas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2009 a Sociedade e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores de mercado, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	(Passivo)							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:									
Hedge variação cambial:									
CPFL Paulista									
ABN	-	(8.250)	(8.250)	(1.155)	(7.095)	yen	01/2012	376.983	Balcão
Banco do Brasil	-	3.725	3.725	4.665	(940)	yen	01/2011	79.466	Balcão
CPFL Geração									
Banco do Brasil	7.836	(6.542)	1.294	5.687	(4.393)	yen	04/2010 a 01/2011	486.760	Balcão
Subtotal	7.836	(11.067)	(3.231)	9.197	(12.428)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação cambial:									
CPFL Paulista									
HSBC	-	(154)	(154)	(178)	24	dólar	04/2010	22.474	Balcão
Santander	-	11	11	-	11	dólar	04/2010	8.646	Balcão
CPFL Geração									
Bradesco	-	(442)	(442)	(515)	73	dólar	03/2010	64.548	Balcão
Santander	-	(8)	(8)	(9)	1	dólar	03/2010	1.108	Balcão
Itau BBA	-	(17)	(17)	(18)	1	dólar	01/2010 a 02/2010	2.237	Balcão
Hedge variação de taxa de juros ⁽¹⁾									
CPFL Energia									
Citibank	252	(1.056)	(804)	128	(932)	CDI + spread	03/2010 a 09/2014	450.000	Balcão
RGE									
Santander	481	(54)	427	167	260	CDI	01/2010 a 12/2013	280.000	Balcão
Citibank	107	(59)	48	15	33	CDI	06/2010 a 12/2013	100.000	Balcão
Hedge variação de taxa de juros ⁽²⁾									
CPFL Geração									
Unibanco	-	50	50	(33)	83	IGP-M	06/2010	25.701	Balcão
Santander	-	45	45	(35)	80	IGP-M	06/2010	25.701	Balcão
HSBC	-	45	45	(35)	80	IGP-M	06/2010	25.701	Balcão
Subtotal	840	(1.639)	(799)	(513)	(286)				
Total	8.676	(12.706)	(4.030)	8.684	(12.714)				
Circulante	795	(7.012)							
Não circulante	7.881	(5.694)							
Total	8.676	(12.706)							

¹ Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17

⁽¹⁾ Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

⁽²⁾ Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade mensal, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Apesar das perdas líquidas apuradas na marcação a mercado dos instrumentos derivativos demonstrados acima, tais efeitos foram minimizados pela opção exercida pela Sociedade e suas controladas por também marcar a mercado as dívidas que possuem instrumentos de *hedge* atrelados (nota 16).

A Sociedade e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2009 e 2008, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Empresa	Risco protegido / operação	Conta contábil	Receita (Despesa)	
			2009	2008
CPFL Energia	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	-	1.055
CPFL Energia	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Operações de swap	136	(412)
CPFL Energia	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	228	515
CPFL Paulista	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	(230.440)	215.224
CPFL Paulista	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	49.810	(53.067)
CPFL Piratininga	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	(218)	13.428
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	(126)	126
CPFL Geração	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	(274.350)	277.430
CPFL Geração	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Operações de swap	(1.305)	381
CPFL Geração	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	11.157	(11.104)
RGE	Variação cambial	Despesa financeira - Outras desp financeira	(11.743)	16.153
RGE	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Outras desp financeira	514	302
RGE	Marcação a mercado	Despesa financeira - derivativos ajustes fair value	198	251
			(456.139)	460.282

Outras exposições cambiais

Cabe ressaltar que a controlada indireta ENERCAN não possui *swaps*, para *hedge* cambial, correspondentes à dívida de R\$ 151.567 (R\$ 73.848 proporcional à participação da controlada CPFL Geração) junto ao BID e BNDES, pelo fato de um percentual de seus reajustes tarifários contemplar a variação cambial do período tarifário. Embora exista o *hedge* natural para a exposição, o efeito da variação cambial destas dívidas gerou, no ano, um ganho de R\$ 26.345 (perda de 32.572 em 2008).

A controlada CPFL Paulista possui um endividamento total em moeda estrangeira de R\$ 538.166. Para se proteger da exposição cambial, contratou instrumentos derivativos de proteção diretamente atrelados ao endividamento no montante de R\$ 487.202. Para minimizar a exposição cambial, a controlada contratou ainda um instrumento derivativo não vinculado no montante de R\$ 31.260 além de possuir ativos indexados em dólares (crédito a receber da CESP e fundo vinculado à empréstimos ME – nota 11) em montante suficiente para anular um eventual impacto cambial.

e) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Sociedade e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Varição cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 31 de dezembro de 2009 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

Instrumentos	Exposição	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial de 9%*	Depreciação cambial de 25%**	Depreciação cambial de 50%**
Instrumentos financeiros ativos	28.071	alta dólar	2.421	7.018	14.036
Instrumentos financeiros passivos	(192.605)	alta dólar	(16.614)	(48.151)	(96.303)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	100.670	alta dólar	8.684	25.168	50.335
	(63.864)		(5.509)	(15.965)	(31.932)
Instrumentos financeiros passivos	(1.095.103)	alta yen	(94.466)	(273.776)	(547.552)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	1.095.103	alta yen	94.466	273.776	547.552
	-		-	-	-
	(63.864)		(5.509)	(15.965)	(31.932)

(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08

Varição das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2009 seja mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 9,88% a.a.; IGP-M -1,72% a.a.; TJLP 6,13% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para o próximo exercício social seria uma despesa financeira líquida de R\$ 481.115. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I*	Consolidado	
				Elevação de índice em 25%**	Elevação de índice em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	2.007.257	variação CDI	9.636	49.579	99.159
Instrumentos financeiros passivos	(4.069.014)	variação CDI	(19.531)	(100.506)	(201.009)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	(1.223.273)	variação CDI	(5.872)	(30.214)	(60.431)
	(3.285.030)		(15.767)	(81.141)	(162.281)
Instrumentos financeiros ativos	101.432	variação IGP-M	6.553	436	872
Instrumentos financeiros passivos	(113.552)	variação IGP-M	(7.336)	(489)	(976)
Derivativo - Swap Plain Vanilla	23.470	variação IGP-M	1.516	101	202
	11.350		733	48	98
Instrumentos financeiros passivos	(2.528.496)	variação TJLP	3.286	(38.738)	(77.519)
Instrumentos financeiros passivos	(30.257)	Juros Pré Fixados	(1.362)	(1.362)	(1.362)
Total de aumento	(5.832.433)		(13.110)	(121.193)	(241.064)

(*) Os índices de CDI, IGP-M e TJLP considerados de: 10,36%, 4,74% e 6,00%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08

(33) FATOS RELEVANTES

33.1 EPASA

Em 28 de dezembro de 2009, a controlada indireta EPASA assinou um contrato de financiamento de longo prazo junto ao Banco do Nordeste S.A. ("BNB") no montante estimado de R\$ 214 milhões, que será destinado para a aquisição de equipamentos importados relacionados projeto de construção da UTE Termoparaíba e UTE Termonordeste, com previsão de liberação da primeira parcela no 1º semestre de 2010. As principais condições deste empréstimo são: (i) prazo de pagamento de 14 anos (com 3 anos de carência); (ii) juros de 10% a.a., com desconto de 15% referente a comissão de adimplemento, ou seja, podendo atingir 8,5% a.a.; e (iii) durante o prazo de carência os juros calculados serão capitalizados e será pago mensalmente juntamente com o principal após o término da carência.

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Reajuste tarifário

A ANEEL, através de Resoluções Homologatórias datadas de 03 de fevereiro de 2010, estabeleceu os reajustes tarifários anuais a serem aplicados às tarifas de energia elétrica das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista
Receita Verificada	221.437	88.633	56.218	91.434	101.099
Encargos Setoriais	31.038	18.405	7.646	11.843	16.653
Compra de Energia Elétrica	93.597	41.422	23.124	11.730	41.132
Transporte de Energia	25.155	12.919	7.356	27.784	14.641
Parcela A	149.790	72.746	38.126	51.357	72.426
Parcela B	75.845	21.036	20.425	34.301	33.026
Receita Requerida (Parc. A + B)	225.635	93.782	58.551	85.658	105.452
Componentes Financeiros	18.485	(609)	(102)	(5.903)	1.431
CVA	(1.851)	(299)	(154)	(2.534)	120
Sobrecontratação	(1.591)	(419)	(275)	(921)	(350)
Adiantamentos	23.504	124	374	1.223	1.644
Subsídio de Baixa Renda	2.478	91	262	234	277
Descontos TUSD e Irrigação	(315)	-	(101)	(115)	544
Encargos de Conexão e Fronteira/CUSD	(154)	122	(49)	(178)	(112)
Recálculo Revisão Tarifária 2008	(21)	(247)	(110)	(123)	137
Exposição CCEAR	(279)	-	-	-	-
Outros	(3.286)	19	(49)	(3.489)	(829)
Reajuste Econômico	1,90%	5,81%	4,15%	-6,32%	4,30%
Componentes Financeiros	8,19%	-0,65%	-0,17%	-6,89%	1,36%
Reajuste Total	10,09%	5,16%	3,98%	-13,21%	5,66%
Fator X	-2,15%	-0,34%	-2,33%	-1,12%	-1,30%
Percepção do Consumidor	-2,53%	3,67%	3,24%	-8,47%	4,94%
Resolução Homologatória - ANEEL	935/2010	937/2010	936/2010	939/2010	933/2010

34.2 CERAN – Venda de Créditos de Carbono

Em 14 de janeiro de 2010 a controlada Ceran e a Electrabel NV/S.A., uma holding do grupo GDF SUEZ, assinaram um contrato de compra e venda de Reduções Certificadas de Emissão (RCEs). A operação cobre o total de até 900 mil RCEs de CO² a serem gerados até o final de 2012 pela UHE 14 de Julho e, serão contabilizados no período de 2010 a 2013, conforme comprovações anuais das reduções previstas contratualmente. O valor da transação é de aproximadamente R\$ 23 milhões.

34.3 Aditivos aos Contratos de Concessão das Distribuidoras de Energia Elétrica

Em 2 de fevereiro de 2010, em Reunião Pública Ordinária, a ANEEL aprovou proposta para o termo aditivo aos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica. Este termo aditivo altera a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, retirando de sua base de cálculo o efeito da variação de mercado sobre os Encargos Setoriais quando do cálculo do Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT.

Atualmente, a administração da Sociedade e suas controladas de distribuição analisam o referido termo aditivo que será posteriormente submetido à deliberação pelos respectivos Conselhos de Administração.

Apesar do termo aditivo ainda não ter sido aprovado, esta nova metodologia foi aplicada para os reajustes tarifários que ocorreram em fevereiro de 2010, estabelecidos em caráter preliminar, para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista. As demais controladas de distribuição serão afetadas no momento de cada reajuste tarifário.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PEDRO PULLEN PARENTE
Presidente

RICARDO CARVALHO GIAMBRONI
Vice-presidente

ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES
JOSÉ AYRES DE CAMPOS
FRANCISCO CAPRINO NETO

SUSANA HANNA STIPHAN JABRA
MILTON LUCIANO DOS SANTOS

DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Diretor Presidente

JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Diretor Vice-presidente Administrativo

HÉLIO VIANA PEREIRA
Diretor Vice-presidente de Distribuição

PAULO CEZAR COELHO TAVARES
Diretor Vice-presidente de Gestão de Energia

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD
Diretor Vice-presidente de Geração

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA FILIPPO
Diretor Vice-presidente Financeiro e
de Relação com Investidores

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANTÔNIO CARLOS BASSALO
Diretor de Contabilidade
CRC 1SP085131/O-8

SÉRGIO LUIZ FELICE
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP192767/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CPFL Energia S/A, no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2009, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 08 de fevereiro de 2010, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2010.

DANIELA CORCI CARDOSO

ADALGISO FRAGOSO DE FARIA

WILTON DE MEDEIROS DAHER

JOSÉ REINALDO MAGALHÃES

DÉCIO MAGNO A. STOCHIERO

Parecer dos auditores independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da CPFL Energia S.A. (“Companhia”) e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório - que nos foi fornecido - foi emitido em 22 de janeiro de 2010, sem ressalvas. A CPFL Energia S.A. avalia sua participação na BAESA - Energética Barra Grande S.A. pelo método de equivalência patrimonial bem como consolida esse investimento indireto pelo método proporcional. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo desse investimento indireto é de R\$ 154.318 mil (R\$ 138.530 mil em 2008), e o resultado da equivalência patrimonial desse investimento indireto no resultado do exercício é de R\$ 15.940 mil de ganho (7.268 mil de ganho em 2008). As demonstrações financeiras dessa investida incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentam ativos proporcionais de R\$ 355.596 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 373.953 mil em 2008). Nosso relatório, no que se refere aos saldos e valores relacionados a esse investimento indireto, está fundamentado exclusivamente no parecer dos auditores independentes da BAESA - Energética Barra Grande S.A.

As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto Campos Novos Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório - que nos foi fornecido - foi emitido em 22 de janeiro de 2010, sem ressalvas. A CPFL Energia S.A. avalia sua participação na Campos Novos Energia S.A. pelo método de equivalência patrimonial bem como consolida esse investimento indireto pelo método proporcional. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo desse investimento indireto é de R\$ 334.890 mil, e o resultado da equivalência patrimonial desse investimento no resultado do exercício é de R\$ 75.420 mil de ganho. As demonstrações financeiras dessa investida incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentam ativos proporcionais de R\$ 749.991 mil em 31 de dezembro de 2009. Nosso relatório, no que se refere aos saldos e valores relacionados a esse investimento indireto, está fundamentado exclusivamente no parecer dos auditores independentes da Campos Novos Energia S.A.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres emitidos por outros auditores independentes sobre os saldos decorrentes das referidas investidas indiretas, conforme mencionado nos parágrafos 2 e 3, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme detalhado na Nota Explicativa 3 (c.5) às demonstrações financeiras, em decorrência do reajuste tarifário de 2009, previsto no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o componente financeiro relacionado à sobrecontratação das controladas diretas Companhia Piratininga de Força e Luz e Companhia Paulista de Força e Luz. Os possíveis efeitos decorrentes dos reajustes definitivos, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em exercícios subsequentes.

8 de fevereiro de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça
Contador CRC 1SP125991/O-0